

澳門特別行政區

REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL
DE MACAU

政府機關通告及公告 AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS

廉政公署

COMISSARIADO CONTRA A CORRUPÇÃO

2014

2014

澳門廉政公署工作報告

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO
COMISSARIADO CONTRA A CORRUPÇÃO
DE MACAU

目錄

ÍNDICE

前言	7045	PREÂMBULO	7045
第一部分 個案處理總體情況	7047	SECÇÃO I – SITUAÇÃO GERAL DO TRATAMENTO DE PROCESSOS	7047
一、收案數字	7047	I. Número de participações recebidas	7047
二、案件處理情況	7050	II. Situação do tratamento dos casos	7050
第二部分 反貪工作	7051	SECÇÃO II – COMBATE À CORRUPÇÃO	7051
一、概述	7051	I. Introdução	7051
二、舉報及立案簡介	7052	II. Número de denúncias e de processos instruídos	7052
三、經公署偵辦的部分案件摘要	7052	III. Sumário de alguns casos investigados pelo CCAC	7052
四、跨境案件協查	7058	IV. Cooperação transfronteiriça	7058
五、法院判決	7059	V. Sentenças judiciais	7059
六、財產及利益申報工作	7065	VI. Trabalho relativo à Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses	7065
第三部分 行政申訴	7066	SECÇÃO III – PROVEDORIA DE JUSTIÇA	7066
一、概述	7066	I. Introdução	7066
二、行政申訴及求助諮詢個案情況	7067	II. Ponto de situação das queixas e pedidos de consulta	7067
三、部分行政申訴個案摘要	7070	III. Sumário de alguns casos da Provedoria de Justiça	7070
第四部分 宣傳教育	7083	SECÇÃO IV – ACÇÕES DE DIVULGAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO	7083
一、倡廉教育工作	7083	I. Sensibilização para a integridade	7083
二、社區推廣工作	7093	II. Acções de promoção comunitária	7093
三、廉潔義工隊	7095	III. Grupo de Voluntários para uma Sociedade Limpa	7095
第五部分 其他事項	7095	SECÇÃO V – OUTROS ASSUNTOS	7095
一、培訓及交流活動	7095	I. Acções de formação e intercâmbio	7095
二、《聯合國反腐敗公約》履約審議事務協調組工作會議	7096	II. Reunião do grupo de trabalho de avaliação de conformidade da implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção	7096
三、聯繫及交流	7096	III. Contactos e intercâmbio	7096

第六部分 附件	7098	SECÇÃO VI – ANEXOS	7099
附件一 廉政公署處理陳訴(陳述、投訴及舉報)流程圖.	7098	Anexo I – Fluxograma sobre o processo de tratamento de queixas e denúncias	7099
附件二 廉政公署組織架構圖	7100	Anexo II – Organograma do Comissariado contra a Corrupção	7101

前言

按照第10/2000號法律《澳門特別行政區廉政公署組織法》的規定，廉政公署的主要職責是打擊公共及私營部門的貪污犯罪以及執行行政申訴工作。一直以來，公署人員依法履行職責，堅決打擊貪腐行為，積極推動依法施政，並在澳門特別行政區政府和全澳市民的協助和支持下，為建立廉潔、守法、高效的公務員隊伍以及深化特區的廉政建設而不懈努力。

為打擊向國際公共組織官員及特區以外的公職人員行賄的行為，回應《聯合國反腐敗公約》所訂定的要求，公署在2014年提交了《預防及遏止對外貿易中的賄賂行為的制度》法案。法案同年獲立法會通過，並於今年1月1日起正式生效。該法律的生效實施，不僅健全了特區反貪領域的法律規範，而且使特區在反貪的制度層面與國際接軌。

公署於2014年接獲及跟進的投訴及舉報個案數量，與2013年相比有輕微的下跌。公署將會高度重視並認真研究這一數量變化背後的原因，並在今年的工作計劃中作出針對性的部署。在2014年公署處理的案件中，96%源自市民的投訴或舉報。由此可見，公署依法順利開展反貪和行政申訴工作，有賴於市民對廉政工作的信任、支持和參與。

隨着澳門特區社會經濟的不斷發展，各種利益關係也必然日趨複雜。為切實回應市民對加強廉政建設的期望，公署在開展反貪工作時，首先必須堅守“法律面前人人平等”的辦事原則，

Preâmbulo

Nos termos da Lei n.º 10/2000 (Lei Orgânica do Comissariado contra a Corrupção da Região Administrativa Especial de Macau), constituem atribuições principais do Comissariado contra a Corrupção (CCAC) combater os crimes de corrupção nos sectores público e privado e desenvolver acções de provedoria de justiça. Ao longo do tempo, o pessoal do CCAC tem-se dedicado ao desempenho das suas funções nos termos da lei, ao firme combate dos actos de corrupção e à promoção activa de uma governação adstrita ao princípio da legalidade, ao mesmo tempo que se tem constantemente empenhado, com a colaboração e o apoio do Governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) e de todos os seus cidadãos, na criação de uma equipa de funcionários públicos íntegra, cumpridora da lei e altamente eficiente, bem como no reforço da construção de uma sociedade íntegra na RAEM.

A fim de combater os actos de corrupção activa envolvendo funcionários de organizações internacionais públicas e demais funcionários públicos de jurisdição exterior à RAEM, e em cumprimento das disposições da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, o CCAC apresentou, em 2014, a proposta de lei intitulada «Regime de prevenção e repressão dos actos de corrupção no comércio externo», que foi aprovada pela Assembleia Legislativa ainda no mesmo ano, tendo entrado em vigor a 1 de Janeiro do corrente ano. A entrada em vigor e a aplicação da referida lei não apenas tornaram mais completo o ordenamento jurídico da RAEM no âmbito do combate à corrupção, como também permitiram que a RAEM pudesse acompanhar a conjuntura internacional a nível dos regimes anti-corrupção.

O número de queixas e denúncias recebidas e acompanhadas pelo CCAC, em 2014, representa uma ligeira descida em comparação com o ano de 2013, fenómeno a que o CCAC atribui bastante importância e tenciona analisar com cuidado, de forma a se poder determinar as razões subjacentes a essa mudança e a se poder definir as correspondentes estratégias de acção no plano de actividades do ano em curso. Em 2014, 96% dos casos tratados pelo CCAC tiveram origem na apresentação de queixas ou denúncias por parte dos cidadãos, o que demonstra que o desenvolvimento das acções de combate à corrupção e de provedoria de justiça por parte do CCAC, sem sobressaltos e em obediência à lei, depende em grande parte da confiança, apoio e participação dos cidadãos.

A par do constante desenvolvimento sócio-económico da RAEM, a interconexão dos diferentes interesses também se tem vindo, obviamente, a tornar cada vez mais complexa. Para dar resposta, de forma efectiva, às perspectivas dos cidadãos no que respeita ao reforço da construção de uma sociedade íntegra, o CCAC, no desenvolvimento da sua actividade anti-corrupção, obriga-se a insistir, em primeiro lugar, no cumprimento do princípio de que «todas as pessoas são iguais perante

做到有案必查、有腐必反、有貪必懲；其次必須提高對公署人員隊伍在紀律操守和專業能力方面的要求，做到公正無私、嚴於律己、專業高效。

公署一直堅持打擊與預防“雙管齊下”的方針，在查處貪腐案件的同時，積極開展預防貪腐的宣傳教育工作。為強化預防貪腐的工作，公署將會在所查處的案件中挑選具代表性的個案作深入分析，除了案犯本身的品行因素外，着力查找具體個案中出現貪腐的其他原因，尤其是案件背後所揭示出的行政程序、運作制度及法律法規上的漏洞或不足，據此提出改善意見和建議，務求減少出現“前‘腐’後繼”的情況。

近年，因應社會的發展，特區公共部門提供的服務不斷增加，而有關公共服務的申訴個案也相應增多。公署開展行政申訴工作，目的不僅在於確保市民的權利、自由及正當利益得到保障，同時也為依法監督公共部門行使公權力的合法性及公共行政的公正與效率。因此，行政申訴個案的圓滿解決，不應僅限於“還市民一個公道”，更重要的是從部門的整體運作和適用的法律制度層面有效促進公共服務的改善。

公署將對過往所處理的行政申訴個案作系統性分析，就較多投訴針對的部門、事件進行總結歸類，並展開專案調查，與相關部門一起查找出現問題的原因及尋求解決方案，重點關注由法規滯後、程序僵化、各自為政等因素所引申出的問題，避免重複“市民投訴、公署勸喻、部門回應、問題照舊”的怪圈，從而提升特區政府的治理水平、執行力和公信力。

二零一五年三月。

廉政專員
張永春

a lei», procedendo assim à investigação, combate e repressão de todos os casos suspeitos de corrupção. Em segundo lugar, tanto a conduta e disciplina como as capacidades profissionais do pessoal do CCAC devem corresponder a exigências mais rigorosas, no intuito de formar uma equipa de pessoal imparcial, auto-disciplinada, profissional e eficiente.

O CCAC tem sempre insistido, na sua actuação anti-corrupção, numa estratégia simultânea de combate e prevenção. Desta forma, a par da investigação e tratamento dos casos de corrupção, o CCAC tem vindo a desenvolver activamente as acções de divulgação e sensibilização para a prevenção da corrupção. Com vista ao reforço destas acções de prevenção, o CCAC irá seleccionar, de entre os casos já investigados e tratados, aqueles que tenham maior valor de referência, a fim de averiguar e detectar, mediante uma análise aprofundada, os motivos subjacentes à sua ocorrência, nomeadamente, as lacunas ou deficiências existentes em procedimentos administrativos, no funcionamento dos respectivos serviços públicos e na legislação, não esquecendo obviamente os factores subjectivos relacionados com o próprio autor do crime. Com base nessa análise, serão apresentadas opiniões e sugestões de melhoria, a fim de reduzir a possibilidade de ocorrência de novos casos de corrupção.

Nos últimos anos, em função do desenvolvimento social, os serviços públicos da RAEM têm vindo a prestar cada vez mais serviços ao público, o que também originou o aumento dos casos de provedoria de justiça relacionados com os serviços prestados. O CCAC, no desenvolvimento das acções de provedoria de justiça, para além de ter como objectivo assegurar os direitos, liberdades, garantias e interesses legítimos dos cidadãos, tem igualmente em vista fiscalizar, nos termos da lei, a legalidade no exercício dos poderes públicos por parte dos serviços públicos, bem como a justiça e a eficiência da administração pública. Por isso, a completa resolução de um caso de provedoria de justiça não se limita somente a «restituir a justiça aos cidadãos», revelando-se mais importante a promoção eficaz do aperfeiçoamento da prestação do serviço público, ao nível do funcionamento em geral dos serviços públicos e dos respectivos regimes jurídicos aplicáveis.

Simultaneamente, o CCAC irá proceder a uma análise sistémica dos casos de provedoria de justiça já tratados, avaliando e classificando os serviços públicos e as matérias que tenham sido mais alvo de queixa, culminando tal análise com a realização do respectivo inquérito. Assim, o CCAC procura encontrar, em conjunto com os serviços públicos envolvidos, os motivos que estão na base dos problemas e a respectiva resolução, nomeadamente em questões relacionadas com a desactualização das normas jurídicas existentes, com a falta de flexibilidade dos procedimentos administrativos e com a falta de uniformidade, evitando assim a repetição do ciclo vicioso de apresentação de queixa - emissão de recomendação pelo CCAC - resposta do serviço público envolvido - persistência do problema, de forma a elevar o nível de governação, a capacidade de execução e a confiança dos cidadãos no Governo da RAEM.

Março de 2015.

O Comissário contra a Corrupção
Cheong Weng Chon

第一部分
個案處理總體情況

SECÇÃO I
SITUAÇÃO GERAL DO
TRATAMENTO DE PROCESSOS

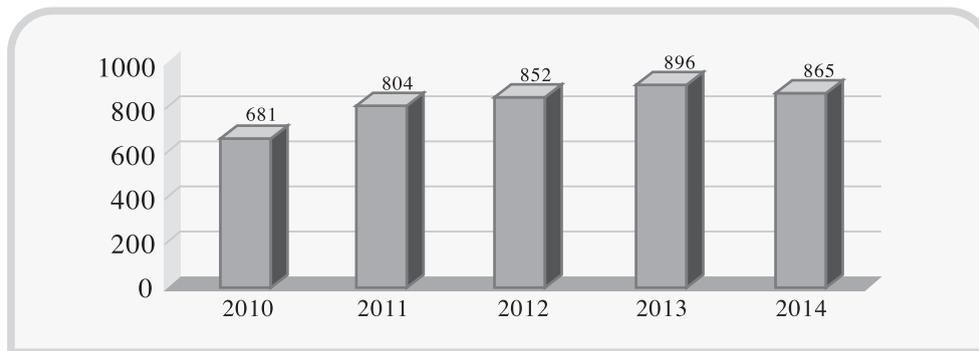
一、收案數字

2014年廉政公署（下稱“公署”）接獲及跟進的投訴及舉報個案共865宗，其中刑事方面為298宗，行政申訴方面為567宗。與2013年的896宗收案數字比較，投訴及舉報數字輕微下跌。

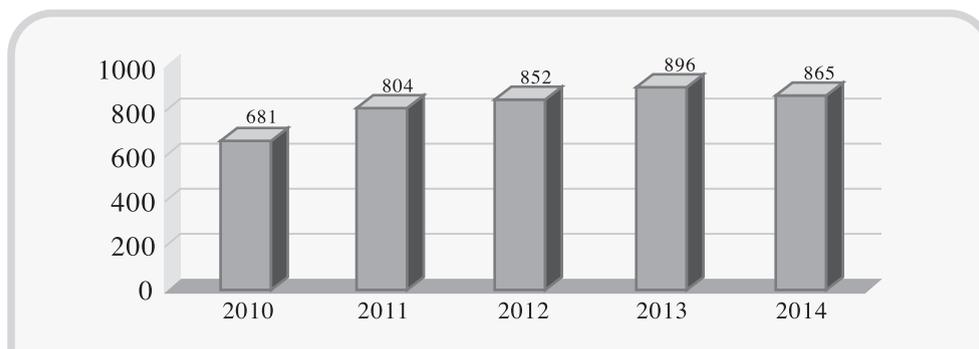
I. Número de participações recebidas

Em 2014, o Comissariado contra a Corrupção (CCAC) recebeu e acompanhou um total de 865 queixas e denúncias, sendo 298 relativas a casos de natureza criminal e 567 a casos de natureza administrativa. Em comparação com o ano de 2013, em que se registou um total de 896 casos, verificou-se uma ligeira descida no número de participações recebidas.

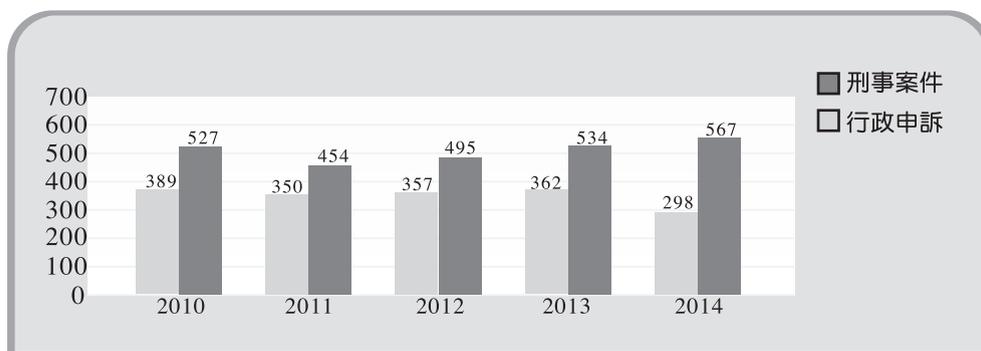
2010-2014 年收案數字趨勢



Evolução do número de participações recebidas entre 2010 e 2014



2010-2014 年收案類別比較



Classificação das participações recebidas entre 2010 e 2014



在2014年接獲及跟進的865宗個案中，由公署主動跟進的有19宗，協查個案有6宗，由其他公共機關轉介的有8宗，其餘案件均來自市民的投訴或舉報，其中具名或願意提供個人資料的有453宗，匿名或請求匿名的則有379宗，所佔百分比與2013年相若。

De entre os 865 casos recebidos e alvo de acompanhamento em 2014, 19 foram investigados por iniciativa do CCAC, 6 foram investigados por solicitação de autoridades do exterior, 8 foram remetidos por outras entidades públicas e os restantes tiveram origem na apresentação de queixas ou denúncias por cidadãos. Destes, 453 casos foram apresentados com identificação do queixoso ou com a disponibilização de contactos para prestação de informações adicionais, enquanto 379 foram queixas ou denúncias anónimas ou com pedidos de confidencialidade sobre a identidade do queixoso, representando uma percentagem semelhante à do ano de 2013.

2012-2014 年收案數字比較 (按來源界定)

收案途徑		2012		2013		2014	
		數量	百分比	數量	百分比	數量	百分比
市民的投訴或舉報	具名或願意提供個人資料	498	58.5%	484	54%	453	52.4%
	匿名或請求匿名	329	38.6%	372	41.5%	379	43.8%
公署主動跟進		6	0.7%	22	2.5%	19	2.2%
協查案件		6	0.7%	6	0.7%	6	0.7%
公共機關轉介		13	1.5%	12	1.3%	8	0.9%
收案總數		852	100%	896	100%	865	100%

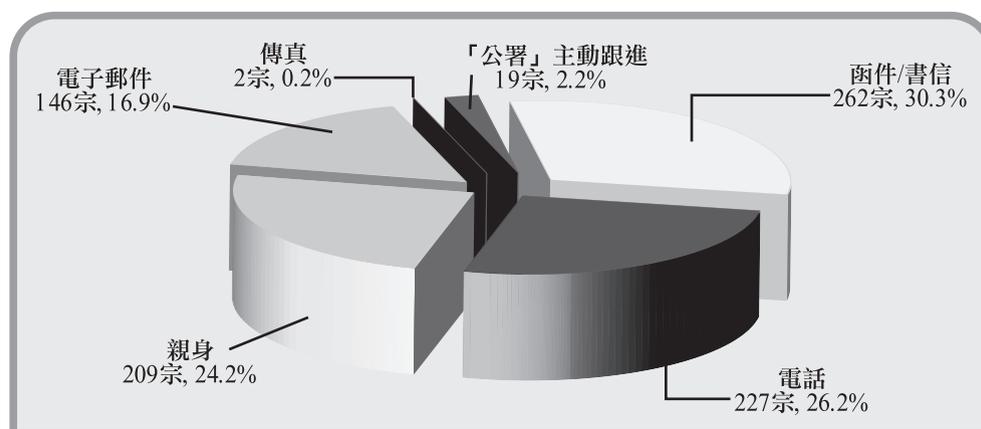
**Quadro comparativo das participações recebidas entre 2012 e 2014
(segundo a origem)**

Origem		2012		2013		2014	
		Total	Percentagem	Total	Percentagem	Total	Percentagem
Queixas ou denúncias dos cidadãos	Com identificação ou disponibilização de contactos para prestação de informações adicionais	498	58,5%	484	54%	453	52,4%
	Anónimas ou com pedidos de confidencialidade sobre a identidade do queixoso	329	38,6%	372	41,5%	379	43,8%
Intervenção por iniciativa do CCAC		6	0,7%	22	2,5%	19	2,2%
Casos remetidos por autoridades exteriores		6	0,7%	6	0,7%	6	0,7%
Casos remetidos por entidades públicas		13	1,5%	12	1,3%	8	0,9%
Total		852	100%	896	100%	865	100%

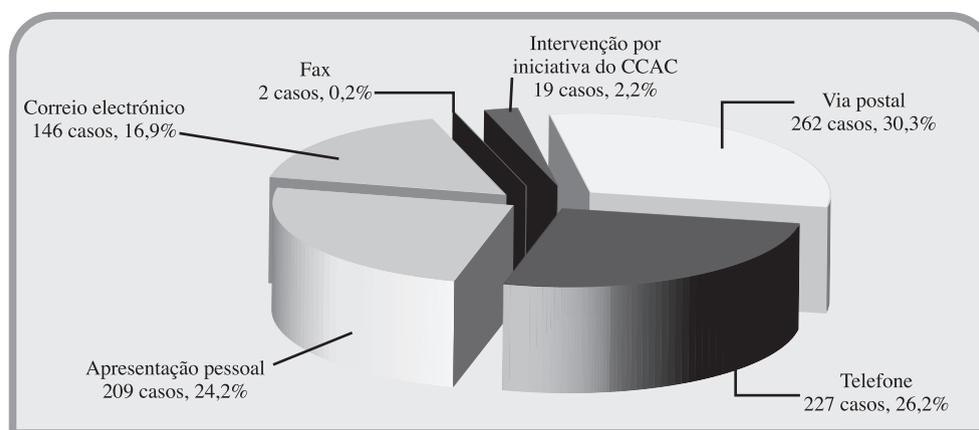
2014年，公署接獲的投訴及舉報仍是以信函及電話方式提出為主，分別有262宗及227宗，兩者合計佔全年收案總數的56.5%，而市民選擇親身投訴或舉報的有209宗，佔全年收案總數的24.2%。

Em 2014, os meios mais utilizados para apresentar queixas e denúncias ao CCAC continuaram a ser a via postal e a telefónica, registando-se 262 casos e 227 casos respectivamente, que representam, em conjunto, uma percentagem de 56,5% do total das participações recebidas, enquanto 209 casos foram apresentados pessoalmente por cidadãos nas instalações do CCAC, e representam uma percentagem de 24,2% do total das participações recebidas.

2014 年收案數字構成 (按收案方式界定)



**Participações recebidas em 2014
(segundo a forma de apresentação)**



2012-2014 年收案數字比較 (按收案方式界定)

收案方式	2012		2013		2014	
	數量	百分比	數量	百分比	數量	百分比
函件/書信	273	32%	268	29,9%	262	30,3%
電話	229	26,9%	335	37,4%	227	26,2%
親身	187	21,9%	154	17,2%	209	24,2%
電子郵件	149	17,5%	112	12,5%	146	16,9%
傳真	8	1%	5	0,5%	2	0,2%
公署主動跟進	6	0,7%	22	2,5%	19	2,2%
收案總數	852	100%	896	100%	865	100%

**Quadro comparativo das participações recebidas entre 2012 e 2014
(segundo a forma de apresentação)**

Forma de apresentação	2012		2013		2014	
	Total	Percentagem	Total	Percentagem	Total	Percentagem
Via postal	273	32%	268	29,9%	262	30,3%
Telefone	229	26,9%	335	37,4%	227	26,2%
Apresentação pessoal	187	21,9%	154	17,2%	209	24,2%
Correio electrónico	149	17,5%	112	12,5%	146	16,9%
Fax	8	1%	5	0,5%	2	0,2%
Intervenção por iniciativa do CCAC	6	0,7%	22	2,5%	19	2,2%
Total	852	100%	896	100%	865	100%

二、案件處理情況

2014年公署共收到865宗個案，當中部分個案因不屬公署職權範圍或因資料不足而未具條件跟進處理。

II. Situação do tratamento dos casos

Das 865 casos recebidos em 2014, alguns não reuniram condições para serem investigados, ou por não caberem na competência do CCAC, ou por insuficiência das informações fornecidas.

另一方面，包括由2013年轉入2014年的案件，公署於2014年共處理1,675宗個案。在刑事方面，全年共有492宗案件完成偵查，分別移送檢察院或歸檔，而行政申訴方面則有563宗完成處理並歸檔。

此外，公署於2014年收到不同性質的查詢個案達1,021宗，其中刑事或涉及刑事方面的查詢為449宗，行政申訴方面的查詢則有572宗。

第二部分 反貪工作

一、概述

公署於2014年的反貪工作發展平穩有序。2014年是澳門特別行政區行政長官選舉和政府換屆之年，有別於2013年的立法會選舉年，公署於2014年並未接到有關選舉方面的投訴。

2014年，公署接收的案件總數與2013年相比略有下降，而有關刑事舉報的案件數量與前幾年的數字相比則有較大幅度的下降，反映出行政申訴案件的數量有所上升。

全年偵查的刑事案件之中，仍以公務人員的犯罪為主。涉及犯罪比例較大的是公務人員實施的偽造文件罪，其中又以偽造上班紀錄為主；其次還涉及濫用職權罪、詐騙罪、公務上之侵占罪等，而公務人員的受賄罪則相對減少。此外，2014年還完成了兩宗公務人員財產申報資料不正確及一宗關於財產來源不明的案件。

2014年私營部門的賄賂犯罪案件數量與2013年相比略有下降。私營部門涉及的行業廣泛，各行各業不同的行規對罪與非罪的認定也產生了較大的影響。此外，由於根據《預防及遏止私營部門賄賂》法律的規定，非經告訴不得進行有關刑事程序，而部分私營企業在事發後為減輕負面影響，多採取息事寧人的態度，不作告訴，故公署依法不能展開刑事調查程序。

Por outro lado, incluindo os casos que transitaram de 2013 para 2014, o CCAC tratou um total de 1.675 casos em 2014. Relativamente aos casos de natureza criminal, foi concluída a investigação de 492 casos no ano de 2014, tendo os mesmos sido encaminhados para o Ministério Público ou arquivados. No âmbito da provedoria de justiça, 563 casos foram dados por concluídos e arquivados.

O CCAC recebeu ainda, em 2014, 1.021 pedidos de consulta sobre diferentes matérias, sendo 449 relacionados com matéria criminal e 572 relacionados com matéria administrativa.

SECÇÃO II

COMBATE À CORRUPÇÃO

I. Introdução

As acções do CCAC no âmbito do combate à corrupção, em 2014, foram desenvolvidas de forma estável e ordenada. Em ano de realização da eleição para o cargo do Chefe do Executivo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) e de nomeação dos novos membros do Governo, o CCAC não recebeu qualquer queixa relacionada com a referida eleição, diferentemente do que aconteceu com as eleições para a Assembleia Legislativa realizadas em 2013.

O número total dos casos recebidos pelo CCAC em 2014 representou uma ligeira descida em comparação com o número registado em 2013, tendo sido verificada uma descida mais significativa em relação ao número de casos decorrentes de denúncias de pendor criminal, em comparação com os anos anteriores, o que reflecte um aumento do número de casos no âmbito da provedoria de justiça.

Os casos criminais investigados em 2014 envolveram, na sua maioria, crimes praticados por funcionários públicos, representando os crimes de falsificação de documento, nomeadamente falsificação de registos de assiduidade, uma percentagem relativamente alta. Para além destes, estão também em causa crimes como os de abuso de poder, de burla e de peculato, tendo-se registado no entanto uma descida do número de crimes de corrupção passiva praticados por funcionários públicos. Por outro lado, o CCAC concluiu, em 2014, as acções de investigação de dois casos relacionados com a inexactidão dos elementos prestados por funcionários públicos na declaração de bens patrimoniais e interesses e de um caso sobre riqueza injustificada.

O número de crimes de corrupção no sector privado registado em 2014 é ligeiramente inferior ao do ano de 2013. O sector privado engloba diversas indústrias e profissões que têm as suas próprias práticas e costumes, o que ocupa um peso relevante na qualificação de determinadas condutas como crime. Ademais, tendo em consideração que nos termos da Lei da Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado o respectivo procedimento penal depende de queixa e que uma parte dos empresários do sector privado tenta manter o silêncio não apresentando qualquer queixa, a fim de minimizar os eventuais impactos negativos nas respectivas empresas, o CCAC, nestes casos, não pode legalmente encetar quaisquer procedimentos de investigação criminal.

二、舉報及立案簡介

2014年，公署收到的投訴及舉報個案總數為865宗。其中，具條件處理的刑事案件為266宗，而當中正式轉為偵查卷宗的則有33宗。此外，2014年還處理了上年度立案轉入的17宗刑事案件。

公署於2014年共完成492宗案件（包括2013年轉入的案件）的偵查程序。完成偵查的案件數量較前幾年有較大的增幅。

II. Número de denúncias e de processos instruídos

Em 2014, o CCAC recebeu 865 queixas e denúncias, das quais 266 de pendor criminal reuniram condições para serem investigadas, tendo sido instruído o respectivo processo formal a 33 desses casos. Para além disso, foi ainda concluída a investigação relativa a 17 processos criminais transitados do ano anterior.

O CCAC concluiu, em 2014, os procedimentos de investigação de 492 casos (incluindo os que transitaram do ano de 2013). O número de casos cuja investigação ficou concluída registou um aumento relativamente significativo, comparando com os anos anteriores.

2010-2014 年收案統計表

統計項目	2010	2011	2012	2013	2014
收案總數	681	804	852	896	865
具條件處理的刑事案件	133	182	297	264	266
偵查終結案件	39	64	185	236	492 ¹

¹ 包括2013年轉入的案件。

Estatística das participações recebidas entre 2010 e 2014

Ítem	2010	2011	2012	2013	2014
Total das participações recebidas	681	804	852	896	865
Casos criminais reunidos de condições para serem investigados	133	182	297	264	266
Casos com a investigação concluída	39	64	185	236	492 ¹

¹ Incluindo os casos que transitaram do ano de 2013.

三、經公署偵辦的部分案件摘要

個案一

2014年1月，公署調查人員從某社交媒體發現，有網民聲稱目睹兩名澳門治安警察局警員於青洲附近的街道票控所有違例停泊的車輛時，唯獨不對任職該局交通廳的人員的車輛作出票控。公署於是主動介入跟進。

調查發現，治安警察局交通廳警員蕭某及顏某二人於2014年1月某日下午於青洲附近執行違例泊車票控任務時，發現其中一輛涉嫌違例停泊的編號“MK-XX-93”白色“Honda Jazz”車輛是任職交通廳同事的車輛，二人因而故意不對該車輛作出

III. Sumário de alguns casos investigados pelo CCAC

Caso 1

Em Janeiro de 2014, o pessoal de investigação do CCAC descobriu que um utilizador da internet alegava, numa rede social, ter presenciado um caso em que dois agentes do Corpo de Polícia de Segurança Pública (CPSP) estavam a passar talão de multa a todos os veículos ilegalmente estacionados numa rua na zona da Ilha Verde, excepto a um veículo cujo proprietário desempenhava funções no Departamento de Trânsito do CPSP. Assim, o CCAC, por iniciativa própria, interveio e acompanhou o caso.

Após a investigação, foi descoberto que, na tarde de um dia de Janeiro de 2014, dois agentes do Departamento de Trânsito do CPSP, de apelidos Sio e Ngan, estavam a exercer funções numa rua na zona da Ilha Verde, multando os veículos ilegalmente ali estacionados. Entretanto, tendo notado que um dos veículos ilegalmente estacionados no local, de matrícula «MK-XX-93», cor branca e marca «Honda Jazz», pertencia a um colega do Departamento de Trânsito, os dois agentes policiais não passaram, de propósito, qualquer talão de multa por estacionamento ilegal àquele veículo. Um pedestre presenciou o que se passava e solicitou ao agente policial de apelido Sio que passasse talão de multa ao referido veículo. Neste contexto,

違例泊車票控。路人目睹有關過程，並要求警員蕭某檢控該車違泊。隨後，該名警員在罰單上故意填報錯誤的車輛資料，將車牌號碼改為“MK-XX-92”，將白色改為黑色，並將型號改為“Mitsubishi”，意圖使違例泊車的同事免受處罰。

經調查取證後，有強烈跡象顯示嫌犯蕭某及顏某的行為涉嫌觸犯《刑法典》所規定的“公務員所實施之偽造罪”及“瀆職罪”。案件已完成所有偵查程序並移送檢察院處理。

個案二

公署揭發某文化產業社團在舉辦展覽活動期間，聯同本地一間廣告公司，以不實單據詐騙政府資助。

調查發現，涉案的文化產業社團於2011年成立，每年一次在本澳某大型會展場地舉辦展覽活動，且社團負責人每次均向多個政府部門申請活動資助。然而，有人希望能取得較高的資助金額，於是聯同承接場地佈置的廣告公司，開立不實單據誇大製作費用，以騙取不應收的資助金。

2012年至2013年間，個案中的兩名嫌犯以偽造文件的方式，企圖騙取的資助金合共澳門幣二十多萬元，最終成功騙取的資助金約澳門幣八萬元。涉案社團藉舉辦展覽活動，於兩年間共獲政府資助超過澳門幣一百萬元。調查中，兩名嫌犯均承認了有關事實。

兩名嫌犯向政府部門提供不實的開支單據，騙取政府資助，導致公有財產有所損失，有關行為涉嫌觸犯《刑法典》所規定的“偽造文件罪”及“詐騙罪”。案件已移送檢察院處理。

個案三

2014年9月，公署完成偵查一宗本澳某社團理事會人員涉嫌觸犯“偽造文件罪”及“相當巨額詐騙罪”的案件。

經調查發現，衛生局、澳門基金會及社會文化司司長辦公室均會向社會團體發放資助，但提供資助的前提是申請者不能就相同或類似項目向其他機構申請資助。

o agente policial acabou por passar um talão de multa, onde fez constar, propositadamente, informações erradas. Assim, a matrícula, a cor e a marca do veículo foram alteradas, respectivamente, para «MK-XX-92», preta e «Mitsubishi» por parte desse agente policial, com a intenção de evitar que o seu colega viesse a ser multado.

Concluída a obtenção de provas, verificou-se que havia fortes indícios de que os dois arguidos de apelidos Sio e Ngan teriam praticado os crimes de «falsificação praticada por funcionário» e de «prevaricação» previstos no Código Penal. Tendo sido concluídos todos os procedimentos de investigação, o caso foi encaminhado para o Ministério Público.

Caso 2

O CCAC descobriu um caso de burla com a utilização de facturas falsas na obtenção de subsídios do Governo, praticado por uma associação do sector da indústria cultural, em conjunto com uma agência local de publicidade, durante a realização de uma exposição.

Foi descoberto através da investigação encetada que a dita associação, criada em 2011, tem vindo a organizar, anualmente, uma exposição que tem tido lugar num centro de convenções e exposições local de grande dimensão. Relativamente a cada actividade, o representante da associação tem apresentado sempre pedido de concessão de subsídios junto de diversos serviços públicos. No entanto, para conseguir obter um subsídio de maior montante, esse representante e a agência de publicidade responsável pela decoração do local do evento, acabaram por emitir facturas que continham informações falsas, exagerando as despesas de produção realmente suportadas, com vista à obtenção, por meio de engano, de subsídios indevidos.

Durante o período compreendido entre 2012 e 2013, o montante de subsídios que os dois arguidos do presente caso pretenderam obter por meio de engano, mediante a falsificação de documentos, era de mais de 200 mil patacas, tendo os mesmos conseguido efectivamente obter por meio de engano subsídios na quantia de cerca de 80 mil patacas. No mesmo período, a dita associação recebeu do Governo, a título de apoio à realização de actividades de exposição, subsídios numa quantia de mais de um milhão de patacas. Durante a investigação, ambos os arguidos reconheceram esses factos.

Neste caso, a apresentação, por parte destes dois arguidos, de documentos falsos com vista à obtenção, por meio de engano, de subsídios do Governo causou prejuízos aos bens públicos e teria consubstanciado a prática dos crimes de «falsificação de documentos» e de «burla» previstos no Código Penal. O caso foi encaminhado para o Ministério Público.

Caso 3

Em Setembro de 2014, o CCAC concluiu a investigação de um caso em que um membro da direcção de uma associação local teria praticado os crimes de «falsificação de documento» e de «burla de valor consideravelmente elevado».

Na sequência da investigação, apurou-se que os Serviços de Saúde, a Fundação Macau e o Gabinete do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura têm vindo a atribuir subsídios a associações, com a condição de estas não dirigirem requerimentos de subsídio para o mesmo projecto ou projecto semelhante a outras entidades.

涉案社團於2011年7月至10月期間，曾分別向前述三個實體申請該社團2012年運作經費的資助，該社團人員以偽造文件的方式，在申請資助期間，刻意隱瞞社團的收入及盈餘，從而獲得較大金額甚至不具備法定條件申請的資助。此外，嫌犯在2012年就一個名為“專業人員津貼”的項目，同時向衛生局及澳門基金會申請資助，並在申請文件上聲明沒有就同一項目向其他實體提出資助申請，因而同時獲得兩個實體的資助，當中重複獲資助的部分所涉金額約為澳門幣三十五萬元。

此外，嫌犯涉嫌在向資助實體匯報資助款項的使用情況時，在該社團2012年實際盈餘為澳門幣一百多萬元的情況下，透過提供不實聲明、誇大支出、少報及漏報收入等手法，使有關資助實體相信資助款項已經用罄，甚至相信該社團在營運過程中出現虧損，從而不要求其退回有關資助款項。

經初步計算，涉案社團透過提供不實文件而獲得的不正當利益逾澳門幣一百萬元，因此，有強烈跡象顯示嫌犯涉嫌以偽造文件的方式詐騙公帑，其行為涉嫌觸犯《刑法典》所規定的“偽造文件罪”及“相當巨額詐騙罪”。案件已完成偵查程序並移送檢察院處理。

個案四

公署在調查一宗賄賂案件期間，揭發一名司法警察局偵查員涉嫌觸犯財產申報“資料不正確罪”及“財產來源不明罪”。

調查發現，2012年至2014年間，該名偵查員的銀行帳戶有超過一百筆透過自動櫃員機存入現金的紀錄，合共存入金額達澳門幣三百萬元。

該名偵查員利用現金存款機無須登記存款人身份資料的漏洞，每次將數萬元至十多萬元的現金存入帳戶，多個月來成功將來源不明的現金存入帳戶，總金額折合逾澳門幣三百萬元，超過該名偵查員的合法收入的四倍。

A associação em causa tinha apresentado pedidos, entre Julho e Outubro de 2011, às três entidades atrás referidas para a atribuição de apoio financeiro destinado ao seu funcionamento referente ao ano de 2012. O dito membro da direcção da associação solicitou o subsídio, por meio de falsificação de documento, ocultando dolosamente que a associação tinha receitas e saldos, de forma a obter um apoio financeiro de valor mais elevado ou até um apoio financeiro para o qual a associação não reunia as necessárias condições legais. Para além disso, o arguido dirigiu em 2012, simultaneamente, requerimentos aos Serviços de Saúde e à Fundação Macau para um projecto intitulado «subsídio ao pessoal especializado», declarando nos respectivos documentos que não havia apresentado outros requerimentos de apoio financeiro a outras entidades para o mesmo projecto, acabando no entanto por receber subsídios duplicados atribuídos por duas entidades, para o mesmo projecto, no montante de aproximadamente 350 mil patacas.

Para além disso, aquando da apresentação do relatório da aplicação do subsídio recebido pela associação às respectivas entidades financiadoras, tendo a associação uma receita efectiva aproximada de mais de um milhão de patacas, o arguido, através da apresentação de declaração onde fez constar informações falsas, despesas exageradas e omissões ou insuficiências de elementos quanto às receitas, levou as referidas entidades financiadoras a acreditarem que o subsídio teria sido esgotado e até que a associação se encontrava em situação de défice, para não efectuar o reembolso do valor remanescente do subsídio.

Segundo um cálculo preliminar, a associação em causa, através da apresentação de documentos falsos, obteve benefício ilegítimo de mais de um milhão de patacas. Nestes termos, havia fortes indícios de que o arguido teria obtido dinheiro público por meios fraudulentos através da apresentação de documentos falsos, o que teria consubstanciado a prática de crimes de «falsificação de documento» e de «burla de valor consideravelmente elevado» previstos no Código Penal. O caso foi encaminhado para o Ministério Público após a conclusão da respectiva investigação.

Caso 4

O CCAC descobriu, durante a investigação de um caso de corrupção, que um agente de investigação da Polícia Judiciária (PJ) teria praticado os crimes de «inexactidão dos elementos» na declaração de bens patrimoniais e interesses e de «riqueza injustificada».

Apurou-se no decurso da investigação que, durante o período compreendido entre 2012 e 2014, a conta bancária do dito agente da PJ registou mais de cem transacções efectuadas através de máquinas ATM, envolvendo um montante de depósito que atingia os três milhões de patacas.

Aproveitando a lacuna da desnecessidade de identificação do depositante, o referido agente conseguiu depositar, através de máquinas ATM e durante vários meses, dinheiro proveniente de fonte injustificada num montante total correspondente a mais de três milhões de patacas, sendo cada depósito no valor de dezenas de milhares a mais de cem mil patacas. O montante total do dinheiro depositado na respectiva conta era mais de quatro vezes superior ao total dos rendimentos que o agente legalmente auferia.

調查又發現，該名偵查員在履行財產申報義務時，在明知有關銀行帳戶結存超過一百萬元的情況下，卻故意隱瞞，沒有依法申報該帳戶。

該名偵查員違反《財產及利益申報法律制度》的規定，涉嫌觸犯“財產來源不明罪”及財產申報“資料不正確罪”。案件已移送檢察院處理。

個案五

公署揭發兩名私人醫療機構的醫生涉嫌觸犯“私營部門的賄賂”及“相當巨額詐騙罪”，涉案金額逾澳門幣一百四十萬元。

經調查發現，某私人醫療機構的劉姓醫生主管及梁姓醫生組長負責該醫療機構自設的醫學化驗服務。自2012年起，兩人私下向多間私人化驗所訛稱代表該醫療機構推動屬下醫生為病人發出化驗轉介信，且每月由梁姓嫌犯統一收取“顧問費”。

兩名嫌犯明知其任職的醫療機構自設化驗服務，卻在沒有取得僱主同意且故意違反職業操守的情況下，誘使或威迫屬下醫生將病人轉介至其他私人化驗所進行醫學檢查，藉此謀取不當利益。兩名嫌犯罔顧病人權益，導致部分求診病人須到私人化驗所進行一些額外且不必要的化驗項目；同時，二人的行為又使僱主長期蒙受損失。

調查又發現，梁姓嫌犯每月統一向各私人化驗所收取“顧問費”後，沒有將款項交回公司，也沒有按私人化驗所提供的清單向屬下醫生發放有關款項，而是以欺上瞞下的方式，僅將少於總金額一半的“顧問費”分給各相關的醫生，餘款則串同劉姓嫌犯據為己有。至2014年10月初，累計的涉案金額逾澳門幣一百四十萬元。

兩名嫌犯的行為已觸犯《刑法典》所規定的“相當巨額詐騙罪”以及《預防及遏止私營部門賄賂》法律所規定的“受賄罪”。案件已移送檢察院處理。

Foi descoberto igualmente que o dito agente, aquando do cumprimento do dever de declaração de bens patrimoniais e interesses e estando ciente de que a referida conta bancária tinha um saldo de mais de um milhão de patacas, não cumpriu a lei e omitiu, propositadamente, a declaração dessa conta bancária.

Tendo violado as disposições do Regime Jurídico da Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses, o referido agente teria cometido os crimes de «riqueza injustificada» e de «inexactidão dos elementos» e o caso foi encaminhado para o Ministério Público.

Caso 5

O CCAC descobriu um caso suspeito da prática de crimes de «corrupção no sector privado» e de «burla de valor consideravelmente elevado», por parte de dois médicos que exerciam funções numa instituição médica privada, envolvendo um montante superior a 1,4 milhões de patacas.

Na sequência da investigação, apurou-se que os dois arguidos — um médico de apelido Lau que exercia funções de chefia e um outro de apelido Leong que exercia funções de chefe de grupo, eram responsáveis pelos serviços de exames médicos prestados na referida instituição médica privada. A partir de 2012, os dois arguidos abordaram vários laboratórios privados, alegando que estavam a incentivar, falsamente em nome da instituição, os seus médicos a encaminharem os pacientes para efectuar exames médicos em laboratórios privados, cabendo ao arguido de apelido Leong a cobrança de «honorários de consultoria» mensais.

Estando cientes de que a instituição onde exerciam funções dispunha de serviços de exames médicos próprios, sem prévio consentimento do empregador e em violação dolosa dos seus deveres profissionais, os dois arguidos aliciaram ou constrangeram os médicos a eles subordinados a encaminharem os respectivos pacientes para outros laboratórios privados para a realização de exames médicos, com o fim de obter vantagens ilícitas. Os dois arguidos não tiveram minimamente em conta os direitos e interesses dos pacientes e os seus actos fizeram com que uma parte dos pacientes tivesse que efectuar exames médicos extraordinários e desnecessários em laboratórios privados, para além de terem causado prejuízos ao respectivo empregador ao longo do tempo decorrido.

Foi apurado ainda que o arguido de apelido Leong, depois de ter cobrado os «honorários de consultoria» mensais junto dos laboratórios privados, nunca os entregou à instituição nem os distribuiu proporcionalmente aos médicos subordinados conforme as listas fornecidas pelos laboratórios. Com efeito, o arguido de apelido Leong apenas entregava aos respectivos médicos menos de metade do total dos «honorários de consultoria» recebidos, ficando ele e o arguido de apelido Lau com o restante. Até ao início de Outubro de 2014, o montante envolvido neste caso atingiu um valor superior a 1,4 milhões de patacas.

Os actos praticados pelos dois arguidos terão consubstanciado o crime de burla de valor consideravelmente elevado previsto no Código Penal e o crime de corrupção passiva previsto na Lei de Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado. O caso foi encaminhado para o Ministério Público.

個案六

公署在調查一宗貪污案件期間，揭發一名文化局廳級主管人員涉嫌違法，遂展開調查。

經調查發現，該主管人員在2007年一項設計工作的判給程序中，以有關工作屬緊急為由，利用職權建議豁免正常諮詢程序，將設計工作直接判給其配偶持股的公司。事件中，涉案的主管人員隱瞞其配偶為承判公司股東的事實，建議直接將設計工作判給該公司，繼而令該公司獲判給後期的支援服務及設計修改工作，合共取得約澳門幣二百萬元的服務費。其後，承判公司在設計方面出現缺失，並經歷超過一年的時間修改設計，導致有關設計所涉工程須延後招標，令澳門特別行政區政府須額外承擔澳門幣一千多萬元的工程造价開支。

涉案的主管人員及其配偶涉嫌觸犯《刑法典》所規定的“在法律行為中分享經濟利益罪”。案件已移送檢察院處理。

個案七

公署揭發某大廈業主會主席涉嫌收受設備供應商提供的利益，以偽造文件的方式使該公司為大廈提供服務的合約得以續期，令大廈小業主利益受損。

經調查發現，該大廈業主會與本澳一間工程及設備供應公司於2009年初簽訂為期兩年的節能燈供應合約，由後者負責為大廈所有公共地方更換節能燈，並收取大廈每月節省的電費開支的六成作為服務費。

其後，當合約年期在2011年屆滿時，該工程及設備供應公司負責人為了令合約得以續期並繼續收取服務費，遂聯同有關大廈業主會主席擅自修改合約年期，由兩年改為三年，並加上自動續約條款，結果令大廈小業主須多繳付合共數萬元的服務費。另

Caso 6

O CCAC descobriu, durante a investigação de um caso de corrupção, que um chefe de departamento do Instituto Cultural teria violado a lei, tendo procedido então à respectiva investigação.

Foi assim descoberto que, em 2007, o referido chefe de departamento, no âmbito de procedimento de adjudicação de um serviço de concepção de projecto, aproveitando a sua competência funcional e invocando a alegada urgência do serviço, propôs o ajuste directo, com isenção do normal processo de consulta, a uma empresa da qual o seu cônjuge era accionista. No presente caso, o chefe de departamento em causa propôs o ajuste directo à referida empresa empreiteira, encobrindo o facto de o seu cônjuge ser accionista da mesma, o que permitiu que esta viesse a obter também a adjudicação posterior dos serviços de assistência e de alteração do projecto. A referida empresa conseguiu obter, a título de honorários de serviços, um montante de cerca de dois milhões de patacas. Posteriormente, devido a deficiências da empresa empreiteira verificadas na concepção do projecto e à demora, por mais de um ano, na alteração do mesmo, a adjudicação da obra relacionada com o projecto em causa foi adiada, o que implicou ao Governo da RAEM um custo extra de mais de dez milhões de patacas em relação ao preço da adjudicação da respectiva obra.

O referido chefe de departamento e o seu cônjuge eram suspeitos da prática do crime de «participação económica em negócio» previsto no Código Penal e o caso foi encaminhado para o Ministério Público.

Caso 7

O CCAC descobriu um caso em que o presidente da assembleia geral de condóminos de um edifício teria recebido benefícios de uma empresa fornecedora de equipamentos, falsificando documentos para que o respectivo contrato de prestação de serviços ao edifício pudesse ser renovado, em detrimento dos interesses de todos os condóminos do edifício.

Após investigação, verificou-se que a assembleia geral de condóminos do edifício em causa e uma empresa local de engenharia e fornecimento de equipamentos celebraram, no início de 2009, um contrato relativo ao fornecimento de lâmpadas de poupança de energia, com a duração de dois anos. Segundo o contrato, cabia à referida empresa proceder à substituição das lâmpadas em todos os espaços públicos do edifício por lâmpadas de poupança de energia, sendo que 60% das despesas de electricidade mensalmente poupadas eram atribuídas à empresa a título de taxas de serviço.

Posteriormente, quando terminou o contrato em 2011, o responsável da referida empresa de engenharia e fornecimento de equipamentos, com o objectivo de ver renovado o seu contrato, de forma a poder continuar a receber as taxas de serviço, e o presidente da assembleia geral de condóminos alteraram, por iniciativa própria, o prazo do contrato de dois anos para três anos e introduziram uma nova cláusula de renovação automática do mesmo, o que implicou aos condóminos um encargo extra de dezenas de milhares de patacas a título de taxas de serviço. Ademais, neste caso, o presidente da assembleia geral de condóminos do referido edifício era funcionário público e teria conseguido explorar simultaneamente actividade privada

外，在本案中，身為公職人員的該大廈業主會主席以有關工程及設備公司的名義開展私人業務，從而規避公職人員不得兼職的法律規定。

案件中的兩名嫌犯涉嫌觸犯《預防及遏止私營部門賄賂》法律所規定的“行賄罪”和“受賄罪”，以及《刑法典》所規定的“偽造文件罪”。案件已移送檢察院處理。

另外，由於其中一名嫌犯同時涉嫌違反公職法律的規定，經通報後有關部門已開立紀律程序卷宗跟進。

個案八

公署揭發有人藉當局推出節能資助計劃而實施詐騙。

經調查發現，案件中的四名嫌犯多次詐騙環保與節能基金的資助。其中三名嫌犯為節能產品供應商，在為商戶代辦“環保、節能產品和設備資助計劃”申請時，涉嫌以虛報方式，向有關部門誇大節能產品的價格，並提交不實的報價單及發票，藉此騙取較高的資助金額。

按照上述資助計劃的規定，有關資助金額最高為節能產品價格的八成，其餘兩成費用及安裝費須由商戶自行負擔。嫌犯以虛報數量及價格的方式詐騙資助，令商戶無須負擔該兩成自付費用及安裝費。案件中另一名嫌犯為其中一個獲資助商戶的東主，在申請資助程序中亦有參與詐騙。

調查又發現，涉嫌詐騙的資助申請共有二十二宗，所涉金額超過澳門幣二十萬元。

四名嫌犯的行為涉嫌觸犯《刑法典》所規定的“偽造文件罪”及“詐騙罪”。案件已移送檢察院處理。

個案九

公署揭發一宗醫務人員涉嫌違法違紀案，案件中一名政府醫院護士涉嫌盜取藥物，並在沒有醫生處方下私自協助病人使用藥物。

usando para o efeito o nome daquela empresa de engenharia e fornecimento de equipamentos, esquivando-se, assim, ao cumprimento das disposições legais quanto à proibição de acumulação de funções.

Os dois arguidos deste caso eram suspeitos da prática dos crimes de «corrupção activa» e de «corrupção passiva» previstos na Lei de Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado, bem como do crime de «falsificação de documento» previsto no Código Penal. O processo foi encaminhado para o Ministério Público.

Por outro lado, tendo em conta que um dos arguidos teria ainda violado a legislação da função pública, o serviço público envolvido, depois de lhe ter sido comunicado o caso, já procedeu à instauração do respectivo processo disciplinar.

Caso 8

O CCAC descobriu um caso de burla relacionada com o plano de apoio financeiro à aquisição de produtos e equipamentos de conservação energética promovido pelo Governo.

Em resultado da investigação efectuada, apurou-se que os quatro arguidos do presente caso obtiveram, por várias vezes, subsídios do Fundo para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética (FPACE) por meios fraudulentos. Entre estes, três eram fornecedores de produtos de conservação energética. Ao ajudar as empresas interessadas na candidatura ao Plano de Apoio Financeiro à Aquisição de Produtos e Equipamentos para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética no tratamento de formalidades, os três arguidos teriam, através de meios fraudulentos, apresentado ao FPACE preços exagerados dos produtos de conservação energética fornecidos, juntando propostas e recibos falsos, de forma a obter fraudulentamente um subsídio de valor mais elevado.

De acordo com as regras do Plano acima referido, o apoio financeiro a conceder por cada pedido era o correspondente a até 80% do montante dos produtos de conservação energética adquiridos enquanto os 20% restantes e o custo de instalação deviam ser pagos pelas próprias empresas. Os arguidos teriam assim obtido apoio financeiro fraudulentamente ao prestar declarações falsas em relação à quantidade e ao preço, para que as empresas não precisassem de suportar os 20% do montante que deveriam pagar e o custo de instalação. O outro arguido deste caso, proprietário de uma empresa subsidiada, era também suspeito de ter participado na burla relacionada com o procedimento de requerimento do subsídio.

Verificou-se ainda que estavam envolvidos no caso 22 pedidos de apoio financeiro com suspeita de burla, num valor superior a 200 mil patacas.

Os quatro arguidos eram suspeitos da prática dos crimes de «falsificação de documento» e de «burla» previstos no Código Penal e o caso foi encaminhado para o Ministério Público.

Caso 9

O CCAC descobriu um caso suspeito de violação da lei e de infracção disciplinar, praticado por um enfermeiro do hospital público que teria furtado medicamentos do hospital e ajudado um doente a utilizá-los sem receita médica.

涉案嫌犯是一名政府醫院護士，因其護士身份有權進出醫院藥房和提取藥物。調查發現，該護士於2013年曾至少一次在未經准許下擅自取走一種須經醫生處方的針藥，並私自帶到本澳一住宅為一名年老的病人注射。該名病人曾在政府醫院留院治療，嫌犯於該名病人出院後主動照顧其起居生活，甚至在醫院偷取有助止痛的針藥帶到病人家中為其注射。其後，嫌犯得到該名病人的信任，病人自願將其住宅單位以低於市場價格出售予嫌犯的一名親屬，嫌犯亦因此而間接取得了該單位的所有權。

嫌犯擅取政府醫院針藥的行為涉嫌觸犯《刑法典》所規定的“公務上之侵占罪”。案件已移送檢察院處理。

另外，公署已將案情通報衛生局，局方亦已展開跟進工作。

個案十

公署於2014年12月完成一宗演藝學院音樂學校某教師濫用職權案的偵查工作。

經調查發現，演藝學院音樂學校某教師為使在該校就讀的兒子獲得學校的學年獎項，涉嫌以職務主管的身份多次就其兒子的事宜舉行會議，並私下修改其兒子就讀班別的班主任所提出的建議。此外，該名教師為使其兒子順利獲得有關學年獎項，甚至將原本可獲得該獎項的一位學生除名。

該名教師沒有公平地對待每一位學生，違反教師固有的職務義務，並利用職權為兒子謀取不當利益，損害他人，有關行為涉嫌觸犯《刑法典》所規定的“濫用職權罪”。案件已移送檢察院處理。

四、跨境案件協查

(一) 境外執法機關請求公署協查的案件

2014年，外地執法機關請求公署協查的案件共有6宗，其中3宗是由香港廉政公署及香港警務處請求協查，其餘3宗是由內地反貪機關請求協查。當中有2宗已完成，另有4宗尚在跟進中。

O arguido era um enfermeiro do hospital público que tinha o direito de acesso à farmácia do hospital e de levantamento de medicamentos. Através da investigação, foi detectado que, em 2013, o referido enfermeiro tinha levado da farmácia do hospital, pelo menos uma vez e sem a devida autorização, uma injeção cuja utilização carecia de receita médica e tinha-a aplicado num doente idoso na casa do mesmo, sita em Macau. O doente em causa tinha sido anteriormente internado no hospital público. Depois de este ter alta do hospital, o arguido, por iniciativa própria, passou a tomar conta da sua vida quotidiana e chegou mesmo a furtar do hospital injeções para atenuação de dores, a fim de serem aplicadas nesse doente na própria casa. Desta maneira, o arguido conseguiu obter a confiança do doente que veio depois a vender, por vontade própria, a sua fracção habitacional a um familiar do arguido, a um preço inferior ao praticado no mercado imobiliário. Assim, o arguido adquiriu, de forma indirecta, a propriedade da fracção.

O facto de o arguido ter levado injeções do hospital público sem a devida autorização teria consubstanciado a prática do crime de «peculato» previsto no Código Penal, tendo sido o caso encaminhado para o Ministério Público.

Por outro lado, o CCAC comunicou o caso aos Serviços de Saúde que, por sua vez, desenvolveram as necessárias acções de acompanhamento.

Caso 10

Em Dezembro de 2014, o CCAC concluiu a investigação de um caso de abuso de poderes, praticado por um professor da Escola de Música do Conservatório de Macau.

Na sequência da investigação, apurou-se que um professor da Escola de Música do Conservatório de Macau, para que o seu filho que se encontrava a frequentar aquela escola pudesse ganhar o prémio anual da escola, aproveitando a sua qualidade de chefia funcional, teria convocado várias reuniões para discutir assuntos relativos ao seu filho e alterado pessoalmente as sugestões apresentadas pelo coordenador da turma do mesmo. Ademais, para atingir o seu objectivo, o referido professor chegou ainda a fazer excluir da lista um estudante a quem deveria ser atribuído o prémio anual da escola.

O referido professor não tratava de forma igual todos os estudantes, violando os deveres inerentes à profissão docente. O facto de ter abusado dos seus poderes para obter interesses ilegítimos para o seu filho e causar prejuízo a outra pessoa, teria consubstanciado a prática do crime de «abuso de poder» previsto no Código Penal, tendo por isso o caso sido encaminhado para o Ministério Público.

IV. Cooperação transfronteiriça

(1) Casos em que foi solicitado o apoio do CCAC por autoridades do exterior no âmbito da cooperação transfronteiriça

Em 2014, por solicitação de autoridades do exterior, o CCAC prestou apoio na investigação de 6 casos. Em 3 destes casos, o apoio foi solicitado pela Comissão Independente contra a Corrupção (ICAC) de Hong Kong e pela Polícia de Hong Kong, enquanto que nos restantes 3 casos o apoio foi solicitado pelas autoridades anti-corrupção do Interior da China. Do total dos casos investigados, 2 foram dados como findos e 4 continuam a ser acompanhados.

(二) 公署請求境外執法機關協查的案件

2014年，公署請求外地協查的案件共有6宗，主要是向內地的反貪機關請求提供協助。當中5宗已完成，尚有1宗仍在跟進中。

(三) 第十屆粵港澳個案協查工作座談會

2014年12月在廣東省深圳市舉行了“第十屆粵港澳個案協查工作座談會”，公署代表參加了是次會議。會上三方代表總結並分享了過去一年的協查工作經驗，三方對加強及規範協查機制達成了共識，包括就提高三地的協查效率、協查人員身份的保密性、跨境調查及搜證的可行性及限制，以及建立案件情報交流的機制等方面進行探討。此外，三地人員亦就約見證人、案件立案及收發程序、調取案件資料、密函傳遞方式及清洗黑錢新趨勢等議題展開討論。

三地亦同意在相互尊重、深化溝通、平等互助的原則下加強交流合作，以擴闊三地合作的法律框架及優化協查交流程序，是次會議促進了公署人員與內地及香港協查人員之間的良好關係，有利於日後三地協查工作順利進行。

五、法院判決

由公署偵辦並於2014年獲法院確定判決的案件共有12宗。由於進行刑事程序需時，部分經判決的案件是多年前的積案，其中曠日持久的是2005年的選舉案判決。這些經判決的案件主要涉及受賄罪、行賄罪、詐騙罪以及選民證留置罪等。此外，還有5宗案件經一審判決後已進入二審程序，故沒有計算入2014年的數字中。具體判決詳情列表如下：

(2) Casos em que foi solicitado pelo CCAC o apoio de autoridades do exterior no âmbito da cooperação transfronteiriça

Em 2014, o CCAC solicitou apoio a autoridades do exterior na investigação de 6 casos. O apoio foi solicitado principalmente às autoridades anti-corrupção do Interior da China. Do total destes casos, 5 foram dados como findos e 1 continua a ser acompanhado.

(3) 10.º Colóquio sobre Cooperação na Investigação de Casos entre Guangdong, Hong Kong e Macau

Em Dezembro de 2014, o «10.º Colóquio sobre Cooperação na Investigação de Casos entre Guangdong, Hong Kong e Macau» foi realizado em Shenzhen na Província de Guangdong, tendo participado no mesmo representantes do CCAC. Durante o encontro, os representantes das três partes avaliaram e partilharam as experiências obtidas no âmbito da cooperação na investigação desenvolvida no ano transacto, concluindo ser de reforçar e regular os mecanismos de assistência na investigação, incluindo o estudo sobre o aumento da eficácia da cooperação na investigação, a confidencialidade da identificação do pessoal que coopera na investigação, as possibilidades e os limites na investigação e recolha de provas transfronteiriças entre as três regiões, bem como o estabelecimento de mecanismos de troca de informações relativas aos casos. Para além disso, temas como a marcação de entrevistas com testemunhas, a instrução de processos, os procedimentos de envio e recepção de processos, a obtenção de informações de processos, as formas de envio de missivas confidenciais e a tendência recente do branqueamento de capitais foram também discutidos no encontro pelos representantes das três regiões.

As três regiões concordaram ainda com o reforço das acções de intercâmbio e cooperação, com observância dos princípios de respeito mútuo, de aprofundamento da comunicação, e da igualdade e assistência mútua, com vista a alargar o quadro legal de cooperação entre as três regiões e a aperfeiçoar os respectivos procedimentos de assistência na investigação e de intercâmbio. Este encontro promoveu a manutenção de uma boa relação do pessoal do CCAC com o pessoal que coopera na investigação do Interior da China e de Hong Kong, contribuindo assim para o bom desenvolvimento de trabalhos futuros.

V. Sentenças judiciais

Em 2014, 12 processos investigados pelo CCAC obtiveram sentença judicial transitada em julgado. Devido ao tempo exigido pelo decurso do procedimento penal, alguns dos referidos processos tiveram o seu início há vários anos, nomeadamente o processo relativo às eleições legislativas de 2005 que se arrastou por muito tempo. Estes casos, já decididos, estavam relacionados, nomeadamente, com a prática dos crimes de corrupção passiva, de corrupção activa, de burla e de retenção do cartão de eleitor. Para além disso, outros 5 processos decididos em primeira instância passaram já para fase de julgamento em segunda instância, pelo que este número não está incluído nas estatísticas de 2014. Apresenta-se de seguida os pormenores relativos às sentenças:

序號	法院判決	嫌犯姓名	被檢控罪行	判刑
1	初級法院	陳XX	四項“受賄作不法行為罪”(《刑法典》第337條第1款)	徒刑1年3個月, 緩刑2年
		張XX	四項“行賄罪”(《刑法典》第339條第1款)	徒刑7個月, 緩刑2年

序號	法院判決	嫌犯姓名	被檢控罪行	判刑
2	初級法院	林XX	一項“行賄罪”(《刑法典》第339條第1款)	徒刑7個月, 緩刑2年(判處澳門幣5,000元罰金)
3	初級法院	張XX	一項“詐騙罪”(《刑法典》第211條第1款)	判處罰金120日(每日150元)
4	初級法院 中級法院	鮑XX	一項“選民證留置罪”(《選民登記法》第49條第1款)	初院判決: 徒刑2年, 緩刑3年 中級判決: 控罪不成立
		馮XX	一項“選民證留置罪”(《選民登記法》第49條第1款)	初院判決: 中止政治權利2年, 徒刑1年半, 緩刑2年 中級判決: 控罪不成立
		張XX	一項“選民證留置罪”(《選民登記法》第49條第1款)	初院判決: 中止政治權利2年, 徒刑1年半, 緩刑2年 中級判決: 控罪不成立
		陳XX	一項“選民證留置罪”(《選民登記法》第49條第1款) 一項“提供選民證罪”(《選民登記法》第49條第2款)	初院判決: 中止政治權利2年, 徒刑1年9個月, 緩刑2年 中級判決: 控罪不成立
		譚XX	一項“選民證留置罪”(《選民登記法》第49條第1款) 一項“提供選民證罪”(《選民登記法》第49條第2款)	初院判決: 中止政治權利2年, 徒刑1年9個月, 緩刑2年 中級判決: 控罪不成立
		吳XX	一項“選民證留置罪”(《選民登記法》第49條第1款)	初院判決: 中止政治權利2年, 徒刑1年半, 緩刑2年 中級判決: 控罪不成立
		葉XX	一項“選民證留置罪”(《選民登記法》第49條第1款)	初院判決: 中止政治權利2年, 徒刑1年半, 緩刑2年 中級判決: 控罪不成立
5	初級法院	梁XX	一項“行賄罪”(《刑法典》第339條第1款)	徒刑7個月, 緩刑1年半
6	初級法院	梁XX	一項“偽造文件罪”(《刑法典》第244條第1款b項)	徒刑1年, 緩刑1年半
		馮XX	一項“偽造文件罪”(《刑法典》第244條第1款b項)	徒刑9個月, 緩刑1年半
		黎XX	一項“偽造文件罪”(《刑法典》第244條第1款b項)	徒刑9個月, 緩刑1年半
		文XX	一項“偽造文件罪”(《刑法典》第244條第1款b項)	徒刑7個月, 緩刑1年半
		黃XX	一項“偽造文件罪”(《刑法典》第244條第1款b項)	徒刑1年, 緩刑1年半
		林XX	一項“偽造文件罪”(《刑法典》第244條第1款b項)	徒刑1年, 緩刑1年半
		吳XX	一項“偽造文件罪”(《刑法典》第244條第1款b項)	徒刑1年, 緩刑1年半
		王XX	一項“偽造文件罪”(《刑法典》第244條第1款b項)	徒刑10個月, 緩刑1年半
		戴XX	一項“偽造文件罪”(《刑法典》第244條第1款b項)	徒刑1年, 緩刑1年半
		胡XX	一項“偽造文件罪”(《刑法典》第244條第1款b項)	徒刑1年, 緩刑1年半
		孔XX	一項“偽造文件罪”(《刑法典》第244條第1款b項)	徒刑9個月, 緩刑1年半
		吳XX	一項“偽造文件罪”(《刑法典》第244條第1款b項)	徒刑9個月, 緩刑1年半
		李XX	一項“偽造文件罪”(《刑法典》第244條第1款b項)	徒刑9個月, 緩刑1年半
		楊XX	一項“偽造文件罪”(《刑法典》第244條第1款b項)	徒刑9個月, 緩刑1年半
		廖XX	一項“偽造文件罪”(《刑法典》第244條第1款b項)	徒刑9個月, 緩刑1年半
李XX	一項“偽造文件罪”(《刑法典》第244條第1款b項)	徒刑9個月, 緩刑1年半		
7	初級法院 中級法院	李XX	一項“抗拒與脅迫罪”(《刑法典》第311條)	初院判決: 徒刑1年 中院判決: 控罪成立, 維持原判

序號	法院判決	嫌犯姓名	被檢控罪行	判刑
8	初級法院	甄XX	一項“受賄作不法行為罪”(《刑法典》第337條第1款)	控罪不成立,改判“受賄作合法行為罪”,但由於追溯時效已過,故訴訟程序歸檔。
		張XX	一項“受賄作不法行為罪”(《刑法典》第337條第1款)	控罪不成立,改判“受賄作合法行為罪”,但由於追溯時效已過,故訴訟程序歸檔。
		陳XX	一項“受賄作不法行為罪”(《刑法典》第337條第1款)	控罪不成立,改判“受賄作合法行為罪”,但由於追溯時效已過,故訴訟程序歸檔。
9	初級法院	郭XX	一項“詐騙罪”(《刑法典》第211條第1款)	向民政總署支付澳門幣13,452元,徒刑7個月,緩刑2年
10	初級法院	林XX	五項“清洗黑錢罪”《預防及遏止清洗黑錢犯罪》法律第3條	初院判決:控罪不成立
11	初級法院 中級法院	吳XX	二項“濫用職權罪”(《刑法典》第347條)	初院判決:控罪不成立(檢察院提出上訴) 中院判決:控罪不成立
		毛XX	一項“濫用職權罪”(《刑法典》第347條) 一項“作虛假之當事人陳述或聲明罪”(《刑法典》第323條)	初院判決:“濫用職權罪”不成立(檢察院提出上訴);“作虛假之當事人陳述或聲明罪”成立,判處徒刑1年,緩刑2年,須於1個月內向澳門特別行政區政府賠償澳門幣3萬元。 中院判決:“濫用職權罪”不成立
		梁XX	一項“濫用職權罪”(《刑法典》第347條)	初院判決:控罪不成立(檢察院提出上訴) 中院判決:控罪不成立
12	初級法院 中級法院	梁XX	一項“受賄作不法行為罪”(《刑法典》第337條第2款) 四項“受賄作不法行為罪”(《刑法典》第337條第1款)	初院判決:徒刑5年半 中院判決:維持初院原判
		吳XX	一項“受賄作不法行為罪”(《刑法典》第337條第1款)	初院判決:控罪不成立
		梁XX	五項“行賄罪”(《刑法典》第339條第1款)	初院判決:兩項“行賄罪”不成立,三項“行賄罪”成立,徒刑1年9個月 中級判決:上訴理由成立,判處無罪
		陳XX	五項“受賄作不法行為罪”(《刑法典》第337條第1款)	初院判決:兩項“受賄作不法行為罪”不成立,三項“受賄作不法行為罪”成立,徒刑2年3個月 中院判決:改判為“袒護他人罪”成立,發還初級法院負責量刑。

N.º	Tribunal	Arguido	Acusação	Sentença
1	Tribunal Judicial de Base (TJB)	Chan XX	4 crimes de «corrupção passiva para acto ilícito» (n.º 1 do artigo 337.º do Código Penal)	Foi condenado à pena de prisão de 1 ano e 3 meses, com a execução da pena suspensa por 2 anos
		Cheong XX	4 crimes de «corrupção activa» (n.º 1 do artigo 339.º do Código Penal)	Foi condenado à pena de prisão de 7 meses, com a execução da pena suspensa por 2 anos
2	TJB	Lam XX	1 crime de «corrupção activa» (n.º 1 do artigo 339.º do Código Penal)	Foi condenado à pena de prisão de 7 meses, com a execução da pena suspensa por 2 anos (com pena de multa de 5.000 patacas)
3	TJB	Cheong XX	1 crime de «burla» (n.º 1 do artigo 211.º do Código Penal)	Foi punido com pena de multa de 120 dias (150 patacas por dia)
4	TJB e Tribunal de Segunda Instância (TSI)	Pao XX	1 crime de «retenção do cartão de eleitor» (n.º 1 do artigo 49.º da Lei do Recenseamento Eleitoral)	Decisão do TJB: Foi condenado à pena de prisão de 2 anos, com a execução da pena suspensa por 3 anos Decisão do TSI: Absolvição
		Fong XX	1 crime de «retenção do cartão de eleitor» (n.º 1 do artigo 49.º da Lei do Recenseamento Eleitoral)	Decisão do TJB: Foram suspensos os direitos políticos durante 2 anos, foi condenado à pena de prisão de 1 ano e 6 meses, com a execução da pena suspensa por 2 anos Decisão do TSI: Absolvição
		Cheong XX	1 crime de «retenção do cartão de eleitor» (n.º 1 do artigo 49.º da Lei do Recenseamento Eleitoral)	Decisão do TJB: Foram suspensos os direitos políticos durante 2 anos, foi condenado à pena de prisão de 1 ano e 6 meses, com a execução da pena suspensa por 2 anos Decisão do TSI: Absolvição
		Chan XX	1 crime de «retenção do cartão de eleitor» (n.º 1 do artigo 49.º da Lei do Recenseamento Eleitoral) 1 crime de «oferta do cartão de eleitor» (n.º 2 do artigo 49.º da Lei do Recenseamento Eleitoral)	Decisão do TJB: Foram suspensos os direitos políticos durante 2 anos, foi condenado à pena de prisão de 1 ano e 9 meses, com a execução da pena suspensa por 2 anos Decisão do TSI: Absolvição
		Tam XX	1 crime de «retenção do cartão de eleitor» (n.º 1 do artigo 49.º da Lei do Recenseamento Eleitoral) 1 crime de «oferta do cartão de eleitor» (n.º 2 do artigo 49.º da Lei do Recenseamento Eleitoral)	Decisão do TJB: Foram suspensos os direitos políticos durante 2 anos, foi condenado à pena de prisão de 1 ano e 9 meses, com a execução da pena suspensa por 2 anos Decisão do TSI: Absolvição
		Ng XX	1 crime de «retenção do cartão de eleitor» (n.º 1 do artigo 49.º da Lei do Recenseamento Eleitoral)	Decisão do TJB: Foram suspensos os direitos políticos durante 2 anos, foi condenado à pena de prisão de 1 ano e 6 meses, com a execução da pena suspensa por 2 anos Decisão do TSI: Absolvição
		Ip XX	1 crime de «retenção do cartão de eleitor» (n.º 1 do artigo 49.º da Lei do Recenseamento Eleitoral)	Decisão do TJB: Foram suspensos os direitos políticos durante 2 anos, foi condenado à pena de prisão de 1 ano e 6 meses, com a execução da pena suspensa por 2 anos Decisão do TSI: Absolvição
5	TJB	Leong XX	1 crime de «corrupção activa» (n.º 1 do artigo 339.º do Código Penal)	Foi condenado à pena de prisão de 7 meses, com a execução da pena suspensa por 1 ano e 6 meses

N.º	Tribunal	Arguido	Acusação	Sentença
6	TJB	Leong XX	1 crime de «falsificação de documento» (alínea b) do n.º 1 do artigo 244.º do Código Penal)	Foi condenado à pena de prisão de 1 ano, com a execução da pena suspensa por 1 ano e 6 meses
		Fong XX	1 crime de «falsificação de documento» (alínea b) do n.º 1 do artigo 244.º do Código Penal)	Foi condenado à pena de prisão de 9 meses, com a execução da pena suspensa por 1 ano e 6 meses
		Lai XX	1 crime de «falsificação de documento» (alínea b) do n.º 1 do artigo 244.º do Código Penal)	Foi condenado à pena de prisão de 9 meses, com a execução da pena suspensa por 1 ano e 6 meses
		Man XX	1 crime de «falsificação de documento» (alínea b) do n.º 1 do artigo 244.º do Código Penal)	Foi condenado à pena de prisão de 7 meses, com a execução da pena suspensa por 1 ano e 6 meses
		Wong XX	1 crime de «falsificação de documento» (alínea b) do n.º 1 do artigo 244.º do Código Penal)	Foi condenado à pena de prisão de 1 ano, com a execução da pena suspensa por 1 ano e 6 meses
		Lam XX	1 crime de «falsificação de documento» (alínea b) do n.º 1 do artigo 244.º do Código Penal)	Foi condenado à pena de prisão de 1 ano, com a execução da pena suspensa por 1 ano e 6 meses
		Ng XX	1 crime de «falsificação de documento» (alínea b) do n.º 1 do artigo 244.º do Código Penal)	Foi condenado à pena de prisão de 1 ano, com a execução da pena suspensa por 1 ano e 6 meses
		Wong XX	1 crime de «falsificação de documento» (alínea b) do n.º 1 do artigo 244.º do Código Penal)	Foi condenado à pena de prisão de 10 meses, com a execução da pena suspensa por 1 ano e 6 meses
		Tai XX	1 crime de «falsificação de documento» (alínea b) do n.º 1 do artigo 244.º do Código Penal)	Foi condenado à pena de prisão de 1 ano, com a execução da pena suspensa por 1 ano e 6 meses
		Wu XX	1 crime de «falsificação de documento» (alínea b) do n.º 1 do artigo 244.º do Código Penal)	Foi condenado à pena de prisão de 1 ano, com a execução da pena suspensa por 1 ano e 6 meses
		Hong XX	1 crime de «falsificação de documento» (alínea b) do n.º 1 do artigo 244.º do Código Penal)	Foi condenado à pena de prisão de 9 meses, com a execução da pena suspensa por 1 ano e 6 meses
		Ng XX	1 crime de «falsificação de documento» (alínea b) do n.º 1 do artigo 244.º do Código Penal)	Foi condenado à pena de prisão de 9 meses, com a execução da pena suspensa por 1 ano e 6 meses
		Lei XX	1 crime de «falsificação de documento» (alínea b) do n.º 1 do artigo 244.º do Código Penal)	Foi condenado à pena de prisão de 9 meses, com a execução da pena suspensa por 1 ano e 6 meses
		Ieong XX	1 crime de «falsificação de documento» (alínea b) do n.º 1 do artigo 244.º do Código Penal)	Foi condenado à pena de prisão de 9 meses, com a execução da pena suspensa por 1 ano e 6 meses

N.º	Tribunal	Arguido	Acusação	Sentença
		Lio XX	1 crime de «falsificação de documento» (álnea b) do n.º 1 do artigo 244.º do Código Penal)	Foi condenado à pena de prisão de 9 meses, com a execução da pena suspensa por 1 ano e 6 meses
		Lei XX	1 crime de «falsificação de documento» (álnea b) do n.º 1 do artigo 244.º do Código Penal)	Foi condenado à pena de prisão de 9 meses, com a execução da pena suspensa por 1 ano e 6 meses
7	TJB e TSI	Lei XX	1 crime de «resistência e coacção» (artigo 311.º do Código Penal)	Decisão do TJB: Foi condenado à pena de prisão de 1 ano Decisão do TSI: Mantém-se a decisão do TJB
8	TJB	Ian XX	1 crime de «corrupção passiva para acto ilícito» (n.º 1 do artigo 337.º do Código Penal)	Absolvido. Foi no entanto condenado pela prática do crime de «corrupção passiva para acto lícito», porém, dada a prescrição do procedimento penal, procedeu-se ao arquivamento do processo.
		Cheong XX	1 crime de «corrupção passiva para acto ilícito» (n.º 1 do artigo 337.º do Código Penal)	Absolvido. Foi no entanto condenado pela prática do crime de «corrupção passiva para acto lícito», porém, dada a prescrição do procedimento penal, procedeu-se ao arquivamento do processo.
		Chan XX	1 crime de «corrupção passiva para acto ilícito» (n.º 1 do artigo 337.º do Código Penal)	Absolvido. Foi no entanto condenado pela prática do crime de «corrupção passiva para acto lícito», porém, dada a prescrição do procedimento penal, procedeu-se ao arquivamento do processo.
9	TJB	Kuok XX	1 crime de «burla» (n.º 1 do artigo 211.º do Código Penal)	Foi condenado ao pagamento de 13.452 patacas ao Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais e à pena de prisão de 7 meses, com a execução da pena suspensa por 2 anos
10	TJB	Lam XX	5 crimes de «branqueamento de capitais» (artigo 3.º da Lei de prevenção e repressão do crime de branqueamento de capitais)	Decisão do TJB: Absolvição
11	TJB e TSI	Ng XX	2 crimes de «abuso de poder» (artigo 347.º do Código Penal)	Decisão do TJB: Absolvição (O Ministério Público interpôs recurso) Decisão do TSI: Absolvição
		Mou XX	1 crime de «abuso de poder» (artigo 347.º do Código Penal) 1 crime de «falsidade de depoimento de parte ou declaração» (artigo 323.º do Código Penal)	Decisão do TJB: Absolvição do crime de «abuso de poder» (O Ministério Público interpôs recurso); foi condenado à pena de prisão de 1 ano, com a execução da pena suspensa por 2 anos, pela prática do crime de «falsidade de depoimento de parte ou declaração», e ainda ao pagamento de 30.000 patacas de indemnização ao Governo da RAEM no prazo de 1 mês. Decisão do TSI: Absolvição do crime de «abuso de poder»
		Leong XX	1 crime de «abuso de poder» (artigo 347.º do Código Penal)	Decisão do TJB: Absolvição (O Ministério Público interpôs recurso) Decisão do TSI: Absolvição
12	TJB e TSI	Leong XX	1 crime de «corrupção passiva para acto ilícito» (n.º 2 do artigo 337.º do Código Penal) 4 crimes de «corrupção passiva para acto ilícito» (n.º 1 do artigo 337.º do Código Penal)	Decisão do TJB: Foi condenado à pena de prisão de 5 anos e 6 meses Decisão do TSI: Mantém-se a decisão do TJB
		Ng XX	1 crime de «corrupção passiva para acto ilícito» (n.º 1 do artigo 337.º do Código Penal)	Decisão do TJB: Absolvição

N.º	Tribunal	Arguido	Acusação	Sentença
		Leong XX	5 crimes de «corrupção activa» (n.º 1 do artigo 339.º do Código Penal)	Decisão do TJB: Absolvição de 2 crimes de «corrupção activa»; foi condenado à pena de prisão de 1 ano e 9 meses pela prática dos outros 3 crimes de «corrupção activa» Decisão do TSI: Deu provimento ao recurso e sentença absolutória
		Chan XX	5 crimes de «corrupção passiva para acto ilícito» (n.º 1 do artigo 337.º do Código Penal)	Decisão do TJB: Absolvição de 2 crimes de «corrupção passiva para acto ilícito», foi condenado à pena de prisão de 2 anos e 3 meses pela prática dos outros 3 crimes de «corrupção passiva para acto ilícito» Decisão do TSI: Foi condenado pela prática do crime de «favorecimento pessoal», sendo o processo devolvido ao TJB para determinação de pena

六、財產及利益申報工作

2014年是財產及利益申報制度實施的第十六年，也是經修改的《財產及利益申報法律制度》生效實施後的第一年。該法律制度經修改後的最大亮點是引入了特定公共職位及政治職位據位人財產及利益公開制度。新的財產公開制度，是澳門特別行政區政府推動“陽光政府”施政理念的重要一步。

過去一年，隨着新的《財產及利益申報法律制度》的生效實施，公署克服了工作上出現的各種變化和困難，憑藉與各部門的充分溝通、協調，使財產及利益申報工作得以順利進行。無論是申報人還是有義務提供資料者均能嚴格遵守法律，故從未出現因欠交申報書或以不當形式提交申報書而須承擔有關法律責任的情況，財產及利益申報工作收到了預期的效果。

公署在2014年共接收了14,257名公務人員提交的財產及利益申報書，具體資料列表如下：

2014年提交財產及利益申報書統計表

提交申報書原因	人數
開始擔任職務	2,850
職務變動	4,672
終止職務	1,753
五年更新	2,994
隨配偶更新	602

VI. Trabalho relativo à Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses

Em 2014, completaram-se 16 anos sobre a implementação do regime da declaração de rendimentos e interesses patrimoniais e 1 ano da vigência do novo Regime Jurídico da Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses. O maior destaque do referido regime jurídico, após alteração, foi a introdução do sistema de publicitação da declaração dos bens patrimoniais e interesses dos titulares de certos cargos públicos e políticos. A implementação do novo regime de publicitação de bens patrimoniais constitui um passo muito importante do Governo da RAEM na promoção da ideologia da acção governativa assente no princípio da promoção de um «governo transparente».

No último ano, com a entrada em vigor do novo Regime Jurídico da Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses, o CCAC tem superado as mudanças e dificuldades verificadas na execução dos trabalhos respectivos, tendo sido desenvolvidas, de forma efectiva, as acções relativas à declaração de bens patrimoniais e interesses, mediante uma comunicação e coordenação estreita com os diversos serviços públicos. Tanto os próprios declarantes como as demais pessoas obrigadas a prestar informações têm cumprido rigorosamente a lei, pelo que não se verificou qualquer situação de falta de entrega ou de entrega indevida da declaração o que implicaria eventual apuramento de responsabilidade legal, tendo os trabalhos relativos à declaração de bens patrimoniais e interesses obtido os resultados previstos.

Em 2014, o CCAC recebeu um total de 14.257 declarações de bens patrimoniais e interesses apresentadas pelos trabalhadores da função pública, nos seguintes termos:

Mapa estatístico relativo à apresentação da declaração de bens patrimoniais e interesses em 2014

Motivo da apresentação da declaração	Número de pessoas
Início de funções	2.850
Alteração de funções	4.672
Cessação de funções	1.753
Actualização quinquenal	2.994
Actualização em razão do cônjuge	602

提交申報書原因	人數
履行提供資料義務	1,196
自願更新	190
總計	14,257

隨着公共行政電子化的趨勢，公署於2012年開始研發“財產及利益申報通知書處理系統”，突破一直沿用的紙質文書往來的傳統方法，增設電子形式的收發通知書方式，不但大大提高行政效率，同時亦能節省行政成本。上述處理系統於2013年年初投入使用，直至2014年12月31日為止，共有52個部門正式使用，超過慣常與公署財產及利益申報處有文書往來的部門的半數，取得了良好的成效。

在宣傳及推廣方面，公署繼續為新入職人員數目較多的部門舉辦“財產及利益申報講解會”，不但有助申報人正確填寫申報書，更重要的是讓更多公職人員清楚認識有關法律制度。

第三部分 行政申訴

一、概述

在行政申訴方面，公署於2014年共收到投訴及舉報個案567宗，內容多與公職制度、紀律部隊管理及執法、市政事務有關。此外，求助諮詢個案572宗，與2013年相比，數量略有上升。

對於投訴及舉報個案，公署主要從合法性和合理性兩方面審視公共部門的行政工作。當發現部門有行政違法或失當時，公署會督促有關部門予以糾正。同時，公署會視乎個案特點，透過對個案的分析跟進，全面而深入地審視部門的對外服務及內部運作，在有需要時提出改善建議，藉此提升部門的服務質量及工作

Motivo da apresentação da declaração	Número de pessoas
Cumprimento do dever de prestação de informações	1.196
Actualização voluntária	190
Total	14.257

Em acompanhamento da tendência do governo electrónico, o CCAC iniciou, em 2012, a concepção e o desenvolvimento de um software relativo ao «sistema de processamento das notificações da declaração de bens patrimoniais e interesses». O referido sistema veio mudar o meio tradicional de correspondência por escrito até aqui adoptado, acrescentando um novo meio electrónico de envio e recepção de notificações, o que contribuiu para elevar muito a eficiência administrativa e reduzir os custos administrativos. O referido sistema entrou em funcionamento no início de 2013, contando, até ao dia 31 de Dezembro de 2014, com 52 serviços utilizadores, sendo que o respectivo número corresponde a mais de metade dos serviços públicos que mantêm ligação com a Divisão de Declaração de Bens Patrimoniais e Interesses do CCAC. Estes dados permitem concluir que a aplicação do sistema tem apresenta resultados positivos.

No que diz respeito às acções de divulgação e promoção, o CCAC continuou a realizar sessões de esclarecimento sobre a declaração de bens patrimoniais e interesses tendo como alvo os serviços públicos que recrutaram maior número de trabalhadores, com o objectivo muito importante de permitir que mais funcionários públicos possam adquirir um conhecimento aprofundado do respectivo regime jurídico, para além de contribuir para o preenchimento correcto da declaração.

SECÇÃO III

PROVEDORIA DE JUSTIÇA

I. Introdução

No âmbito da provedoria de justiça, foram recebidas pelo CCAC, em 2014, 567 queixas e denúncias, estando a maioria relacionada com o regime da função pública, a gestão dos corpos disciplinares e a execução da lei por parte dos mesmos e os assuntos municipais. Para além disso, os pedidos de consulta recebidos totalizaram os 572, verificando-se uma tendência ligeiramente crescente em comparação com os dados referentes ao ano de 2013.

Relativamente às queixas e denúncias recebidas, o CCAC examina principalmente os procedimentos administrativos dos serviços públicos do ponto de vista da sua legalidade e razoabilidade. Caso sejam detectadas ilegalidades ou irregularidades administrativas, o CCAC exorta os respectivos serviços públicos a proceder às necessárias correcções. A par disso, dependendo das características dos casos, o CCAC analisa, de forma global e em profundidade, os serviços prestados por esses serviços públicos e o respectivo funcionamento interno através do tratamento e acompanhamento dos casos. Quando necessário, são também apresentadas sugestões de aperfeiçoamento, a fim de elevar a qualidade e a eficiência dos serviços públicos, assegurando o cumprimento da lei na Administração Pública

效率，確保部門依法行政，提升廉潔法治觀念，從而保障市民的合法權益。

此外，為持續提升人員處理行政申訴的專業能力，公署於2014年繼續為人員提供各項培訓，包括派員參加中國紀檢監察學院的監察培訓課程，了解內地紀檢及行政監察制度的設置、最新發展和工作經驗等。

二、行政申訴及求助諮詢個案情況

公署於2014年共收到567宗行政申訴個案，所涉及的事宜及相關個案數目列表如下：

涉及的事宜	數目	
公職制度		
▷ 內部管理	52	167
▷ 人員權益	46	
▷ 紀律問題	38	
▷ 人員聘用	31	
勞工事務		
▷ 勞資糾紛	12	19
▷ 非法工作	6	
▷ 外僱	1	
土地工務		
▷ 違法工程	25	37
▷ 物業使用監管	3	
▷ 工程准照及驗收	7	
▷ 其他	2	
市政		
▷ 環境衛生	15	43
▷ 占用公地	13	
▷ 行政准照	6	
▷ 市販	4	
▷ 公共設施	4	
▷ 其他	1	
交通事務		
▷ 交通規劃	17	36
▷ 車輛 / 駕照	13	
▷ 公共運輸	6	
公務採購		9

e elevando o espírito de integridade e legalidade dos serviços públicos, de forma a salvaguardar os direitos e interesses legítimos dos cidadãos.

Para além disso, com vista ao contínuo reforço da capacidade profissional do pessoal no tratamento de queixas no âmbito da provedoria de justiça, o CCAC continuou a fornecer várias acções de formação em 2014, nomeadamente a participação no curso de formação sobre trabalhos de supervisão ministrado pelo Instituto de Inspeção Disciplinar e Supervisão da China, para que o seu pessoal possa conhecer melhor os sistemas de inspeção disciplinar e de supervisão administrativa do Interior da China, bem como os recentes desenvolvimentos e experiências nesse âmbito.

II. Ponto de situação das queixas e pedidos de consulta

Em 2014, os casos da área da provedoria de justiça recebidos pelo CCAC totalizaram os 567, constando os respectivos assuntos e número do seguinte quadro:

Assuntos	N.º de casos	
Regime da função pública		
▷ Gestão interna	52	167
▷ Direitos dos trabalhadores	46	
▷ Problemas de natureza disciplinar	38	
▷ Recrutamento de pessoal	31	
Assuntos laborais		
▷ Conflitos laborais	12	19
▷ Trabalho ilegal	6	
▷ Trabalhador não residente	1	
Solos e obras públicas		
▷ Obras ilegais	25	37
▷ Fiscalização da utilização de prédios urbanos	3	
▷ Licenciamento e recepção de obras	7	
▷ Outros	2	
Assuntos municipais		
▷ Higiene ambiental	15	43
▷ Ocupação de espaço público	13	
▷ Licenças administrativas	6	
▷ Vendilhões	4	
▷ Instalações públicas	4	
▷ Outros	1	
Assuntos de tráfego		
▷ Planeamento de tráfego	17	36
▷ Veículos/Licenças de condução	13	
▷ Transportes públicos	6	
Aquisição de bens e serviços		9

涉及的事宜	數目	
紀律部隊的管理及執法		54
教育		8
醫療衛生		31
政府資助		15
公共事業監管		9
出生 / 物業登記		5
體育		6
社屋 / 經屋		13
噪音		8
稅務		4
金融監管		5
出入口准照		3
郵政服務		4
個人私隱		11
社會援助 / 保障		16
樓宇滲漏		4
身份證明		5
消費權益		2
其他程序失當		30
非公署權限		
▷ 刑事範疇	4	23
▷ 司法範疇	5	
▷ 私人糾紛 / 私法問題	14	
總數		567

至於求助諮詢方面，公署於2014年接收的572宗個案仍以公職制度、紀律部隊的管理及執法、醫療衛生、公務採購、市政等事宜為主，當中涉及公職制度、土地公務及公務採購的個案數目則輕微上升。有關求助諮詢所涉及的事宜及相關個案數目列表如下：

涉及的事宜	數目	
公職制度		
▷ 人員權益	49	141
▷ 公職義務	39	
▷ 紀律問題	21	
▷ 內部管理	18	
▷ 人員聘用	14	

Assuntos	N.º de casos	
Gestão dos corpos disciplinares e execução da lei pelos mesmos		54
Educação		8
Cuidados de saúde		31
Subsídios do Governo		15
Fiscalização de serviços públicos		9
Registo de nascimento/Registo predial		5
Desportos		6
Habitação social/económica		13
Poluição sonora		8
Assuntos fiscais		4
Supervisão financeira		5
Licenças de importação e exportação		3
Serviço postal		4
Privacidade pessoal		11
Assistência/segurança social		16
Infiltração de águas em edifícios		4
Documentos de identificação		5
Direitos do consumidor		2
Outros procedimentos irregulares		30
Fora da competência do CCAC		
▷ Matéria penal	4	23
▷ Matéria judicial	5	
▷ Conflitos particulares/Questões de direito privado	14	
Total		567

No que diz respeito aos pedidos de consulta, foram recebidos pelo CCAC, em 2014, 572 pedidos, estando a maior parte relacionada com o regime da função pública, a gestão dos corpos disciplinares e a execução da lei por parte dos mesmos, os cuidados de saúde, a aquisição de bens e serviços e os assuntos municipais. É de notar que o número dos pedidos de consulta relativos ao regime da função pública, aos solos e obras públicas e à aquisição de bens e serviços registou uma tendência ligeiramente crescente. Os assuntos e número dos pedidos de consulta constam do seguinte quadro:

Assuntos	N.º de casos	
Regime da função pública		
▷ Direitos dos trabalhadores	49	141
▷ Deveres da função pública	39	
▷ Problemas de natureza disciplinar	21	
▷ Gestão interna	18	
▷ Recrutamento de pessoal	14	

涉及的事宜	數目	
土地工務		
▷ 違法工程	15	18
▷ 物業使用監管	3	
勞工事務		
▷ 勞資糾紛	21	24
▷ 非法工作	2	
▷ 外僱	1	
交通事務		
▷ 公共運輸	9	14
▷ 車輛 / 駕照	5	
市政		
▷ 環境衛生	12	26
▷ 占用公地	7	
▷ 行政准照	4	
▷ 小販	2	
▷ 其他	1	
紀律部隊的管理及執法		35
稅務		11
廉潔操守指引		37
公務採購		19
社屋 / 經屋		14
醫療衛生		11
公共事業監管		7
社會援助 / 保障		5
個人私隱		8
金融監管		6
政府資助		8
教育		11
大廈管理		6
社團資助 / 監管		5
現金分享計劃		4
非法旅館		3
博彩監管		2
郵政服務		2
噪音		2
公署權限及職能 / 法例諮詢		40
其他程序失當		18

Assuntos	N.º de casos	
Solos e obras públicas		
▷ Obras ilegais	15	18
▷ Fiscalização da utilização de prédios urbanos	3	
Assuntos laborais		
▷ Conflitos laborais	21	24
▷ Trabalho ilegal	2	
▷ Trabalhador não residente	1	
Assuntos de tráfego		
▷ Transportes públicos	9	14
▷ Veículos/Licenças de condução	5	
Assuntos municipais		
▷ Higiene ambiental	12	26
▷ Ocupação de espaços públicos	7	
▷ Licenças administrativas	4	
▷ Vendilhões	2	
▷ Outros	1	
Gestão e execução da lei pelos corpos disciplinares		35
Assuntos fiscais		11
Código de integridade		37
Aquisição de bens e serviços		19
Habitação social/económica		14
Cuidados de saúde		11
Fiscalização de serviços públicos		7
Assistência/segurança social		5
Privacidade pessoal		8
Supervisão financeira		6
Subsídios do Governo		8
Educação		11
Administração predial		6
Apoio financeiro a associações/fiscalização		5
Plano de participação pecuniária no desenvolvimento económico		4
Pensão ilegal		3
Supervisão do sector do jogo		2
Serviço postal		2
Poluição sonora		2
Competências e funções do CCAC/Legislação		40
Outros procedimentos irregulares		18

涉及的事宜	數目	
非公署權限		
▷ 刑事範疇	42	95
▷ 司法範疇	21	
▷ 私法問題 / 私人糾紛	32	
總數	572	

三、部分行政申訴個案摘要

為讓公眾了解公署在2014年處理的行政申訴個案情況，公署選取了若干與民生息息相關的個案，節錄分析以供參考，藉以提高公共部門在處理同類個案時的觸覺及提升廉潔法治觀念，促使部門依法行政，亦能讓市民透過有關個案了解現行法律規定，保障自身的合法權益。

個案一 —— 開考失當

2014年1月，公署接獲一宗投訴，投訴人稱澳門金融管理局（下稱“金管局”）在2013年多宗開考的通告中均沒有列明評核標準及評分比例，存有違法之嫌。

針對有關開考，公署在分析金管局提供的資訊後，發現若干行政違法及失當之處。

首先，在涉案的數宗開考通告內，均沒有載明金管局的《人員聘任規章》第4條第2款d、f及h項所定的內容，包括“倘採用的加權值”（即評分比例）、“考試範圍”、“投考人得使用之參考資料”、“典試委員會之組成”及“參閱投考人臨時名單及確定名單的地點”。因此，由於開考通告欠缺《人員聘任規章》上述規定所定的內容，導致有關開考程序存有可撤銷的違法瑕疵。

此外，在上述各開考通告內均載明“履歷審查合格者方可進入筆試及面試”的規則。對此，公署認為，金管局的《人員聘任規章》第13條第2款及第17條第3款已規定，以考核方式進行的開考，主要是採用知識考試的方法進行甄選，履歷審查只能作為補充性的甄選方法，即使局方採用履歷審查作為補充性的甄選方法，其所占的評分比重亦必然不能高於知識考試的評分比重，更

Assuntos	N.º de casos	
Fora da competência do CCAC		
▷ Matéria penal	42	95
▷ Matéria judicial	21	
▷ Questões de direito privado/ Conflitos particulares	32	
Total	572	

III. Sumário de alguns casos da Provedoria de Justiça

Para que a população possa ter uma noção mais clara da situação do tratamento dos casos no âmbito da provedoria de justiça do CCAC em 2014, e com vista a aumentar a sensibilidade dos serviços públicos no tratamento de casos semelhantes e a reforçar os seus conceitos de integridade e de cumprimento da lei, foram seleccionados para este capítulo sumários de alguns casos de referência estreitamente ligados à vida quotidiana da população. Ademais, através destes casos, os cidadãos poderão conhecer melhor as disposições legais em vigor, de forma a defender os seus direitos e interesses legítimos.

Caso 1 – Irregularidades em concursos públicos

Em Janeiro de 2014, foi recebida pelo CCAC uma queixa contra a Autoridade Monetária de Macau (AMCM), onde se alegava que em vários concursos públicos de recrutamento realizados pela AMCM em 2013 não havia existido qualquer critério de avaliação, nem havia sido indicada a ponderação dos métodos de selecção nos respectivos anúncios, o que corresponderia à prática de ilegalidades no âmbito dos referidos concursos públicos.

Em relação aos concursos públicos em causa, após a análise das informações oferecidas pela AMCM, o CCAC verificou algumas ilegalidades e irregularidades.

Em primeiro lugar, dos anúncios dos concursos públicos em causa, não constaram os elementos previstos nas alíneas d), f) e h) do n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento de Recrutamento de Pessoal da AMCM, isto é, «as ponderações adoptadas se as houver» (ou seja, a ponderação de métodos de selecção), «o programa das provas», «os elementos de consulta que podem ser utilizados pelo candidato», «a composição do júri» e «o local de consulta das listas provisória e definitiva dos candidatos». Por isso, dado que os referidos anúncios não continham os elementos definidos pelas disposições acima referidas do dito Regulamento, os respectivos processos de recrutamento poderão ser anulados por vício de ilegalidade.

Ademais, nos concursos públicos em análise, constava dos respectivos anúncios a informação de que «o acesso à 2.ª fase (prova escrita de conhecimentos) e à 3.ª fase (entrevista) é condicionado pela passagem na 1.ª fase (apreciação dos currículos)». Quanto a isso, na opinião do CCAC, nos termos do n.º 2 do artigo 13.º e do n.º 3 do artigo 17.º do Regulamento em causa, no concurso de prestação de provas, as provas de conhecimento são utilizadas como método de selecção principal enquanto a análise curricular serve apenas como método de selecção complementar. Mesmo que a AMCM utilize a análise curricular como método complementar, a ponderação da mesma não pode ser superior à das provas de conhecimento. Nem podem ser utilizados os métodos de selecção complementar (ex.

不應透過一種補充性的甄選方法（例如履歷審查）來排除投考人參加知識考試的機會，否則，便會出現本末倒置的情況。

因此，上述開考通告訂定“履歷審查合格者方可進入筆試及面試”的規則，明顯有違《人員聘任規章》第13條第2款及第17條第3款的規定。

另一方面，無論是法學意見或司法見解，均認為典試委員會應在獲悉投考人的身份及履歷之前，預先訂定和公佈有關招聘程序的各項甄選方法的評分比例及具體的評分準則。

然而，在涉案開考中，有資料顯示典試委員會在獲悉投考人名單及履歷後，方更改及公佈有關開考程序的各項甄選方法的評分比例及具體的評分準則，上述行為客觀上足以令人有理由懷疑典試委員會為個別投考人“度身訂造”評分比例及準則，對行政當局的公正無私形象造成損害。

因此，典試委員會的上述行為已違反《行政程序法典》第7條所定的“無私原則”，並令有關開考程序存有可撤銷的違法瑕疵。

由於涉案的數宗開考在程序上存在多項行政違法及失當之處，故公署建議金管局即時廢止該等開考。金管局接納公署的建議，已依法廢止有關開考，並就有關職位重新展開開考程序。

基此，公署將本案歸檔。

個案二 —— 澳門格蘭披治大賽車節目安排問題

公署於2014年3月接獲投訴，內容涉及一名身兼某車行東主的澳門格蘭披治大賽車委員會（下稱“大賽車委員會”）委員負責第60屆格蘭披治大賽車古典電單車巡遊環節的事宜。投訴人表示，該委員原僅欲派出其車行代理的某牌子電單車參加巡遊，但被他人得悉有關活動後，該委員遂聯絡另外七個電單車社團參加上述巡遊。投訴人稱不知道參加電單車巡遊的社團有否收取款項，惟質疑大賽車委員會僅聯絡個別社團的安排失當。

經向大賽車委員會了解後，公署得悉在該委員會籌備澳門格蘭披治大賽車活動期間，有一社團主動提出書面建議加插古典電單車巡遊活動。大賽車委員會採納有關建議，並透過記者會公

a análise curricular) para excluir candidatos da realização das provas de conhecimento. Pois, a ser assim, estar-se-á a inverter o objectivo da realização do concurso de prestação de provas.

Por isso, é evidente que a regra definida nos referidos anúncios sobre «o acesso à 2.ª fase e à 3.ª fase é condicionado pela passagem na 1.ª fase» viola as disposições do n.º 2 do artigo 13.º e do n.º 3 do artigo 17.º do Regulamento.

Por outro lado, segundo a doutrina e a jurisprudência, antes de se tomar conhecimento da lista de candidatos e das suas notas curriculares, o júri deve estabelecer e publicar a ponderação dos métodos de selecção e os critérios de apreciação adoptados.

No entanto, no que diz respeito aos concursos públicos em análise, há elementos que permitem concluir que o júri só modificou e publicou a ponderação dos métodos de selecção e os respectivos critérios de apreciação após o conhecimento da lista de candidatos e das suas notas curriculares. Assim, objectivamente, em relação aos respectivos actos praticados pelo júri, pode razoavelmente suspeitar-se da definição da ponderação dos métodos de selecção e dos seus critérios de apreciação «à medida de determinados candidatos», prejudicando a imagem da justiça e a imparcialidade da Administração.

Neste sentido, os actos acima referidos praticados pelo júri violam o princípio da imparcialidade previsto no artigo 7.º do Código do Procedimento Administrativo, podendo assim os respectivos concursos públicos ser anulados por vício de ilegalidade.

Visto que se verificaram várias ilegalidades e irregularidades administrativas nos referidos concursos públicos, o CCAC recomendou à AMCM a revogação imediata dos mesmos. A AMCM, por sua vez, aceitou as recomendações do CCAC, revogando os concursos públicos em causa e procedendo a novos procedimentos de recrutamento para os respectivos lugares.

Pelo exposto, o CCAC arquivou o presente processo.

Caso 2 — Problemas decorrentes da realização do Grande Prémio de Macau

Em Março de 2014, o CCAC recebeu uma queixa envolvendo um membro da Comissão do Grande Prémio de Macau (CGPM), também proprietário de uma agência de automóveis, responsável pela realização do desfile de motos clássicas por ocasião do 60.º Grande Prémio de Macau. Segundo o queixoso, o referido membro pretendia originalmente fazer participar naquele desfile apenas as motos de uma das marcas comercializadas pela sua agência. No entanto, tendo a organização de tal evento sido conhecida por terceiros, aquele decidiu então contactar outras 7 associações de motociclos para participação no respectivo evento. O queixoso desconhecia se essas associações teriam recebido qualquer contrapartida pela participação no evento, mas suspeitava da prática de irregularidades por parte da CGPM por ter esta Comissão apenas contactado determinadas associações para participação no desfile de motos.

Após a obtenção dos necessários esclarecimentos junto da CGPM, o CCAC verificou que durante a organização das actividades do Grande Prémio de Macau por parte da CGPM, uma associação apresentou a esta Comissão, por escrito e por

佈有關活動。隨後，另外七個社團亦提出了參加巡遊的申請。經與相關公共部門協調後，大賽車委員會批准了168輛電單車參加巡遊的申請。另大賽車委員會亦指出，基於古典電單車巡遊是一個加插的特備節目，且進行大賽車的相關活動須與交通事務局、治安警察局等主管公共部門協調，加上該巡遊在大賽車活動進行期間隨時可被取消，故未能就此活動聯繫所有電單車社團參加。

根據大賽車委員會提供的資料以及公署作出的分析，未能確認投訴人指控大賽車委員會的事宜屬實，尤其未能證實是大賽車委員會主動聯絡個別社團參與電單車巡遊活動而忽略了其他社團。

另須指出的是，古典電單車巡遊是有關社團及個人自發參加，行政當局無須支付任何報酬或津貼。然而，由於格蘭披治大賽車不僅是國際體壇盛事，也是一直以來推廣澳門旅遊事業的標誌性活動，因此，參加有關電單車巡遊的社團可增加在本地及國際的曝光率，相當於免費宣傳，必定有所得益。大賽車委員會作為公共實體，在行使職權時，尤其在甄選參與電單車巡遊的社團時，應合法、公正及具透明度，並按照《行政程序法典》為行政活動規定的一般原則行事。

不論大賽車委員會基於何種原因而未有適時制定甄選參與電單車巡遊的社團的準則，姑且也相信是由八個社團主動提出參與該巡遊，但是，考慮到有關活動可帶來的利益，大賽車委員會不應單方面決定讓該八個社團參與巡遊，而沒有給予本澳其他電單車會同樣的參與機會。

鑑於大賽車委員會表示時間不足，故公署認為在這情況下較透明及公平的做法是以諸如抽籤的方式進行甄選，並須事先適當公佈有關事宜。

sua iniciativa, uma proposta para a realização de uma parada de motos clássicas. A CGPM, por sua vez, aceitou a proposta e publicitou, em conferências de imprensa, o referido evento. Posteriormente, outras 7 associações solicitaram participação no mesmo desfile. Após a coordenação de trabalhos com outros serviços públicos, a CGPM autorizou os pedidos de participação apresentados para um total de 168 motos. Segundo a CGPM, tendo em atenção que a parada de motos clássicas foi um evento que se inseriu de forma extraordinária no programa de actividades do Grande Prémio de Macau, que a organização das actividades por ocasião do Grande Prémio implica a coordenação de trabalhos com outros serviços públicos competentes, nomeadamente a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego e o Corpo de Polícia de Segurança Pública, e que o desfile poderia ser cancelado a qualquer momento no decorrer das referidas actividades relacionadas com o Grande Prémio, não foi possível à CGPM contactar atempadamente todas as associações de motociclos locais para a participação no evento em questão.

Tendo em consideração as informações facultadas pela CGPM e após a devida análise efectuada pelo CCAC, não foi possível confirmar os factos alegados pelo queixoso contra a CGPM, nomeadamente que tenha sido a CGPM a contactar, por sua iniciativa, apenas determinadas associações em detrimento de outras para participar na parada de motos.

Por outro lado, é de referir que o desfile de motos clássicas foi realizado por vontade das respectivas associações e indivíduos, não tendo por isso a Administração procedido ao pagamento de qualquer remuneração ou subsídio. No entanto, tendo em consideração a incontornável importância do Grande Prémio de Macau como acontecimento desportivo de nível internacional e tendo este evento se vindo a assumir ao longo dos anos como o mais emblemático cartaz turístico promocional de Macau, as associações participantes na referida parada de motos sairiam com certeza beneficiadas dessa participação uma vez que ganhariam grande visibilidade local e internacional, que se traduziria, em última análise, em publicidade gratuita. Neste sentido, a CGPM, sendo uma entidade pública, deveria actuar, no exercício das suas funções, com legalidade, imparcialidade e transparência, nomeadamente na selecção das associações participantes no desfile em causa, cumprindo igualmente os princípios gerais da actividade administrativa previstos no Código do Procedimento Administrativo.

Levando em consideração o facto de a CGPM não ter atempadamente fixado quaisquer critérios de selecção das associações de motociclos de Macau para participação na parada em questão, independentemente do motivo que esteve subjacente a essa decisão, e mesmo concedendo ser verdadeira a afirmação de que foram as 8 associações seleccionadas que propuseram a respectiva participação nessa parada, nunca poderia a CGPM ter, unilateralmente, decidido a participação dessas associações, sem que fosse oferecida a todas as outras associações de motociclos de Macau a mesma oportunidade de participação, dados os benefícios que daí poderiam advir.

Dada a invocada falta de tempo por parte da CGPM, considerou o CCAC que a forma mais transparente e justa de selecção das respectivas associações teria sido, por exemplo, por meio de sorteio, assegurando-se obviamente a prévia e competente publicitação do mesmo junto da comunidade.

為此，公署向大賽車委員會發出勸喻，以便該委員會日後舉辦活動時能遵守《行政程序法典》的法律規定及一般原則。

最後，大賽車委員會接納了有關意見，故公署將本案歸檔。

個案三 —— 交通違例檢控及罰款欠缺法律依據

公署於2014年3月接獲投訴，內容涉及投訴人在設有泊車收費錶的泊位付費停泊車輛，卻被治安警察局警員以“禁止泊車符號泊車”為由票控。投訴人當時已向警員表達不滿，但警員覆稱該處並無泊車指示牌，投訴人遂向治安警察局交通廳反映不滿，惟接待警員覆稱該處確無泊車指示牌而認為有關警員執法並無不妥。對此，投訴人認為，該處設有泊車收費錶，理應在付費後可停泊車輛，惟警方卻基於該處並無設置泊車指示牌而作出票控，故其質疑處罰理據欠妥。

公署曾向治安警察局了解，獲覆涉案地點設有一個“禁止泊車”符號及兩個泊車收費錶，惟因法例並無訂定泊車收費錶的效力，故不能視作等同泊車符號或標誌，因而按《道路交通安全法》及相關法規的規定，以“禁止泊車符號泊車”為由檢控投訴人。

公署人員實地視察情況後，發現涉案地點的泊車收費錶附近確設有“禁止泊車”標誌，該標誌下方畫有黃線，惟黃線僅延至錶位左側便終結。對此，公署認為，當局設置該“禁止泊車”標誌時，似無意將“禁止泊車”標誌的效力範圍涵蓋該兩個設有收費錶的泊位。經公署向交通事務局查證後，獲局方證實上述“禁止泊車”標誌的效力範圍並不包括該兩個泊位。

公署分析後認為，當局設置該“禁止泊車”標誌和黃線標記時並無涵蓋設有泊車收費錶的泊位，故投訴人在該泊位付費泊車，便不能被視為因在“禁止泊車”範圍內泊車而違反《道路交

Pelo exposto, decidiu o CCAC emitir a competente recomendação à CGPM, no sentido de que a mesma procedesse ao cumprimento das normas e dos princípios gerais previstos no Código do Procedimento Administrativo na organização de futuros eventos.

A CGPM, por sua vez, aceitou a recomendação emitida pelo CCAC, tendo-se por isso procedido ao arquivamento do respectivo processo.

Caso 3 – Falta de fundamento legal para acusação e aplicação de multa em caso de infracção rodoviária

Em Março de 2014, o CCAC recebeu uma queixa segundo a qual, tendo o queixoso estacionado o respectivo veículo em lugar de estacionamento provido de parquímetro e procedido ao pagamento da devida tarifa, foi o mesmo acusado por um agente do Corpo de Polícia de Segurança Pública (CPSP) de «estacionamento em local com sinal de estacionamento proibido». Na altura, o queixoso expressou, perante o agente do CPSP, a sua insatisfação pela aplicação da multa, tendo este respondido que não existia no local qualquer sinal de estacionamento autorizado. Assim, o queixoso acabou por se dirigir ao Departamento de Trânsito do CPSP para manifestar a sua insatisfação, tendo o agente que o atendeu esclarecido que, de facto, não existia no local em apreço qualquer «sinal de estacionamento autorizado» e que, portanto, não existia qualquer irregularidade na execução da lei por parte do agente em causa. Contudo, no entender do queixoso, uma vez que o lugar de estacionamento em questão estava provido de parquímetro, era evidente que podia estacionar ali o seu veículo contra o pagamento da devida tarifa. No entanto, o CPSP acabou por lhe aplicar uma multa por estacionamento em local sem «sinal de estacionamento autorizado», questionando por isso o queixoso qual o fundamento legal para a aplicação da mesma.

Face ao exposto, o CCAC contactou o CPSP que informou que no local em causa estavam instalados um sinal de «estacionamento proibido» e dois parquímetros. Contudo, não prevendo a legislação vigente os efeitos dos parquímetros, não lhes podia ser atribuído o mesmo valor que ao sinal de estacionamento autorizado. Neste sentido, nos termos da Lei do Trânsito Rodoviário e dos diplomas complementares, o CPSP aplicou uma multa ao queixoso por «estacionamento em local com sinal de estacionamento proibido».

Depois de uma visita do pessoal do CCAC ao local, verificou-se que realmente estava ali instalado um sinal de «estacionamento proibido» perto dos parquímetros, numa zona marcada com linha descontínua amarela que se prolongava até ao lado esquerdo dos lugares de estacionamento providos de parquímetros. Na opinião do CCAC, aquando da instalação do sinal de «estacionamento proibido», os serviços competentes não deveriam ter tido a intenção de estender os efeitos do mesmo aos dois lugares de estacionamento em causa. Pelo que, solicitou o CCAC os devidos esclarecimentos à Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego que veio a confirmar que os efeitos do sinal de «estacionamento proibido» em questão não abrangiam aqueles dois lugares de estacionamento.

Após a competente análise, o CCAC chegou assim à conclusão de que, aquando da instalação do sinal de «estacionamento proibido» e da demarcação da linha descontínua amarela, os serviços competentes não tiveram qualquer intenção de esten-

通法》的規定。治安警察局以“禁止泊車符號泊車”為由檢控投訴人，缺乏法律依據。為此，公署向治安警察局反映上述情況，而局方覆稱已進行退還罰款予投訴人的程序。

最後，由於部門已接納相關立場及建議，故公署將本案歸檔。

個案四——房地產中介人顧客屬“消費者”

投訴人於2014年7月向公署投訴，內容涉及消費者委員會認為房地產中介人的顧客不屬六月十三日第12/88/M號法律《消費者的保護》第2條定義的“消費者”。

投訴人之前委托一間房地產中介公司辦理出租車位的事宜，其後因發生爭議而向消費者委員會投訴。

然而，消費者委員會稱投訴人不屬六月十三日第12/88/M號法律第2條定義的“消費者”，故未能作出跟進。

經公署向消費者委員會了解後，該委員會指出，六月十三日第12/88/M號法律的立法宗旨是保護“消費者”的基本權利（第3條），該法律第2條關於“為其私人使用之服務”的規定，是保護“消費者”以“生活消費”為“行為目的”的權益。

消費者委員會又指有內地學者認為判斷“生活消費”的其中一項標準，就是當事人有否存在“營利”的行為目的，倘存有該目的而作出行為時顯然不是“消費者”。

消費者委員會指出由於投訴人獲取的是房地產中介服務，其最終目的是透過出租車位而獲取租金利潤，有關行為並不屬“生活消費”，故該委員會認為投訴人不符合“消費者”的定義，從而不能就爭議作出跟進。

公署分析後認為，六月十三日第12/88/M號法律第2條所規定的“消費者”的定義，行文完全有別於內地生效的《消費者權

der os respectivos efeitos aos referidos lugares de estacionamento providos de parquímetros, motivo pelo qual o estacionamento do veículo com o pagamento da tarifa devida por parte do queixoso não poderia ser considerado infracção à Lei do Trânsito Rodoviário por estacionamento proibido. Neste sentido, a acusação do CPSP contra o queixoso de «estacionamento em local com sinal de estacionamento proibido» não tem fundamento legal, tendo por isso o CCAC informado o CPSP da mesma conclusão. O CPSP, por sua vez, informou o CCAC que já se procedeu à devolução do montante da respectiva multa paga pelo queixoso.

Tendo em consideração que o CPSP aceitou a posição e as sugestões do CCAC, foi ordenado o arquivamento do presente processo.

Caso 4 – É considerado «consumidor» o utilizador do serviço de mediação imobiliária

O queixoso apresentou uma queixa ao CCAC, em Julho de 2014, alegando que o Conselho de Consumidores não considerava o utilizador do serviço de mediação imobiliária como «consumidor», na definição dada pelo artigo 2.º da Lei n.º 12/88/M, de 13 de Junho (Defesa do Consumidor).

O queixoso havia solicitado os serviços de uma agência imobiliária para dar de arrendamento o seu lugar de estacionamento e veio, posteriormente, na sequência de conflitos, a apresentar uma queixa no Conselho de Consumidores.

No entanto, o Conselho de Consumidores afirmou que o queixoso não era considerado «consumidor» para efeitos do disposto no artigo 2.º da Lei n.º 12/88/M, de 13 de Junho, pelo que não procedeu ao acompanhamento da referida queixa.

Na resposta dada ao CCAC, o Conselho de Consumidores esclareceu que a aprovação da Lei n.º 12/88/M, de 13 de Junho, visava proteger os direitos fundamentais do consumidor (artigo 3.º), sendo a norma constante do artigo 2.º relativa aos «serviços destinados ao seu uso privado», ou seja, destinada a proteger os direitos e interesses do «consumidor» decorrentes de «actos de consumo para sustentação da vida quotidiana».

O Conselho de Consumidores apontou ainda que, de acordo com académicos do Interior da China, um dos padrões para qualificar se um acto é «acto de consumo para sustentação da vida quotidiana» é a verificação da existência da intenção de obter lucros por parte do interessado. Segundo o mesmo padrão, um acto praticado com a intenção de lucrar não será um acto de consumo para sustentação da vida quotidiana, logo o autor do mesmo acto não deve ser considerado «consumidor».

O Conselho de Consumidores afirmou também que, ao adquirir o serviço de mediação imobiliária, o queixoso tinha o objectivo de obter lucros através da cobrança de rendas provenientes do arrendamento do seu lugar de estacionamento, não sendo esse um «acto de consumo para sustentação da vida quotidiana», pelo que o Conselho de Consumidores entendeu que o queixoso não correspondia à definição de «consumidor» prevista na lei, não podendo, assim, o mesmo Conselho proceder ao acompanhamento do caso.

O CCAC, após a análise do caso, concluiu que a definição de «consumidor», prevista no artigo 2.º da Lei n.º 12/88/M, de 13 de Junho, adopta uma redacção totalmente diferente da norma

益保護法》第2條的規定，尤其是第12/88/M號法律僅強調有關產品及服務“為其私人使用”。

六月十三日第12/88/M號法律在本澳正式生效前，葡國的八月二十二日第29/81號法律《消費者的保護》早已生效；第29/81號法律第2條關於消費者的定義，內容與第12/88/M號法律所定的完全一致。

顯而易見，供“私人使用”應不涉商業或職業目的。在本個案中，投訴人並不具商業企業主的身份，其透過房地產中介人出租車位的行為亦不屬經營企業的情況。

值得一提的是，廢止上述葡國的八月二十二日第29/81號法律《消費者的保護》的七月三十一日第24/96號法律，便將“消費者”明確定義為“非作職業用途”而獲提供產品或服務的人。

誠然，投訴人購買房地產中介服務，目的是出租其車位以每月獲得一定的經濟收益（租金），但市民進行消費的原因，按常理是有需要消耗產品或服務，又或從有關產品或服務中“受益”，在其他國家及地區，例如香港，亦未見因購買服務後“受益”，便視購買服務者不屬“消費者”。

何況，如以當事人購買房地產中介服務後有否獲得金錢利益，作為判斷當事人是否“消費者”的因素，將衍生更多的問題及質疑。例如，一名市民透過購買房地產中介服務出售樓宇單位，客觀上其亦會從有關服務獲得一定的金錢（樓款），在此情況中，難道消費者委員會需要先核實樓宇的現時售價低於當初的購入價，方可確定該名市民符合“消費者”的定義？

最後，立法者制定第16/2012號法律《房地產中介法》時，在理由陳述中已表明立法目的是為了保障“消費者的權益”。由此可見，立法者在上述法律中，亦認定購買房地產中介服務者，具有“消費者”的身份。

公署將上述分析及立場反映予消費者委員會後，該委員會回覆表示接納公署的意見，並承諾作出適當的跟進。

由於消費者委員會已作出更正，故公署將個案歸檔。

constante do artigo 2.º da Lei de Protecção dos Direitos e Interesses do Consumidor do Interior da China, nomeadamente porque a Lei n.º 12/88/M apenas realça que os bens e serviços são destinados ao uso privado do consumidor.

Efectivamente, antes da entrada em vigor em Macau da Lei n.º 12/88/M, de 13 de Junho, vigorava a Lei n.º 29/81, de 22 de Agosto (Defesa do Consumidor), de Portugal, que previa no seu artigo 2.º uma definição de consumidor idêntica à prevista na Lei n.º 12/88/M.

É evidente que a expressão «uso privado» não deve envolver fins comerciais ou profissionais. No caso em análise, o queixoso não tinha a qualidade de empresário comercial e o facto de ter contratado uma agência imobiliária para facilitar o arrendamento do seu lugar de estacionamento também não é considerado um acto praticado no exercício de actividade comercial.

De notar que a Lei n.º 24/96, de 31 de Julho, que revogou a Lei n.º 29/81, de 22 de Agosto (Defesa do Consumidor), de Portugal, define expressamente que o «consumidor» é todo aquele a quem sejam fornecidos bens ou prestados serviços, destinados a «uso não profissional».

É verdade que, aquando da aquisição do serviço de mediação imobiliária, o queixoso tinha como objectivo obter determinados rendimentos mensais (as rendas) mediante o arrendamento do seu lugar de estacionamento. Todavia, também é verdade que os cidadãos quando praticam um acto de consumo têm a necessidade de gastar um «bem» ou gozar de um «serviço», ou «obter um benefício» decorrente desse «bem» ou «serviço». Em outros países ou regiões, como por exemplo em Hong Kong, nunca se deixou de considerar o adquirente de um serviço como «consumidor», apenas por ter o mesmo obtido algum «benefício» decorrente da aquisição desse serviço.

Por outro lado, caso a obtenção, por parte do interessado, de quaisquer interesses pecuniários decorrentes da aquisição de um serviço de mediação imobiliária fosse considerada factor determinante para desqualificar o mesmo como «consumidor», iriam surgir muitos problemas e dúvidas. Suponhamos que um cidadão vende uma fracção autónoma através de um serviço de mediação imobiliária e recebe determinado montante pecuniário (o valor da venda dessa fracção autónoma) decorrente desse serviço. Nessas circunstâncias, será que o Conselho de Consumidores, para poder determinar se o interessado se integra no conceito de «consumidor», verifica se o preço da venda é inferior ao preço pago pelo vendedor na compra da mesma fracção autónoma?

Por fim, o legislador da Lei n.º 16/2012 (Lei da Actividade de Mediação Imobiliária), na respectiva nota justificativa, afirmou claramente que a intenção legislativa era a de garantir «os direitos do consumidor». Isto significa que o legislador considera como «consumidor», na conjuntura da referida lei, aquele que adquira o serviço de mediação imobiliária.

Perante a análise e a posição tomada pelo CCAC, o Conselho de Consumidores aceitou as sugestões do CCAC, comprometendo-se a proceder ao necessário acompanhamento.

Neste sentido, o CCAC procedeu ao arquivamento deste caso.

個案五 —— 部門應依法提起紀律程序

投訴人於2013年9月向公署投訴，指其女兒在仁伯爵綜合醫院接受治療時，因負責診治的醫生甲錯誤處方抗生素藥物，再加上負責派發藥物的藥劑師乙未有察覺上述錯誤處方藥物問題，造成醫療事故。

經公署向衛生局了解，局方表示已就事故開展簡易調查程序，結果為雖然存在醫生甲錯誤處方藥物，以及藥劑師乙派發錯誤處方藥物的事實，但未有跡象顯示違紀，故衛生局局長於2013年11月將有關簡易調查程序歸檔。

公署分析後認為，根據《澳門公共行政工作人員通則》（下稱《通則》）第357條第2款的規定，“簡易調查程序為一簡單之調查程序，旨在查明部門內倘有之違紀行為或不當情事，以便提起紀律程序或專案調查程序”；而《通則》第281條則規定“違紀行為係指公務員或服務人員作出之違反其須遵守之一般義務或特別義務之過錯事實”。

根據第10/2010號法律《醫生職程制度》第11條的規定，醫生的義務包括“從事其專業時尊重就診者及社群的健康受保護的權利”、“熱心專注執行職務”等。

與此同時，《通則》第279條第4款規定“熱心之義務，係指以有效之方式及盡心之態度執行其職務，尤其要了解法律及規章之規定、上級之指示；具備及增進其技術知識、掌握及改善其工作方式”。

在本個案中，醫生甲錯誤處方的行為已涉嫌違反上述《醫生職程制度》及《通則》所定的義務。

至於藥劑師乙方面，其同樣受到《通則》第279條第4款所定的“熱心義務”約束。其次，在藥劑師的專業義務方面，第6/2010號法律《藥劑師及高級衛生技術員職程制度》第3條訂明“從事其職業時尊重求診者及社群健康受保護的權利”，以及“熱心專注履行職務，負責小組工作，確保持續提供護理服務及其素質，並使所有參與者有效配合”。

藥劑師乙派發錯誤處方藥物的行為，已顯示其涉嫌違反了上述《藥劑師及高級衛生技術員職程制度》及《通則》所定的義務。

Caso 5 — Deve o serviço público em causa instruir o processo disciplinar nos termos da lei

O CCAC recebeu, em Setembro de 2013, uma queixa contra o médico A do Hospital Conde de S. Januário, por ter este, no âmbito de consulta médica, receitado erradamente um antibiótico à filha do queixoso, e contra o farmacêutico B, por ter este dispensado o referido medicamento sem ter reparado no erro constante da receita, facto que resultou num erro médico.

Após a intervenção do CCAC, os Serviços de Saúde (SSM) informaram já terem iniciado processo de averiguações na sequência do incidente médico ocorrido, tendo concluído que efectivamente o médico A e o farmacêutico B cometeram erros, respectivamente, ao terem receitado erradamente o medicamento em causa e ao terem dispensado esse medicamento conforme a receita sem ter reparado no erro da mesma. No entanto, não havendo indícios da prática de qualquer infracção disciplinar, o director dos SSM decidiu, em Novembro de 2013, arquivar o referido processo de averiguações.

Após análise, o CCAC considerou que, de acordo com o n.º 2 do artigo 357.º do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau (ETAPM), «O processo de averiguações é um processo de investigação sumária destinado a detectar eventuais faltas ou irregularidades ocorridas nos serviços, com vista à instauração de processo disciplinar ou de inquérito.» E, nos termos do disposto no artigo 281.º do mesmo Estatuto, «Considera-se infracção disciplinar o facto culposo, praticado pelo funcionário ou agente, com violação de algum dos deveres gerais ou especiais a que está vinculado.»

Para além disso, de acordo com o artigo 11.º da Lei n.º 10/2010 (Regime da carreira médica), os médicos estão obrigados a, entre outros, «exercer a sua profissão com respeito pelo direito à protecção da saúde dos utentes e da comunidade» e a «exercer as suas funções com zelo e diligência».

Ademais, de acordo com o n.º 4 do artigo 279.º do ETAPM, «O dever de zelo consiste em exercer as suas funções com eficiência e empenhamento e, designadamente, conhecer as normas legais e regulamentares e as instruções dos seus superiores hierárquicos, bem como possuir e aperfeiçoar os seus conhecimentos técnicos e métodos de trabalho.»

No presente caso, o erro cometido pelo médico A que tinha emitida erradamente uma receita médica indicia a violação dos referidos deveres funcionais previstos no Regime da carreira médica e no ETAPM.

Em relação ao farmacêutico B, para além de estar igualmente vinculado ao dever de zelo previsto n.º 4 do artigo 279.º do ETAPM, é ainda sujeito aos deveres funcionais previstos no artigo 3.º da Lei n.º 6/2010 (Regime das carreiras de farmacêutico e de técnico superior de saúde), nomeadamente, «Exercer a sua profissão com respeito pelo direito à protecção da saúde dos utentes e da comunidade» e «Exercer as suas funções com zelo e diligência, assegurando o trabalho em equipa, tendo em vista a continuidade e garantia da qualidade da prestação de cuidados e a efectiva articulação de todos os intervenientes.»

Assim, o erro cometido pelo farmacêutico B que tinha dispensado um medicamento erradamente receitado indicia também a violação dos referidos deveres funcionais previstos no Regime das carreiras de farmacêutico e de técnico superior de saúde e no ETAPM.

由於衛生局將簡易程序歸檔、未有針對醫生甲及藥劑師乙提起紀律程序的決定存在行政違法，故公署致函衛生局表明立場。

衛生局其後接納公署的意見，對醫生甲及藥劑師乙提起了紀律程序及科處相應的紀律處分。

由於局方已作出適當處理，故公署將個案歸檔。

個案六 —— 購買經濟房屋的申請要件的審查程序

公署於2014年4月接獲一投訴，投訴人指其家團申請購買位於永寧廣場經濟房屋單位，於入住兩年後被房屋局解除買賣預約合同，不滿局方不當審查經濟房屋的申請條件。

2002年，投訴人的女兒作為家團代表向房屋局提交經屋競投報名表，於2011年10月獲局方通知選購單位，並於同年12月簽署有關單位的買賣預約合同。其後，局方於2014年1月通知該家團解除買賣預約合同，原因是該家團有成員（投訴人的丈夫）自1979年起持有本澳一居住用途的單位。

經公署介入，房屋局回覆表示，局方在收到有關申請表後，曾透過財政局資訊聯網系統及物業登記局提供的資料對該家團進行資產審查，由於當時提供的資料並未顯示被查詢個案的當事人的身份證明文件編號，故未能及時確認該家團有成員已在澳門特別行政區擁有居住用途的獨立單位，在此情況下，房屋局遂安排該家團選擇單位及簽署買賣預約合同。其後，局方在準備為家團訂立買賣公證書前，再次進行資產審查，由於此時財政局的資訊聯網系統已能顯示被查詢個案內的當事人的身份證明文件編號，因而能確認投訴人的家團成員在本澳擁有居住用途的獨立單位，故房屋局根據《經濟房屋法》第34條第4款的規定，解除買賣預約合同。

針對上述情況，公署去函房屋局詢問如何採取補救措施以防止相同情況再次發生，其後，局方表示自2013年9月起，對購買

Neste sentido, considerando o CCAC que o facto de os SSM terem arquivado o processo de averiguações sem procederem à abertura de qualquer processo disciplinar contra o médico A e o farmacêutico B corresponde à prática de uma ilegalidade administrativa, tendo por isso o CCAC comunicado aos SSM a sua posição sobre o caso.

Os SSM aceitaram a posição tomada pelo CCAC, tendo instruído o necessário processo disciplinar contra o médico A e o farmacêutico B, e aplicado as respectivas sanções.

Tendo os SSM encetado as necessárias diligências, o CCAC procedeu ao arquivamento deste caso.

Caso 6 – Procedimento de apreciação dos requisitos de candidatura à compra de habitação económica

Em Abril de 2014, o CCAC recebeu uma queixa segundo a qual o agregado familiar da queixosa se havia candidatado à compra de uma fracção de habitação económica sita na Alameda da Tranquilidade. Contudo, após lá ter residido durante dois anos, o respectivo contrato-promessa de compra e venda foi resolvido pelo Instituto de Habitação (IH), tendo a queixosa ficado insatisfeita com a apreciação inadequada dos requisitos de candidatura por parte do IH.

Em 2002, a filha da queixosa, como representante do agregado familiar, apresentou ao IH o boletim de candidatura à habitação económica. Em Outubro de 2011, a mesma foi notificada pelo IH para a escolha da fracção, tendo o respectivo contrato-promessa de compra e venda sido assinado em Dezembro do mesmo ano. Posteriormente, em Janeiro de 2014, o agregado familiar em causa foi notificado pelo IH de que o referido contrato-promessa de compra e venda seria resolvido porque um membro do agregado familiar (o marido da queixosa) era proprietário em Macau, desde 1979, de uma fracção com finalidade habitacional.

Após a intervenção do CCAC, o IH esclareceu que, após a recepção do respectivo boletim de candidatura, o IH procedeu à verificação do património do agregado familiar em causa através das informações fornecidas pelo sistema de interconexão da Direcção dos Serviços de Finanças (DSF) e pela Conservatória do Registo Predial. Tendo em conta que as informações fornecidas pelos dois serviços públicos não revelaram, na altura, o número dos documentos de identificação dos interessados do caso, não se conseguiu verificar atempadamente que um membro deste agregado familiar era proprietário de uma fracção autónoma com finalidade habitacional na RAEM. Neste contexto, o agregado familiar em causa foi admitido pelo IH para a escolha de fracção e o respectivo contrato-promessa de compra e venda foi assinado. Entretanto, antes da celebração do contrato de compra e venda da fracção com o referido agregado familiar, o IH procedeu novamente a uma verificação do património do mesmo. Nesta altura, o sistema de interconexão da DSF veio a fornecer o número dos documentos de identificação dos interessados do caso, o que permitiu verificar que um membro daquele agregado familiar era proprietário de uma fracção autónoma com finalidade habitacional na RAEM. Assim, o IH procedeu à resolução do respectivo contrato-promessa de compra e venda nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 34.º da Lei da Habitação Económica.

Em relação à situação acima referida, o CCAC remeteu um ofício ao IH inquirindo sobre as medidas de melhoria eventu-

經濟房屋的家團進行甄選時，會將有關家團代表及其家團成員的資料送交財政局，以便核實是否存在為取得不動產而繳納印花稅的紀錄。對於懷疑個案，更會要求財政局提供移轉財產申報書及倘有的移轉文件影印本，以核實有關家團的申請資格。

綜上所述，考慮到局方已採取措施完善購買經濟房屋的審批程序，故公署將個案歸檔。

個案七——民生工程的諮詢工作須到位

投訴人於2014年2月向公署投訴，指土地工務運輸局及交通事務局（以下合稱“當局”）決定於氹仔海洋花園大馬路興建行人天橋（下稱“天橋”）連接氹仔衛生中心及馬路對面大廈的行人道，但事前無諮詢附近大廈住戶的意見。事實上，附近大廈住戶對興建該天橋均表示反對，因認為現有斑馬線已足夠。

經公署調查後，發現當局在2009年10月至2012年12月期間，曾舉行交通運輸聯合新聞發佈會，並分別向交通諮詢委員會及多個離島民間社團代表介紹天橋的建造計劃，當時未見明顯有反對興建的意見。

直至2013年12月及2014年1月，當局收到鄰接天橋落腳點的大廈的管理委員會的反對意見。為此，當局與有關大廈的管理委員會及業主召開解釋會，向與會者介紹天橋的具體興建方案、設計理念、作用、具體位置、落腳點及高度等，以及聆聽與會者的反對理據，以便對天橋興建方案作出適當調整以符合居民的要

almente tomadas para evitar situações idênticas no futuro. O IH respondeu posteriormente que, desde Setembro de 2013, os dados dos representantes e membros dos agregados familiares candidatos à compra da habitação económica já passaram a ser remetidos à DSF durante o processo de selecção dos candidatos, para efeitos de verificação da existência de registo de pagamento pelos interessados do imposto de selo em relação à aquisição de bens imóveis. Relativamente aos casos duvidosos, o IH irá solicitar à DSF o fornecimento da Declaração de Transmissão de Bens bem como das cópias de eventuais documentos sobre a transmissão do respectivo imóvel, de forma a assegurar que o agregado familiar em causa reúne as condições de candidatura.

Pelo exposto, considerando ter o IH já tomado as necessárias medidas de aperfeiçoamento do procedimento de apreciação e aprovação da candidatura à compra da habitação económica, o CCAC procedeu ao arquivamento do processo.

Caso 7 — Consulta pública sobre obras relacionadas com a vida quotidiana dos cidadãos devem ser realizadas de forma adequada

Uma queixa foi apresentada ao CCAC em Fevereiro de 2014, segundo a qual a Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes (DSSOPT) e a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego (DSAT), adiante designadas por «autoridades», teriam decidido construir uma passagem superior para peões, adiante designada por «passagem para peões», sobre a Avenida dos Jardins do Oceano da Taipa que ligaria o passeio junto do Centro de Saúde da Taipa e o passeio junto dos edifícios do outro lado da avenida, sem ter sido efectuada qualquer consulta pública prévia para auscultar as opiniões dos habitantes dos edifícios situados naquela zona. Na realidade, os habitantes daqueles edifícios opunham-se ao projecto por acharem que as passadeiras existentes já eram suficientes para o efeito.

Após investigação do CCAC, verificou-se que, durante o período compreendido entre Outubro de 2009 e Dezembro de 2012, foram realizadas pelas autoridades conferências de imprensa conjuntas sobre o trânsito e os transportes, bem como sessões de esclarecimento destinadas ao Conselho Consultivo do Trânsito e às várias associações cívicas das ilhas, onde foi apresentado o projecto de construção da referida passagem para peões, não tendo na altura sido registadas quaisquer opiniões contra.

Posteriormente, em Dezembro de 2013 e em Janeiro de 2014, as autoridades receberam opiniões desfavoráveis ao projecto de construção apresentadas pelo conselho de administração dos edifícios que se situam na zona onde seria construída a passagem para peões. Por esse motivo, as autoridades realizaram uma sessão de esclarecimento junto do conselho de administração e dos proprietários dos edifícios envolvidos, onde foram fornecidas informações relativas, nomeadamente, ao projecto de construção em concreto, à concepção do projecto, à necessidade da construção da passagem para peões, à localização da mesma, aos seus acessos e altura, tendo sido, igualmente, auscultados os participantes quanto aos fundamentos da respectiva oposição ao projecto, no sentido de introduzir os ajustamentos adequados ao projecto de construção em função das exigências dos habitantes envolvidos. Todavia, os participantes insistiram nas suas objecções ao projecto argumentando que as passadeiras existentes já eram suficientes para o efeito

求。然而，與會者堅持以現有的斑馬線已足夠為由反對興建，且提出天橋妨礙大廈景觀的問題。

公署分析後認為，天橋興建與否與鄰近大廈的住戶有直接利害關係，按照《行政程序法典》第10條所確立的“參與原則”，當局應在決定興建天橋前做好相關諮詢工作，聽取興建地段居民的意見，惟當局在此事上並未採取最佳的處理方法。

經公署介入，交通事務局重新分析天橋的興建計劃，其後去函土地工務運輸局，指出氹仔衛生中心的部分功能轉移至離島急診站及將投入運作的氹仔嘉模衛生中心，這與當初計劃興建天橋時的考慮因素不同，行人過路的需求已產生變化。此外，由於有關大廈住戶認為現有的斑馬線已能有效保障過路安全，且暫時亦未有能解決有關大廈住戶所提出興建天橋影響大廈景觀問題的方案，故交通事務局建議土地工務運輸局暫緩在該地段興建天橋，待將來輕軌落成和因應該區日後發展及人流情況再作決定。事實上，據公署人員現場查證，未見跡象顯示天橋工地在動工。

基此，公署將本案歸檔。

個案八 —— 處罰輕重的理據須清楚說明

投訴人於2013年9月向公署投訴，指其本人聯同家傭甲於同年7月把數塊木板棄置在氹仔一坵坵站旁邊，因而被民政總署（下稱“民署”）稽查人員檢控行政違法，結果民署對二人的科罰不同，投訴人須分期繳付罰款，而家傭甲的處罰則獲暫緩執行，為期六個月。投訴人指民署對其科罰不公。

根據《公共地方總規章》及《違法行為清單》的規定，將固體廢料棄置於指定地點或容器以外的公共地方，違法者可被定額罰款澳門幣600元。

e que a passagem para peões em questão iria tapar a vista dos edifícios.

Após análise, o CCAC entendeu que os habitantes dos edifícios envolvidos tinham interesse directo na formação da decisão relacionada com o projecto de construção da passagem para peões. Assim sendo, de acordo com o princípio da participação consagrado no artigo 10.º do Código do Procedimento Administrativo, antes de tomar qualquer decisão sobre a construção da referida passagem para peões as autoridades deveriam proceder, de forma adequada, à respectiva consulta pública e auscultar as opiniões dos habitantes da zona onde seriam realizadas as obras de construção. No entanto, na opinião do CCAC, no presente caso as autoridades não adoptaram o melhor método de auscultação pública.

Após a intervenção do CCAC, a DSAT voltou a analisar o projecto de construção da passagem para peões e enviou posteriormente um ofício à DSSOPT afirmando no mesmo que, tendo em consideração que algumas das funções do Centro de Saúde da Taipa já haviam sido transferidas para o Posto de Urgência das Ilhas enquanto outras seriam ainda transferidas para o Centro de Saúde de Nossa Senhora do Carmo da Taipa aquando da sua entrada em funcionamento, já não se verificavam os motivos que levaram as autoridades ao planeamento da construção da passagem para peões, uma vez que as necessidades dos peões para a travessia da avenida em causa já não eram as mesmas. Por outro lado, os habitantes envolvidos consideravam que as passadeiras existentes já eram suficientes para salvaguardar a segurança na travessia da avenida e não existia ainda qualquer resposta para as questões suscitadas pelos mesmos, nomeadamente, sobre o impacto que a construção da passagem para peões iria ter na vista dos edifícios. Neste contexto, a DSAT propôs à DSSOPT o adiamento da construção da passagem para peões nesta zona, sendo que uma decisão futura seria tomada após a conclusão do projecto do metro ligeiro e em função do desenvolvimento e do fluxo de pessoas naquela zona. Na realidade, após visita ao local pelo pessoal do CCAC, não foi detectado qualquer indício de obras de construção de passagem superior para peões.

Pelo exposto, o CCAC procedeu ao arquivamento do processo.

Caso 8 – Graduação das sanções deve ser fundamentada

Um indivíduo apresentou, em Setembro de 2013, uma queixa ao CCAC, alegando que, tendo ele próprio e a sua empregada doméstica A abandonado, em Julho do mesmo ano, várias pranchas de madeira ao lado de um posto de recolha de lixos na Taipa, foram acusados pelo pessoal de fiscalização do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM) da prática de infracção administrativa. No entanto, as sanções que lhes foram aplicadas pelo IACM foram diferentes. Com efeito, ao queixoso foi aplicada uma multa a pagar em prestações, ao passo que à sua empregada doméstica A foi aplicada uma sanção cuja execução ficou suspensa por um período de 6 meses. O queixoso considerou injusta a sanção que lhe foi aplicada pelo IACM.

Nos termos do disposto no Regulamento Geral dos Espaços Públicos (RGEP) e no Catálogo das Infracções, em relação ao abandono de resíduos sólidos nos espaços públicos fora dos locais e recipientes indicados, o infractor pode ser sancionado com multa de valor fixo de 600 patacas.

按照《公共地方總規章》第41條第1款的規定，民署可行使裁量權，暫緩執行處罰六個月至一年。另外，根據該規章第55條第1款的規定，民署可基於違法者的經濟狀況而准許分期繳納罰款。

公署經調查後發現，民署認為投訴人不僅為“棄置”的行為人，且尚以僱主之身份指令家傭甲作出相同行為，而後者則只是聽命於投訴人而為，投訴人的“犯意”及過錯程度明顯高於家傭甲，因此，民署分別根據上述《公共地方總規章》第41條第1款及第55條第1款的規定，對家傭甲暫緩執行處罰，為期六個月，以及准許投訴人分期繳付罰款。

公署認為，《行政程序法典》所規定的平等原則的精神在於“相同情況，同等對待；不同情況，差別對待”。基於投訴人與其家傭甲的違法情節不同，民署作出不同處理未見違法或失當。

然而，公署發現投訴人之所以認為民署處罰不公，究其原因乃民署致予投訴人的相關通知函及覆函均無指出上述處理結果不同的核心原因。為免日後再出現類似的非必要誤會，以及確保通知行為產生應有的效力，公署去函提請民署關注並採取尚需的改善措施，讓違法者清楚知悉被處罰的理據。

其後，民署表示接納公署的建議，故公署將案件歸檔。

個案九 —— 通知應包含可提出聲明異議的提示

投訴人於2014年9月向公署投訴，稱其物業因涉嫌用作非法提供住宿，被旅遊局局長命令在有關單位的門上施加封印，並中斷單位的水、電供應。投訴人不滿旅遊局以未有在法定期間內收到投訴人提出的聲明異議，作為駁回投訴人要求解除單位“查

De acordo com o n.º 1 do artigo 41.º do RGEP, o IACM pode exercer o poder discricionário, decidindo a suspensão da execução da sanção aplicada, por um período de 6 meses a 1 ano. Por outro lado, nos termos do n.º 1 do artigo 55.º do mesmo Regulamento, o IACM pode admitir o pagamento da multa em prestações, atendendo à situação económica do infractor.

Na sequência da investigação do CCAC, verificou-se que, na opinião do IACM, o queixoso não só era o autor do acto de abandono, como também havia ordenado, enquanto patrão, que o mesmo acto fosse praticado pela sua empregada doméstica A que acabou por actuar em obediência à ordem do queixoso. No entender do IACM, é evidente que a intenção do queixoso na prática da referida infracção e o grau da sua culpa eram maiores do que os da sua empregada doméstica A, pelo que o IACM, nos termos, respectivamente, do n.º 1 do artigo 41.º e do n.º 1 do artigo 55.º do RGEP, suspendeu a execução da sanção aplicada à empregada doméstica A, por um período de 6 meses, e permitiu ao queixoso que pagasse a multa em prestações.

Na opinião do CCAC, o espírito do princípio da igualdade consagrado no Código do Procedimento Administrativo consiste no critério de «tratamento igual para situações idênticas e tratamento diverso para situações diferentes». Assim sendo, atendendo ao facto de que as circunstâncias em que o queixoso e a sua empregada doméstica A praticaram a infracção eram diferentes, não se verificou qualquer ilegalidade ou irregularidade relativamente ao tratamento dado ao caso por parte do IACM.

No entanto, o CCAC verificou que a razão pela qual o queixoso considerou injusta a sanção aplicada pelo IACM se devia ao facto de o IACM não ter indicado na notificação da sanção nem na resposta dada posteriormente ao queixoso os motivos fundamentais que o levaram a tratar o queixoso e a sua empregada doméstica A de forma diferente no referido caso. Com vista a evitar futuros mal-entendidos desnecessários em casos semelhantes e para assegurar que as notificações produzam os devidos efeitos, o CCAC oficiou ao IACM solicitando-lhe que prestasse atenção e tomasse eventuais medidas de aperfeiçoamento necessárias, no sentido de permitir aos infractores o conhecimento dos fundamentos em que baseiam as sanções que lhes forem aplicadas.

Posteriormente, o IACM afirmou ter acolhido as sugestões do CCAC, pelo que o CCAC procedeu ao arquivamento deste caso.

Caso 9 — Da notificação deve constar a referência à possibilidade de reclamação

Um indivíduo apresentou, em Setembro de 2014, uma queixa ao CCAC segundo a qual a directora dos Serviços de Turismo (DST) mandou tomar as medidas de aposição de selo na porta da fracção de que é proprietário o queixoso e de suspensão do abastecimento de água e de electricidade por suspeitas de a mesma fracção ter servido para a prestação ilegal de alojamento. O queixoso ficou insatisfeito porque uma das razões pelas quais a DST rejeitou o seu pedido de levantamento da medida de aposição de selo se devia ao facto de a DST não ter recebido qualquer reclamação apresentada pelo queixoso no prazo legalmente fixado. Com efeito, da notificação escrita da DST não constava qualquer referência à possibilidade de reclamação por

封”的其中一個原因，因為局方在書面通知內從沒有提及投訴人可在收到通知後的法定期間內提出聲明異議。

公署經調查後發現，旅遊局在書面通知中，只提及“得在三十天內向行政法院提出司法上訴”，並無載有任何行政申訴途徑，例如可向局長提起聲明異議。

根據第3/2010號法律《禁止非法提供住宿》第20條第1款的規定，對於旅遊局局長命令採取臨時措施的決定，投訴人可無須進行聲明異議或訴願便可直接提起司法上訴。換言之，聲明異議為一種任意性的申訴途徑，提出聲明異議與否並不會導致中止臨時措施的效力。

縱然如此，局方在書面通知中沒有提到行政申訴途徑的做法確有不善之處，首先，局方並無考慮《行政程序法典》第70條c項的規定。該條文明確規定，行政決定的通知內容必須包括“有權限審查對該行為提出之申訴之機關”，而根據《行政程序法典》第146條的規定，“申訴”包含聲明異議及訴願。因此，即使對行政行為可以直接進行司法上訴，有關行政申訴（如聲明異議）具有任意性，書面通知內關於投訴人可提出聲明異議的內容也不應被略去。

其次，從實務角度分析，局方現時在書面通知只提及司法上訴的途徑，但一般的市民往往基於司法上訴需要較高的經濟成本而更多地考慮選擇行政申訴，且部分涉及“非法提供住宿”的違法者並非澳門居民，他們未必對澳門現行法律有充分的了解。基於上述情況，局方有必要在命令採取臨時措施的書面通知上提及可針對有關決定提起聲明異議或其他行政申訴的途徑。

基此，公署去函旅遊局反映上述立場及建議，提請局方作適當跟進。而局方接納公署的建議，並承諾日後會根據《行政程序法典》的規定，於臨時措施的書面通知內提及行政申訴的途徑和期限。

鑑於旅遊局已採取適當措施跟進投訴事項，故公署將案件歸檔。

個案十 —— 骨殖合葬申請

投訴人於2013年12月向公署投訴，稱其父在申請起葬其祖母骨殖的同時，向民政總署（下稱“民署”）申請將其祖母的骨

partes do queixoso dentro do prazo legal a contar da recepção da notificação.

Na sequência da investigação, o CCAC verificou que a notificação escrita emitida pela DST apenas indicava que o interessado «pode interpor recurso contencioso para o Tribunal Administrativo no prazo de 30 dias», mas não continha qualquer referência aos meios de impugnação administrativa, como por exemplo a possibilidade de reclamação junto da directora da DST.

Nos termos do n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 3/2010 (Proibição de prestação ilegal de alojamento), em relação à decisão da directora da DST relativa à aplicação de medidas provisórias, o queixoso pode interpor directamente recurso contencioso, independentemente da apresentação prévia de reclamação ou recurso hierárquico. Por outras palavras, a reclamação é um meio de impugnação facultativa que, independentemente de ser ou não apresentada, não suspende os efeitos das medidas provisórias.

Todavia, foi descabido a DST não ter indicado na notificação escrita os meios de impugnação administrativa à disposição, uma vez que a DST, em primeiro lugar, não teve em conta o disposto na alínea c) do artigo 70.º do Código do Procedimento Administrativo que dispõe claramente que da notificação de uma decisão administrativa deve constar «o órgão competente para apreciar a impugnação do acto». Ademais, de acordo com o artigo 146.º do mesmo diploma legal, a «impugnação» abrange a reclamação e o recurso hierárquico. Assim, mesmo que do acto administrativo caiba recurso contencioso imediato e que a impugnação administrativa (ex. a reclamação) seja facultativa, nunca deve ser ignorada na notificação escrita a referência à possibilidade de reclamação por parte do interessado.

Por outro lado, analisando a questão de um ponto de vista prático, actualmente a DST apenas indica na notificação escrita o meio de impugnação contenciosa, mas o público em geral muitas vezes costuma optar pelo meio de impugnação administrativa, uma vez que a interposição de recurso contencioso implica mais custos económicos. Além disso, alguns dos infractores em casos de «prestação ilegal de alojamento» não são residentes de Macau, pelo que podem não conhecer muito bem as leis em vigor em Macau. Assim sendo, é necessário que a DST indique na notificação escrita da aplicação de medidas provisórias que o interessado pode apresentar reclamação da respectiva decisão ou que faça referência a outros meios de impugnação administrativa.

Pelo exposto, o CCAC informou a DST, por ofício, da sua posição e das sugestões acima referidas, apelando à DST para que proceda ao acompanhamento adequado deste caso. A DST aceitou as sugestões do CCAC, prometendo que indicará de futuro, nas notificações escritas da aplicação de medidas provisórias e nos termos do Código do Procedimento Administrativo, os meios e o prazo de impugnação administrativa.

Considerando que a DST já tomou as medidas adequadas ao tratamento do presente caso, o CCAC procedeu ao arquivamento do mesmo.

Caso 10 — Requerimento de junção de ossadas

Em Dezembro de 2013, foi apresentada uma queixa ao CCAC segundo a qual o pai do queixoso havia apresentado ao

殖合葬至其祖父的骨殖箱內，惟因其祖父的骨殖箱登記人是其姑姐，故其父須提交其姑姐簽立的同意書才可完成有關申請，基此，投訴人便要求其姑姐將同意書交予民署。

後來，投訴人沒有收到民署回覆，便致電查詢，此時投訴人方得知該署拒絕了其父的申請，但卻批准了其姑姐提出的合葬申請。投訴人不滿其父親申請合葬在先，且由其父親負責起葬祖母骨殖，但該署卻在從沒作覆的情況下批准了其姑姐提出的合葬申請。

經公署向民署了解後得悉，在合葬申請中，如申請者不是擬合葬骨殖箱的登記人，該署會要求申請者遞交相關登記人所簽立的同意書，以保障登記人對骨殖箱的使用權益。本個案中，民署在收到投訴人父親的合葬申請後不久，又收到投訴人姑姐的合葬申請，由於投訴人姑姐及投訴人父親所申請的事項相同，故負責處理的職員便推定其姑姐的申請是因應民署向投訴人父親作出的通知及要求而提出的，因而將兩項申請歸納為同一申請來處理，且最終只接納了由投訴人姑姐提出的申請及向其通知處理結果，而沒有向投訴人父親作覆。

對此，公署經分析後認為，雖然投訴人父親與投訴人姑姐所申請的事項相同，惟有關申請明顯屬於兩個不同及獨立的申請，而投訴人父親在遞交申請後，亦從沒向民署表示過撤銷有關申請或將之交由投訴人姑姐跟進。事實上，投訴人父親一直在等待該署的回覆，該署按理應對每一個申請作出相應的決定及回覆，而不應在未了解清楚的情形下就貿然將投訴人父親的申請合併入投訴人姑姐的申請內，且不將有關情況通知投訴人父親。

事實上，公署認同民署儘量簡化手續及儘快完成程序的目標的，惟該署在處理申請時，除須快捷、便民外，也須顧及具體個

Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM), simultaneamente, um requerimento de exumação das ossadas da sua avó e um requerimento de junção das mesmas na gaveta-ossário onde já se encontram os restos mortais do avô. No entanto, como a referida gaveta-ossário estava registada em nome da tia do queixoso, o seu pai tinha de obter o consentimento desta, formalizado em documento assinado pela mesma, para a instrução do respectivo pedido, motivo pelo qual o queixoso solicitou a sua tia que apresentasse tal documento ao IACM.

Não tendo recebido resposta, o queixoso contactou telefonicamente o IACM para inquirir sobre o ponto de situação do respectivo pedido, vindo a saber, apenas naquele momento, que o IACM indeferiu o requerimento apresentado pelo seu pai, tendo no entanto autorizado um outro requerimento de junção das ossadas apresentado posteriormente pela tia. O queixoso ficou insatisfeito uma vez que o requerimento de seu pai, para a junção das ossadas da sua avó, foi apresentado em primeiro lugar, tendo sido também o seu pai a tratar da exumação das mesmas. No entanto, o IACM autorizou o requerimento de junção das ossadas apresentado em segundo lugar pela sua tia, não tendo dado qualquer resposta ao requerimento apresentado pelo seu pai.

Na sequência da intervenção do CCAC junto do IACM, ficou esclarecido que, relativamente aos requerimentos de junção de ossadas, caso a gaveta-ossário em causa não esteja registada em nome do requerente, o IACM exigirá ao requerente a apresentação de um documento de consentimento assinado pela pessoa em nome da qual a gaveta-ossário está registada, com vista a salvaguardar o direito de utilização da gaveta-ossário por parte da pessoa que efectuou o registo. No caso em questão, pouco tempo depois da apresentação do requerimento de junção de ossadas pelo pai do queixoso, o IACM veio a receber um outro requerimento sobre o mesmo assunto apresentado pela sua tia. Devido ao facto de ambos os requerimentos se referirem ao mesmo assunto, o funcionário que tratou o caso presumiu que o requerimento da tia do queixoso teria resultado da notificação e exigências apresentadas pelo IACM ao pai do queixoso, acabando assim por juntar os dois requerimentos num só e admitindo apenas o requerimento apresentado pela tia do queixoso. Neste contexto, apenas a tia do queixoso foi notificada do resultado do requerimento apresentado, enquanto nenhuma resposta foi dada ao pai do queixoso.

Relativamente a esta situação, o CCAC considerou, após análise, que apesar de os requerimentos apresentados pelo pai e pela tia do queixoso se referirem ao mesmo assunto, eram dois requerimentos distintos e independentes. Ademais, após a apresentação do respectivo requerimento pelo pai do queixoso, este não exprimiu ao IACM qualquer intenção de o retirar ou de o deixar para acompanhamento por parte da tia do queixoso. Na realidade, o pai do queixoso continuou a aguardar resposta do IACM que, por sua vez, deveria notificar cada requerente da decisão tomada sobre cada um dos requerimentos, não devendo anexar injustificadamente o requerimento do pai do queixoso ao apresentado pela sua tia, sem ter em conta as circunstâncias do caso e sem prestar qualquer informação sobre a respectiva situação ao pai do queixoso.

De facto, o CCAC concordou com a intenção do IACM em simplificar e acelerar os procedimentos. Todavia, além da celeridade e da facilidade para a vida quotidiana dos cidadãos,

案的特別情形，注意有關處理是否適當和妥善，以免引起不必要的誤會和紛爭。

為此，公署去函民署，建議如該署日後再收到兩份內容相同的合葬申請，即使申請者之間是第一親等關係（例如兄弟姊妹），該署也應先向相關人士了解清楚箇中情形才決定如何處理有關事宜。另一方面，如有關人士是申請將他人起葬的骨殖合葬至其本人登記的骨殖箱內，該署則宜要求申請者提交擬合葬骨殖起葬者的書面同意文件，又或者以其他適當方式了解起葬者的意願後才批准有關申請，因為擬合葬骨殖按理會由起葬者負責保管，倘起葬者拒絕提供有關骨殖予他人合葬，即使該署批准了有關申請，有關合葬也是無法順利完成的。

隨後，民署函覆公署表示，該署會參考公署有關意見，積極改善合葬申請的工作，以免再出現類似本個案的問題。

基此，公署將案件歸檔。

第四部分 宣傳教育

一、倡廉教育工作

2014年，公署舉辦各類講座及座談會共386場，參加者達22,142人次，對象包括公務人員、社團成員、私人機構僱主僱員、青少年及中小學生等。

2014年各類講座及座談會統計總表

主題	對象	場數	人數
持廉守正、廉潔奉公、公務採購、財產及利益申報	公務人員	89	5,028
《預防及遏止私營部門賄賂法律》座談會	私人機構、公共部門、教育機構	42	1,885
廉潔意識	社團、教育機構	9	324
誠信教育	青少年學生	246	14,905
合計		386	22,142

é necessário ter-se em conta as particularidades de cada caso concreto, bem como avaliar se a forma de tratamento do caso é adequada e própria, de modo a evitar mal-entendidos e conflitos desnecessários.

Nestes termos, o CCAC enviou um ofício ao IACM, propondo que, de futuro, sempre que o IACM receba dois requerimentos de junção de ossadas com o mesmo objecto, e mesmo que os requerentes sejam parentes em 1.º grau (ex. irmãos), o IACM deverá primeiramente tentar apurar a situação junto dos interessados antes de decidir sobre o tratamento a dar aos mesmos. Para além disso, caso alguém requeira que as ossadas exumadas a requerimento de outra pessoa sejam juntas na gaveta-ossário registada em seu nome, é aconselhável que o IACM, antes de autorizar o respectivo requerimento, exija ao requerente a apresentação de um documento de consentimento da pessoa que requereu a exumação das ossadas a ser juntas, ou tente saber, através de meios igualmente adequados, a vontade dessa pessoa, tendo em consideração que as ossadas a juntar devem ser guardadas pela mesma. Caso esta recuse entregar as ossadas a terceiros para efeitos de junção, nunca poderá ser realizada a junção mesmo que o respectivo requerimento tenha sido autorizado pelo IACM.

Posteriormente, o IACM respondeu através de ofício, afirmando que vai tomar como referência as opiniões apresentadas pelo CCAC, com vista a aperfeiçoar os procedimentos relacionados com os requerimentos de junção de ossadas, de forma a evitar a repetição de problemas semelhantes ao do presente caso.

Pelo exposto, o CCAC procedeu ao arquivamento do processo.

SECÇÃO IV

ACÇÕES DE DIVULGAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO

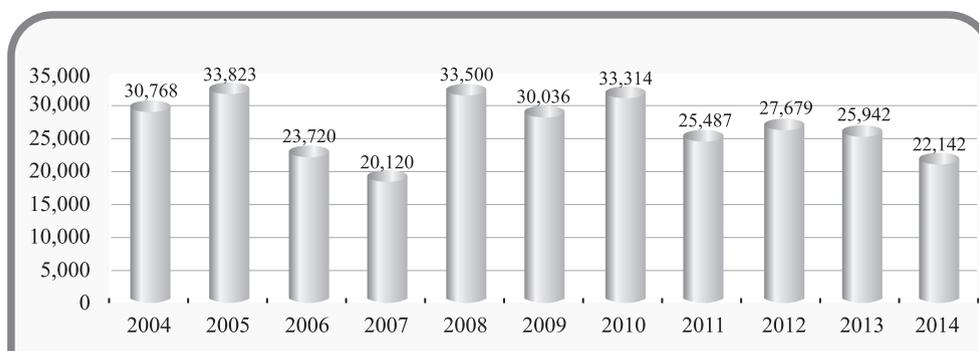
I. Sensibilização para a integridade

Em 2014, foram organizados, pelo CCAC, 386 palestras e colóquios, contando com a participação de 22.142 pessoas. Os destinatários foram principalmente trabalhadores da função pública, membros de associações, empregadores e trabalhadores de entidades privadas, jovens e estudantes do ensino secundário e primário.

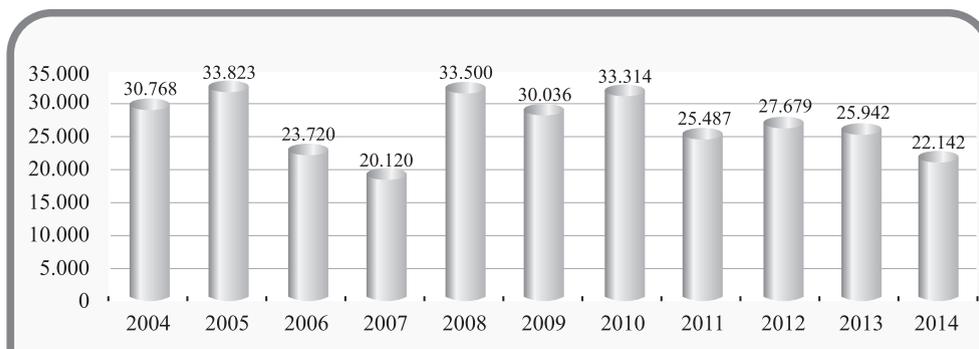
Estatística das palestras e colóquios realizados em 2014

Tema do evento	Destinatários	N.º de sessões	N.º de participantes
Carácter nobre, conduta íntegra/ Integridade e dedicação ao público/ Aquisição de bens e serviços/ Declaração de bens patrimoniais e interesses	Funcionários públicos	89	5.028
Colóquio sobre Lei de Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado	Entidades privadas, ser- viços públicos e estabe- lecimentos de ensino	42	1.885
Consciência de integridade	Associações e estabele- cimentos de ensino	9	324
Educação para a honestidade	Jovens estudantes	246	14.905
Total		386	22.142

2004 至 2014 年講座人數比較表



Evolução do número de participantes em palestras entre 2004 e 2014



(一) 公務人員倡廉教育

2014年，公署繼續有系統地為各公共部門人員舉辦廉潔講座，共計89場，參加者有5,028人次，講座主題包括廉潔操守、公務採購、財產申報等。

(1) Acções de sensibilização destinadas aos funcionários públicos

Em 2014, o CCAC continuou a organizar sistematicamente palestras para os trabalhadores dos serviços públicos, tendo sido realizadas 89 sessões com a participação de 5.028 pessoas. Os temas das palestras incluíram, nomeadamente, a conduta íntegra, a aquisição de bens e serviços e a declaração de bens patrimoniais e interesses.

2014 年公務人員講座統計表

主題	部門	對象	場數	人數
持廉守正	土地工務運輸局	新入職人員	1	110
	消防局	人員	1	80
	衛生局	人員	2	500
	澳門海關	關務監督	1	14
	澳門保安部隊高等學校	晉升警長 / 消防區長	2	192
	澳門監獄	晉升副警長	1	20
	海事及水務局	人員	1	60
晉級培訓	民政總署	人員	5	175
	行政公職局	人員	27	945
	澳門海關	副關務監督	1	6
廉潔奉公	司法警察局	新入職人員	1	90
	民政總署	新入職人員	5	190
	交通事務局	人員	6	485
	行政公職局	人員	18	900
	教育暨青年局	人員	1	80
	澳門保安部隊高等學校	晉升副警長	1	77
	澳門海關	副關務監督	1	6
	澳門監獄	晉升警長	1	11
廉潔奉公、 財產及利益申報	澳門監獄	人員	1	60
	治安警察局	新入職人員	1	260
	澳門海關	新入職人員	1	47
廉潔意識強化課程	行政公職局	採購人員	9	690
公務採購	文化局	人員	1	30
合計			89	5,028

Estatísticas das palestras destinadas a funcionários públicos em 2014

Tema do evento	Serviços	Destinatários	N.º de sessões	N.º de participantes
Carácter nobre, conduta íntegra	Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes	Trabalhadores em início de funções	1	110
	Corpo de Bombeiros	Trabalhadores	1	80
	Serviços de Saúde	Trabalhadores	2	500
	Serviços de Alfândega	Comissários alfandegários	1	14
	Escola Superior das Forças de Segurança de Macau	Formandos do curso de formação para acesso a chefe do Corpo de Polícia de Segurança Pública de Macau (CPSP) e do Corpo de Bombeiros (CB)	2	192
	Estabelecimento Prisional de Macau	Formandos do curso de formação para acesso a subchefe	1	20
	Direcção dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água	Trabalhadores	1	60
Formação para efeito de acesso	Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais	Trabalhadores	5	175
	Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública	Trabalhadores	27	945
	Serviços de Alfândega	Subcomissários alfandegários	1	6
Integridade e dedicação ao público	Polícia Judiciária	Trabalhadores em início de funções	1	90
	Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais	Trabalhadores em início de funções	5	190
	Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego	Trabalhadores	6	485
	Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública	Trabalhadores	18	900
	Direcção dos Serviços de Educação e Juventude	Trabalhadores	1	80
	Escola Superior das Forças de Segurança de Macau	Formandos do curso de formação para acesso a subchefe do CPSP	1	77
	Serviços de Alfândega	Subcomissários alfandegários	1	6
	Estabelecimento Prisional de Macau	Formandos do curso de formação para acesso a chefe	1	11
Integridade e dedicação ao público/Declaração de bens patrimoniais e interesses	Estabelecimento Prisional de Macau	Trabalhadores	1	60
	Corpo de Polícia de Segurança Pública	Trabalhadores em início de funções	1	260
	Serviços de Alfândega	Trabalhadores em início de funções	1	47
Curso intensivo sobre consciência de integridade	Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública	Trabalhadores da área de aquisição de bens e serviços	9	690
Aquisição de bens e serviços	Instituto Cultural	Trabalhadores	1	30
Total			89	5.028

(二) 私營部門防貪教育

公署在2014年持續為民間社團、私人機構及教育機構舉辦關於《預防及遏止私營部門賄賂》法律的座談會，按不同界別人、機構設計內容，跟與會者互動交流。另外，亦與公共部門合辦“私營部門防貪”座談會，向部門人員及相關人士及機構的工作人員講解私營部門防貪法律。2014年共計舉辦相關主題的座談會42場，參加人數有1,885人次。

同時，公署還透過電視廣告、電台廣告、戶外廣告、巴士車身廣告、電視節目、報章專欄以及出版刊物等宣傳私營部門防貪信息。

(2) Sensibilização para a prevenção da corrupção no sector privado

Em 2014, o CCAC prosseguiu na organização de colóquios sobre a Lei de Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado, destinados a associações, entidades privadas e estabelecimentos de ensino. Em função dos sectores a que pertenciam os indivíduos e as instituições participantes, o CCAC preparou temas diferentes para os colóquios e trocou impressões com os participantes. Para além disso, o CCAC organizou, em colaboração com vários serviços públicos, palestras sobre a prevenção da corrupção no sector privado, destinadas aos trabalhadores dos serviços públicos e ao pessoal das entidades que tinham ligação de trabalho com esses serviços públicos. Em 2014, foram organizadas um total de 42 sessões sobre o tema, contando com a participação de 1.885 pessoas.

A par disso, mensagens de prevenção da corrupção no sector privado foram divulgadas pelos diversos canais, nomeadamente, através de anúncios televisivos, publicidade na rádio, ao ar livre e nos autocarros, programas televisivos, na coluna periódica de jornais e ainda pela publicação de materiais de divulgação.

2014 年私營部門防貪座談會統計表

類別	實體	對象	場數	人數
私人機構	ADA機場管理有限公司	員工	4	190
	澳門凱旋門酒店	員工	2	80
	大豐銀行	新入職員工	1	70
	信德中旅船務管理(澳門)有限公司	員工	2	80
	殷理基集團有限公司	員工	1	30
	匯業銀行	員工	3	130
	澳門國際機場專營股份有限公司	員工	1	80
公共部門	澳門電力公司	新入職員工	1	50
	教育暨青年局	受資助機構人員、學校管理層	3	190
	運輸基建辦公室	員工、供應商	2	65
教育機構	房地產經紀准照補充課程	學員	4	260
	澳門旅遊學院	導遊	18	660
合計			42	1,885

Estatísticas dos colóquios sobre a prevenção da corrupção no sector privado em 2014

Tipos de entidade	Entidades	Destinatários	N.º de sessões	N.º de participantes
Entidades privadas	ADA – Administração de Aeroportos, Lda.	Trabalhadores	4	190
	Hotel L'Arc New World Macau	Trabalhadores	2	80
	Banco Tai Fung	Trabalhadores em início de funções	1	70
	Shun Tak China Travel – Companhia de Gestão de Embarcações (Macau), Limitada	Trabalhadores	2	80
	Grupo HN, Limitada	Trabalhadores	1	30

Tipos de entidade	Entidades	Destinatários	N.º de sessões	N.º de participantes
Entidades privadas	Banco Delta Asia, S.A.	Trabalhadores	3	130
	CAM - Sociedade do Aeroporto Internacional de Macau	Trabalhadores	1	80
	Companhia de Electricidade de Macau	Trabalhadores em início de funções	1	50
Serviços públicos	Direcção dos Serviços de Educação e Juventude	Pessoal de entidades beneficiárias, pessoal de direcção das escolas	3	190
	Gabinete para as Infra-estruturas de Transportes	Trabalhadores e fornecedores	2	65
	Curso complementar para a obtenção da licença de agente imobiliário	Formandos	4	260
Estabelecimentos de ensino	Instituto de Formação Turística de Macau	Guias	18	660
Total			42	1.885

(三) 青少年誠信教育

2014年，公署為本澳中、小學生舉辦了共246場各類型的誠信教育活動，出席學生達14,905人次。

1. 中學生誠信教育

1.1 青少年誠信教育計劃

“青少年誠信教育計劃”在中學推行多年，獲教育界的大力支持和配合。公署因應中學生不同的成長階段設計主題內容，派員到校內向中學生講解與誠信有關的主題，藉此引導青少年建立良好品格。2014年度計有14間學校參與，共舉辦了講座58場，出席學生達5,546人次。

2014年“青少年誠信教育計劃”學生人數統計表

學校	場數	人數
丞仔坊眾學校	1	190
培正中學	3	1,500
培華中學	2	578
培道中學	1	105
勞工子弟學校(中學部)	2	525
聖公會(澳門)蔡高中學	3	361
聖若瑟教區中學第二、三校	3	414

(3) Educação da juventude sobre a integridade

Em 2014, para os estudantes dos ensinos primário e secundário, o CCAC organizou 246 actividades de sensibilização sobre a integridade, com a participação de 14.905 estudantes.

1. Educação dos estudantes do ensino secundário sobre a integridade

1.1 «Programa de Educação para a Honestidade da Juventude»

O «Programa de Educação para a Honestidade da Juventude» tem vindo a ser promovido nas escolas do ensino secundário há vários anos, tendo obtido o apoio e colaboração do sector educativo. Em função das diferentes fases de crescimento dos estudantes do ensino secundário, o CCAC preparou temas específicos, enviando o seu pessoal a escolas para divulgar aos alunos do ensino secundário mensagens de integridade, com o objectivo de formar valores correctos nos jovens. Em 2014, 14 escolas participaram no programa e foram realizadas 58 palestras, contando com a participação de 5.546 estudantes.

Estatísticas do «Programa de Educação para a Honestidade da Juventude» em 2014

Escolas	N.º de sessões	N.º de participantes
Escola Fong Chong da Taipa	1	190
Escola Pui Ching	3	1.500
Escola Pui Va	2	578
Escola Pui Tou	1	105
Escola para Filhos e Irmãos dos Operários (Secundário)	2	525
Sheng Kung Hui Escola Choi Kou	3	361
Colégio Diocesano de São José (2 e 3)	3	414

學校	場數	人數
聖羅撒女子中學中文部	18	583
嘉諾撒聖心英文中學	2	312
廣大中學	5	132
澳門大學附屬應用學校	14	419
鏡平中學	2	398
澳門演藝學院舞蹈學校	2	29
合計	58	5,546

1.2 中學“畢業生誠信必修課”專題講座

“畢業生誠信必修課”專題講座旨在向應屆中學畢業生講解實用的廉潔指引，使其在步出校園、踏足社會前能清晰了解澳門現行的反貪法律及防貪知識。2014年有6間學校參加了此講座，舉辦場次共8場，參與學生人數為1,781名。

2014年“畢業生誠信必修課”學生人數統計表

學校	場數	人數
陳瑞祺永援中學	1	84
聖若瑟教區中學第二、三校	2	344
勞工子弟學校(中學部)	2	476
培華中學	1	212
培正中學	1	500
培道中學	1	165
合計	8	1,781

1.3 中學“廉潔周”

公署定期與學校合辦“廉潔周”，在校內為中學生舉行以“廉潔和誠信”為主題的系列專題活動。

2014年，公署分別與澳門大學附屬應用學校、新華學校和聖若瑟教區中學合辦“廉潔周”活動。期間，公署在校內舉行專題

Escolas	N.º de sessões	N.º de participantes
Colegio de Santa Rosa de Lima (Secção Chinesa)	18	583
Colégio do Sagrado Coração de Jesus (Secção Inglesa)	2	312
Escola Kwong Tai	5	132
Escola de Aplicação Anexa à Universidade de Macau	14	419
Escola Keang Peng	2	398
Escola de Dança do Conservatório de Macau	2	29
Total	58	5.546

1.2 Formação Obrigatória para a Honestidade dos Alunos Finalistas

As palestras sobre «Formação Obrigatória para a Honestidade dos Alunos Finalistas» foram realizadas para dar a conhecer aos alunos finalistas do ensino secundário as boas práticas de integridade. Com a organização desta actividade, espera-se que os alunos finalistas, prestes a entrar no mercado laboral, possam adquirir os conhecimentos necessários relativamente a legislação actualmente em vigor em Macau sobre o combate à corrupção e os conhecimentos sobre a prevenção da corrupção. Em 2014, o CCAC realizou 8 palestras que contaram com a participação de 1.781 alunos provenientes de 6 escolas.

Estatísticas da «Formação Obrigatória para a Honestidade dos Alunos Finalistas» em 2014

Escolas	N.º de sessões	N.º de participantes
Colégio Perpétuo Socorro Chan Sui Ki	1	84
Colégio Diocesano de São José (2 e 3)	2	344
Escola para Filhos e Irmãos dos Operários (Secundário)	2	476
Escola Pui Va	1	212
Escola Pui Ching	1	500
Escola Pui Tou	1	165
Total	8	1.781

1.3 Organização da «Semana da Integridade» nas escolas secundárias

O CCAC tem organizado periodicamente a «Semana da Integridade» junto das escolas, durante a qual se realizam nas escolas actividades com o tema «integridade e honestidade», destinadas aos alunos do ensino secundário.

Em 2014, o CCAC organizou a «Semana da Integridade» em colaboração com a Escola de Aplicação Anexa à Univer-

講座、擺放展板並進行問答遊戲等，把誠信、守法和公平競爭等主題融入學生的校園生活。

其中，澳門大學附屬應用學校舉辦了以“活出誠信好品格”為主題的四格漫畫比賽和話劇比賽，聖若瑟教區中學舉辦了以“誠信有品”為主題的作文比賽和話劇比賽，新華學校進行了以“廉潔誠信”為主題的四格漫畫比賽，而在活動期間，公民科教師更運用公署出版的中學誠信教材《學而思》，藉教材套提供的短片和工作紙等，與同學探討誠信價值等議題。

1.4 戲說誠信

2014年，公署為8間學校的初一至高三學生安排了12場“戲說誠信”的演出，參與學生人數共計2,083名。演出以論壇劇場方式與同學探討有關“公平”的主題，內容以青少年日常生活為切入點，藉此提醒學生們注意在日常生活中可能出現的貪污賄賂誘因，以免誤墮法網。

2014年“戲說誠信”活動學生人數統計表

學校	場數	人數
中葡職業技術學校	1	140
培道中學	3	392
勞工子弟學校(中學部)	1	248
粵華中學	1	250
聖若瑟教區中學第二、三校	1	90
聖若瑟教區中學第五校	2	206
澳門大學附屬應用學校	2	740
澳門演藝學院舞蹈學校	1	17
合計	12	2,083

2. 小學生誠信教育

2.1 發行新版《誠實與廉潔》小學誠信教材

鑑於2005年推出的《誠實和廉潔》小學教科書及教材套已使用多年，公署因應澳門社會現況，全面更新對教材內容，並配

sidade de Macau, a Escola Xin Hua e o Colégio Diocesano de São José, respectivamente. Durante essa semana, o CCAC organizou palestras específicas nestas escolas, instalou painéis informativos e realizou um jogo de perguntas e respostas, entre outras actividades, no sentido de integrar os conceitos de honestidade, cumprimento da lei e concorrência leal na vida escolar dos alunos.

Durante a «Semana da Integridade», a Escola de Aplicação Anexa à Universidade de Macau organizou um concurso de banda desenhada e um concurso de peças de teatro, alusivos ao tema «Viver com honestidade e boa conduta», o Colégio Diocesano de São José realizou um concurso de composição e um concurso de peças de teatro, alusivos ao tema «Honestidade e Boa conduta», enquanto a Escola Xin Hua organizou um concurso de banda desenhada sob o tema «Integridade e Honestidade». Para além disso, os professores de educação moral e cívica destas escolas recorreram ao material didáctico para o ensino secundário «Estudar e Pensar», editado pelo CCAC, e trocaram impressões relativas ao valor da honestidade com os alunos, mediante os vídeos publicitários e as fichas de trabalho incluídos no referido material didáctico.

1.4 Peças de teatro

Em 2014, foram realizadas, em 8 escolas do ensino secundário locais, 12 peças de teatro, que contaram com a participação de 2.083 alunos dos 7.º ao 12.º anos de escolaridade. Na ocasião, o pessoal do CCAC trocou impressões relativas à justiça com os estudantes, mediante a forma de fórum, tendo sido apresentados na actividade exemplos da vida quotidiana dos jovens, no intuito de chamar a atenção dos estudantes para a possibilidade de serem aliciados para práticas corruptas e evitar que os mesmos caiam, por engano, nas malhas da justiça.

Estatísticas das peças de teatro em 2014

Escolas	N.º de sessões	N.º de participantes
Escola Luso-Chinesa Técnico-Profissional	1	140
Escola Pui Tou	3	392
Escola para Filhos e Irmãos dos Operários (Secundário)	1	248
Colégio Yuet Wah	1	250
Colégio Diocesano de São José (2 e 3)	1	90
Colégio Diocesano de São José 5	2	206
Escola de Aplicação Anexa à Universidade de Macau	2	740
Escola de Dança do Conservatório de Macau	1	17
Total	12	2.083

2. Educação da integridade para o ensino primário

2.1 Edição do novo material didáctico para o ensino primário «Honestidade e Integridade»

Uma vez que o material didáctico para o ensino primário «Honestidade e Integridade», editado em 2005, já vinha sendo

以互動教具和影音輔助教材，以方便教育工作者開展教學活動，進一步提升小學生誠信教育的成效。

2.2 “廉潔新一代——小學生誠信教育計劃”

以小三至小六學生為對象的“廉潔新一代——小學生誠信教育計劃”持續舉行，透過互動方式向小學生宣傳誠實守法的信息。2014年度共有28間學校參與，合計舉辦了143場，出席學生為4,855人次。

2014年“廉潔新一代”學生人數統計表

學校	場數	人數
二龍喉中葡小學	3	32
化地瑪聖母女子學校	1	200
氹仔中葡學校	6	83
氹仔培道小學	2	66
何東中葡小學	5	87
利瑪竇中學(小學部)	3	93
沙梨頭浸信學校	1	24
青洲小學	1	9
海星中學(分校)	3	97
海暉學校	3	99
培正中學	18	810
培道中學(小學部分教處)	3	77
培道中學(南灣分校)	3	95
陳瑞祺永援中學	9	405
勞工子弟學校(小學部)	6	217
慈幼中學(小學部)	4	133
新華學校(小學部)	4	91
聖公會(澳門)蔡高中學(小學部)	5	134

utilizado há muitos anos, e face à evolução da sociedade de Macau, o CCAC actualizou completamente os conteúdos deste material e introduziu mais materiais interactivos e de multi-média de apoio ao livro, no sentido de facilitar os docentes a realizarem actividades didácticas e aumentar gradualmente a eficácia da educação para a honestidade aos estudantes do ensino primário.

2.2 «Nova Geração Íntegra — Programa de Educação para a Honestidade dos Estudantes»

O programa «Nova Geração Íntegra — Programa de Educação para a Honestidade dos Estudantes», destinado aos alunos dos 3.º ao 6.º anos das escolas primárias, tem sido desenvolvido pelo CCAC. Através de uma forma interactiva, o CCAC pretende divulgar a mensagem de honestidade e cumprimento da lei junto dos estudantes do ensino primário. Em 2014, o CCAC organizou 143 sessões do programa, em que 28 escolas participaram, contando com a participação de 4.855 alunos.

Estatísticas do programa «Nova Geração Íntegra» em 2014

Escolas	N.º de sessões	N.º de participantes
Escola Primária Luso-Chinesa da Flora	3	32
Escola Nossa Senhora de Fátima	1	200
Escola Luso-Chinesa da Taipa	6	83
Secção Primária da Escola Pui Tou (Sucursal da Taipa)	2	66
Escola Primária Oficial Luso-Chinesa «Sir Robert Ho Tung»	5	87
Colégio Mateus Ricci (Secção Primária)	3	93
Escola Sha Lei Tau Cham Son	1	24
Escola Ilha Verde	1	9
Escola Católica Estrela do Mar (Sucursal)	3	97
Escola Hoi Fai	3	99
Escola Pui Ching	18	810
Escola Pui Tou (Sucursal da Secção Primária)	3	77
Escola Pui Tou (Sucursal da Praia Grande)	3	95
Colégio Perpétuo Socorro Chan Sui Ki	9	405
Escola para Filhos e Irmãos dos Operários (Secção Primária)	6	217
Instituto Salesiano da Imaculada Conceição (Secção Primária)	4	133
Escola Xin Hua (Secção Primária)	4	91
Sheng Kung Hui Escola Choi Kou (Macau) (Secção Primária)	5	134

學校	場數	人數
嘉諾撒聖心中學	6	212
嘉諾撒聖心英文中學	14	633
廣大中學(分教處)	2	58
鄭觀應公立學校	2	38
澳門大學附屬應用學校	4	122
澳門中德學校	9	221
澳門浸信中學(小學部)	8	194
澳門福建學校	4	105
濠江中學附屬小學	4	170
鏡平學校(小學部)	10	350
合計	143	4,855

2.3 “威廉陪你過兒童節”特備活動

2014年“六一”兒童節期間，公署首度入校為小一至小三學生安排“威廉陪你過兒童節”活動，與初小學生探討誠信話題，活動反應踴躍，共有640名小學生參加。

2014年“威廉陪你過兒童節”特備活動學生人數統計表

學校	場數	人數
海星中學(小學部)	3	85
聖善學校	1	17
嘉諾撒聖心中學	7	206
澳門福建學校	3	81
濠江中學附屬小學	11	251
合計	25	640

(四) 市民大眾廉潔教育

公署持續向市民大眾進行肅貪倡廉的宣傳教育工作，以不斷提高其防反貪及發揮社會監察作用的意識，勇於舉報貪污賄賂行為，維護社會的廉潔正義。2014年，公署為社團、公共部門及私人機構等舉行廉潔意識講座共9場，參加人數有324人。

Escolas	N.º de sessões	N.º de participantes
Colégio do Sagrado Coração de Jesus	6	212
Colégio do Sagrado Coração de Jesus (Secção Inglesa)	14	633
Escola Kwong Tai (Sucursal)	2	58
Escola Oficial Zheng Guanying	2	38
Escola de Aplicação Anexa à Universidade de Macau	4	122
Escola Chong Tak (Macau)	9	221
Escola Cham Son de Macau (Secção Primária)	8	194
Escola Fukien	4	105
Escola Hou Kong (Primário)	4	170
Escola Keang Peng (Secção Primária)	10	350
Total	143	4.855

2.3 Actividade «Dia da Criança com o Urso Mensageiro Guilherme»

Em 2014, por ocasião do Dia da Criança, o CCAC organizou, pela primeira vez, a actividade «Dia da Criança com o Urso Mensageiro Guilherme» em várias escolas, destinada aos alunos dos 1.º ao 3.º anos das escolas primárias, discutindo com os estudantes do ensino primário sobre a consciência de integridade. Esta actividade contou com a participação activa de um total de 640 estudantes.

Estatísticas da actividade «Dia da Criança com o Urso Mensageiro Guilherme» em 2014

Escolas	N.º de sessões	N.º de participantes
Escola Estrela do Mar (Primário)	3	85
Escola Dom João Paulino	1	17
Colégio do Sagrado Coração de Jesus	7	206
Escola Fukien	3	81
Escola Hou Kong (Primário)	11	251
Total	25	640

(4) Acções de sensibilização destinadas à população em geral

O CCAC tem realizado acções de sensibilização destinadas à população em geral, no sentido de elevar continuamente a consciência dos cidadãos para a prevenção e o combate à corrupção, permitindo-lhes exercer as funções de fiscalização social, bem como estimulando-os a participarem ao CCAC os actos de corrupção e defender a integridade e a justiça na nossa sociedade. Em 2014, o CCAC realizou 9 sessões de palestras sobre a consciência da integridade, destinadas a associações, serviços públicos e entidades privadas, com a participação de 324 pessoas.

2014 年社團、公共部門、私人機構講座統計表

社團 / 公共部門 / 私人機構及相關活動	場數	人數
澳門中華新青年協會——長者健康大使	2	51
澳門童軍第12及28旅	1	30
香港庇理羅士女子中學	1	20
澳門婦女聯合總會氹仔樂滿家庭服務中心	1	30
鮑思高青年服務網絡	1	60
澳門理工學院——百家樂專業證書培訓課程	2	98
民政總署——好公民系列活動	1	35
合計	9	324

Estatísticas dos colóquios destinados a associações, serviços públicos e entidades privadas em 2014

Associações/serviços públicos/ entidades privadas e as respectivas actividades	N.º de sessões	N.º de participantes
Associação de Nova Juventude Chinesa de Macau – representante de saúde	2	51
Grupos 12 e 28 dos escoteiros de Macau	1	30
Hong Kong Belilios Public School	1	20
Centro de Apoio à Família «Alegria em Abundância» da Associação Geral das Mulheres de Macau na Taipa	1	30
Rede de Serviços Juvenis Bosco	1	60
Instituto Politécnico de Macau – Curso de formação do jogo «Bacará»	2	98
Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais – Actividades de Bom Cidadão	1	35
Total	9	324

二、社區推廣工作

(一) 社區辦事處接收的投訴、舉報及諮詢

黑沙環社區辦事處及氹仔社區辦事處的設立，為市民提供了便捷的投訴、舉報及諮詢渠道。兩社區辦事處在2014年共接獲投訴、舉報、求助諮詢及簡單查詢合共679宗。

II. Acções de promoção comunitária

(1) Queixas, denúncias e pedidos de consulta recebidos nas delegações do CCAC

O estabelecimento da Delegação na Areia Preta e da Delegação na Taipa do CCAC proporcionou aos cidadãos um meio eficiente para apresentação de queixas e denúncias e pedidos de consulta. Em 2014, o número das queixas e denúncias e dos pedidos de consulta e de informação, recebidos nas duas delegações, totalizou os 679.

2014 年黑沙環及氹仔社區辦事處收到的投訴、舉報及諮詢統計表

投訴 / 舉報		求助諮詢	簡單查詢	
親身	書面投訴		親身	電話
53	20	53	334	219
小計：73宗			小計：606宗	
總計：679宗				

Estatísticas das queixas, denúncias e pedidos de consulta recebidos nas Delegações na Areia Preta e na Taipa em 2014

Queixas/Denúncias		Pedido de consulta	Pedido de informação	
Pessoalmente	Por escrito		Pessoalmente	Por telefone
53	20	53	334	219
Subtotal: 73			Subtotal: 606	
Total: 679				

(二) 拓展社區關係

在加強社區的肅貪倡廉宣傳工作，提高市民防貪反貪意識的同時，公署也重視蒐集市民對公署工作的意見和建議。

2014年，公署出訪了澳門婦女聯合總會氹仔樂滿家庭服務中心、澳門街坊會聯合總會石排灣社區服務站、拉撒路青少年中心、台山坊眾互助會及澳門工會聯合總會筷子基家庭及社區綜合服務中心等社團，交流對廉政工作的意見，並探討合作舉辦倡廉活動的可能性，以合力推廣廉潔誠信意識。

(三) 小學生誠信故事募集活動

為了鼓勵小學生創作、發掘身邊或自身經歷的誠信故事，引導學生思考並建立正確的價值觀，公署與澳門中華學生聯合總會合辦“小學生誠信故事募集活動”。

活動反應理想，收到來自28間學校共300份學生的作品。由澳門著名作家陳艷華、兒童藝文工作者李哲雲、澳門小說作者及兒童劇編劇鄧曉炯及主辦單位兩名代表組成的評審委員會在當中評選出30份優秀作品及60份嘉許作品。

此外，公署從獲嘉獎的作品中選出其中39篇文章輯錄成書，名為《小「誠」故事——小學生誠信故事作品選》，與社會分享小學生創作的誠信故事，同時引導青少年深入思考故事主題，強化學生們對誠信守法的認識。

(四) 其他宣傳推廣工作

2014年，公署透過刊登平面及電子廣告，定期在本澳各大中文報章刊登《廉政園地》專欄、派員在澳門電視台“諮詢奉告”欄目中介紹與廉政工作相關的資訊、出版《澳門廉政快報》半年刊及其他倡廉刊物等，讓更多的廉潔資訊能廣泛傳播，以持續提高市民的廉潔意識。

(2) Alargamento de relações comunitárias

Para além de fortalecer os trabalhos de sensibilização na comunidade, elevando os conhecimentos dos cidadãos sobre a prevenção e o combate à corrupção, o CCAC tem prestado muita atenção à recolha de opiniões e sugestões públicas sobre os trabalhos desenvolvidos.

Em 2014, o CCAC visitou o Centro de Apoio à Família «Alegria em Abundância» da Associação Geral das Mulheres de Macau na Taipa, o Posto de Serviço Comunitário da União Geral das Associações dos Moradores de Macau em Seak Pai Van, o Centro de Juventude «Lazarus», a Associação de Assistência Mútua dos Moradores do Bairro Artur Tamagnini Barbosa, o Centro Integrado de Serviços de Família e a Comunidade da Federação das Associações dos Operários de Macau no Fai Chi Kei, entre outros, trocando com estas entidades impressões relativas aos trabalhos desenvolvidos pelo CCAC e discutindo a possibilidade de cooperação na organização de actividades sobre a promoção da integridade, no sentido de promover conjuntamente o sentido da integridade e honestidade.

(3) Concurso de criação de contos alusivos à integridade por alunos do ensino primário

Para estimular os alunos do ensino primário a criar contos alusivos à integridade, baseados na sua criatividade ou na experiência própria ou de terceiros, inculcando assim nos alunos uma concepção correcta de valores, o CCAC e a Associação Geral de Estudantes Chong Wa de Macau (AECM) organizaram, conjuntamente, o Concurso de criação de contos alusivos à integridade por alunos do ensino primário.

O concurso contou com uma participação activa dos concorrentes, tendo sido recebidas no total 300 obras provenientes de 28 escolas locais, das quais 30 foram distinguidas como excelentes e 60 como boas, por um júri composto pelos seguintes membros: a famosa escritora local, Chan Im Wa, a artista especializada em arte para crianças, Li Chit Wan, o escritor local e guionista especializado em temas para crianças, Tang Hio Kueng, e dois representantes das entidades organizadoras.

Para além disso, o CCAC escolheu 39 das obras premiadas para serem compiladas no livro designado por «Histórias de uma pequena cidade - Selecção de contos alusivos à integridade por alunos do ensino primário», com vista a partilhar os contos criados pelos alunos do ensino primário com a sociedade, bem como estimular os jovens a reflectirem profundamente sobre os temas abordados nos contos, consolidando, assim, o seu conhecimento sobre o valor da honestidade e do cumprimento da lei.

(4) Outras acções de sensibilização

Em 2014, o CCAC prosseguiu nos trabalhos de divulgação de informações sobre a integridade, com vista a elevar a consciência de integridade dos cidadãos, através de meios diversificados, nomeadamente publicidade em jornais, anúncios televisivos ou de rádio, publicação de artigos na coluna periódica «Forum Anti-corrupção» dos jornais em chinês, apresentação de informações sobre os seus trabalhos no programa televisivo «Informações ao Público», edição da publicação semestral «Boletim Informativo do CCAC» e ainda outros materiais de divulgação.

三、廉潔義工隊

“廉潔義工隊”在2014年為公署的倡廉宣傳推廣活動提供了大力的協助，包括協助公署的活動攤位遊戲及戶外宣傳活動等，合力向社會大眾宣傳廉潔守法訊息。

為表揚義工隊成員的無私奉獻，公署特別安排表現優秀義工訪問香港廉政公署，以加深義工們對澳門以外地方廉政工作的認識；此外，公署亦舉辦義工培訓活動、聯歡聚會等，加強義工的團體合作性及歸屬感。

第五部分 其他事項

一、培訓及交流活動

(一) “國情與監察”三地培訓項目

公署於2014年6月下旬與中華人民共和國監察部及香港申訴專員公署合辦了在北京市中國紀檢監察學院進行的“國情與監察培訓班”，為公署行政申訴局調查員提供專業培訓，以提升人員的實務工作技巧和專業水平。

國家預防腐敗局專職副局長、中央紀委國際合作局局長傅奎、廉政專員馮文莊及香港申訴專員公署助理申訴專員唐建生一同主持了培訓班的開班式。

在京期間，馮文莊專員與中紀委副書記兼中國紀檢監察學院院長陳文清會面，馮專員高度評價內地黨風廉政建設和反腐敗鬥爭中採取的有力措施和取得的積極成效，並希望進一步加強與院方的交流合作。

(二) 人員的專業培訓

公署於2014年10月下旬安排了13名主管人員及調查員赴北京參加由廉署與中國人民公安大學合辦的“第十四期赴中國人民公安大學研習班”。公署過往一直與公安大學合辦研習班，大

III. Grupo de Voluntários para uma Sociedade Limpa

Em 2014, o Grupo de Voluntários para uma Sociedade Limpa prestou grande apoio ao CCAC na realização de acções de sensibilização e de divulgação, nomeadamente na realização de jogos de tendas didácticos e de actividades de divulgação ao ar livre, com vista a divulgar em conjunto o sentido da integridade e do cumprimento da lei junto do público.

Para elogiar o contributo imparcial dos elementos do grupo, o CCAC organizou uma visita à Comissão Independente contra a Corrupção (ICAC) de Hong Kong para os voluntários com melhor desempenho, no sentido de aprofundar os seus conhecimentos sobre os trabalhos relativos à integridade desenvolvidos em territórios no exterior de Macau. A par disso, o CCAC organizou também acções de formação e de confraternização destinadas aos voluntários, entre outras actividades, de forma a reforçar o espírito de equipa e o sentido de pertença dos voluntários.

SECÇÃO V

OUTROS ASSUNTOS

I. Acções de formação e intercâmbio

(1) Formação co-organizada por três partes sobre a conjuntura social do País e os trabalhos de supervisão

Em finais de Junho de 2014, realizou-se, em Pequim, um curso de formação sobre a conjuntura social do País e os respectivos trabalhos de supervisão, a qual teve lugar no Instituto de Inspeção Disciplinar e Supervisão da China, numa acção conjunta do CCAC, do Ministério da Supervisão da República Popular da China e do Ombudsman de Hong Kong. O referido curso constituiu uma acção de formação profissional destinada ao pessoal de investigação da Direcção dos Serviços de Provedoria de Justiça do CCAC, e visava elevar a sua capacidade prática e o respectivo nível profissional.

A cerimónia de abertura do curso foi presidida pelo Subdirector da Direcção Nacional de Prevenção da Corrupção e Director de Colaboração Internacional da Comissão Central de Inspeção Disciplinar do Partido Comunista da China, Fu Kui, pelo Comissário contra a Corrupção da RAEM, Fong Man Chong, e pelo Adjunto do Ombudsman de Hong Kong, Tong Kin Sang.

Durante a estadia em Pequim, o Comissário Fong Man Chong teve um encontro com o Vice-Secretário da Comissão Central de Inspeção Disciplinar do Partido Comunista da China e Presidente do Instituto de Inspeção Disciplinar e Supervisão da China, Chen Wenqing, no qual o Comissário enalteceu a eficácia das medidas tomadas e os sucessos obtidos na promoção de um partido íntegro e no combate à corrupção no Interior da China, tendo manifestado a sua vontade de intensificação das acções de colaboração e de intercâmbio com aquele Instituto.

(2) Formação profissional dos trabalhadores

Em finais de Outubro de 2014, 13 chefes e investigadores do CCAC deslocaram-se a Pequim para participarem no 14.º Curso de Formação co-organizado pelo CCAC e pela Univer-

部分廉署調查員已接受過此項專業培訓，而是次培訓以資深調查人員為對象，在課程設置方面，除教授最新的刑偵知識之外，亦強化了刑偵管理及指揮等內容。

廉政專員馮文莊在結業禮上勉勵各學員，應充分掌握及運用在研習班取得的學習成果，進一步提升自身的偵查知識及專業能力，為廉政建設作出貢獻。

二、《聯合國反腐敗公約》履約審議事務協調組工作會議

2014年，公署繼續協助和配合中華人民共和國接受聯合國專家對其履行《聯合國反腐敗公約》的情況進行審議的工作，亦積極參與了中國對阿富汗履約情況的審議工作。

三、聯繫及交流

(一) 接待來訪

公署於2014年4月中旬接待了珠海市橫琴新區廉政辦公室代表團，廉政專員馮文莊與代表團進行了工作座談會，並於會上重點介紹了澳門特別行政區公務人員的財產及利益申報制度和公署的整體工作情況。

此外，公署也先後接待了廣東省人民檢察院、珠海市人民檢察院、中山市預防腐敗局、新加坡賭場管制局、澳門大學法學院和台北大學犯罪學研究所代表團的來訪。

(二) 外訪及參與外地會議

2014年公署的外訪活動包括：

— 赴英國倫敦出席“反恐研討暨博覽會”，透過會議及實地考察了解包括資訊領域的軟件、防衛設備、監控設備、保安設備等相關設備的資訊。

— 赴韓國首爾出席“第16屆亞洲申訴專員協會理事會會議”以及同期舉行的“國際申訴專員協會亞洲區一般性會議”。

sidade de Segurança Pública do Povo da China. Sendo uma acção de formação co-organizada pelas duas entidades desde longa data, a maioria dos investigadores do CCAC já tiveram oportunidade de nela participar, pelo que esta última edição do curso era destinada aos investigadores mais experientes, e o seu programa consistia, para além de conhecimentos sobre as novas técnicas de investigação, no reforço de matérias sobre a gestão e o comando na investigação.

Na cerimónia de encerramento do curso, o Comissário Fong Man Chong apelou aos formados para que dominassem bem e pusessem na prática os conhecimentos adquiridos no curso de formação, a fim de reforçarem os seus conhecimentos e capacidades profissionais na execução dos trabalhos de investigação, contribuindo assim para a construção de uma sociedade íntegra.

II. Reunião do grupo de trabalho de avaliação de conformidade da implementação da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção

Em 2014, o CCAC continuou empenhado na prestação de colaboração no que respeita aos trabalhos de avaliação dos especialistas das Nações Unidas em relação ao cumprimento das obrigações que decorrem da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção por parte da República Popular da China. A par disso, o CCAC participou activamente na avaliação, de que a China é responsável, em relação ao cumprimento da mesma Convenção pelo Afeganistão.

III. Contactos e intercâmbio

(1) Recepção de visitas

Em meados de Abril de 2014, o CCAC recebeu uma delegação do Gabinete de Combate à Corrupção da nova zona da Ilha de Hengqin da Cidade de Zhuhai. O Comissário Fong Man Chong teve uma reunião de trabalho com a delegação, a qual se centrou na apresentação pelo Comissário do regime de declaração de bens patrimoniais e interesses dos funcionários públicos da RAEM e da situação geral das actividades do CCAC.

Por outro lado, o CCAC recebeu ainda as delegações da Procuradoria do Povo da Província de Guangdong, da Procuradoria do Povo da Cidade de Zhuhai, da Direcção de Prevenção da Corrupção da Cidade de Zhongshan, da Autoridade Reguladora dos Casinos de Singapura, da Faculdade de Direito da Universidade de Macau e do Instituto de Criminologia da Universidade de Taipei.

(2) Visitas e reuniões realizadas no exterior

Em 2014, o CCAC participou nos seguintes eventos realizados no exterior:

— A conferência «Counter Terror Exhibition & Conference», realizada em Londres, Inglaterra, a qual proporcionou, através de palestras e visitas in loco, informações sobre software e equipamentos, nomeadamente, de protecção, de vigilância e de segurança na área da informática.

— A 16.ª Reunião da Direcção da Associação Asiática de Ombudsman e a Assembleia da Região da Ásia do Instituto Internacional de Ombudsman, realizadas no mesmo período em Seoul da Coreia.

— 派代表團赴奧地利維也納出席“第五屆全球聯絡點網絡年會”，各國代表就“《聯合國反腐敗公約》第五章資產追回”議題作深入探討和經驗分享。

— 赴柬埔寨金邊出席“亞太地區反腐敗行動組第19次指導小組會議暨第13次區域反腐敗研討會”，公署代表就澳門特別行政區懲治對外貿易中的賄賂行為的立法工作發言。

— 派代表團赴馬來西亞吉隆坡出席“電子通訊合法監聽、高科技電子偵查及網路情報搜集”研討暨展覽會。

— A conferência «5th Annual Conference of the Global Focal Points Network», realizada em Viena de Áustria, na qual os representantes dos estados participantes discutiram profundamente e partilharam as suas experiências sobre o tema da «Recuperação de activos — Capítulo V da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção».

— A 19.ª Reunião do Grupo Orientador e o 13.º Seminário Regional da Iniciativa do ADB/OECD contra a Corrupção para a Ásia-Pacífico, realizados em Phnom Penh, Camboja, em que o representante do CCAC apresentou um discurso sobre o trabalho legislativo desenvolvido pela RAEM no âmbito da repressão dos actos de corrupção no comércio externo.

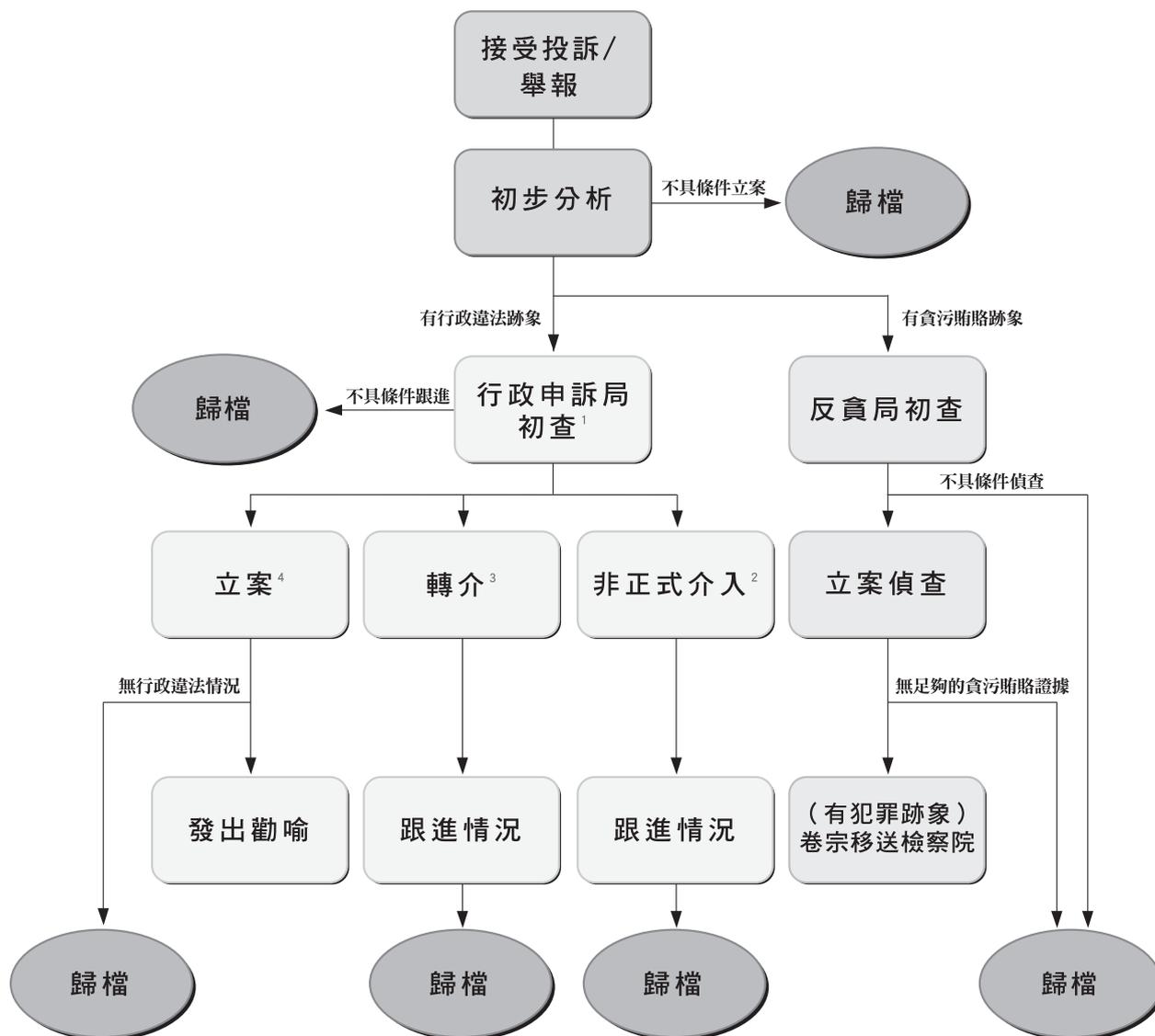
— O evento «Intelligence Support Systems for Lawful Interception, Electronic Surveillance and Cyber Intelligence Gathering exhibition & Conference», realizado em Kuala Lumpur da Malásia.

第六部分

附件

附件一

廉政公署處理陳訴（陳述、投訴及舉報）流程圖



註：

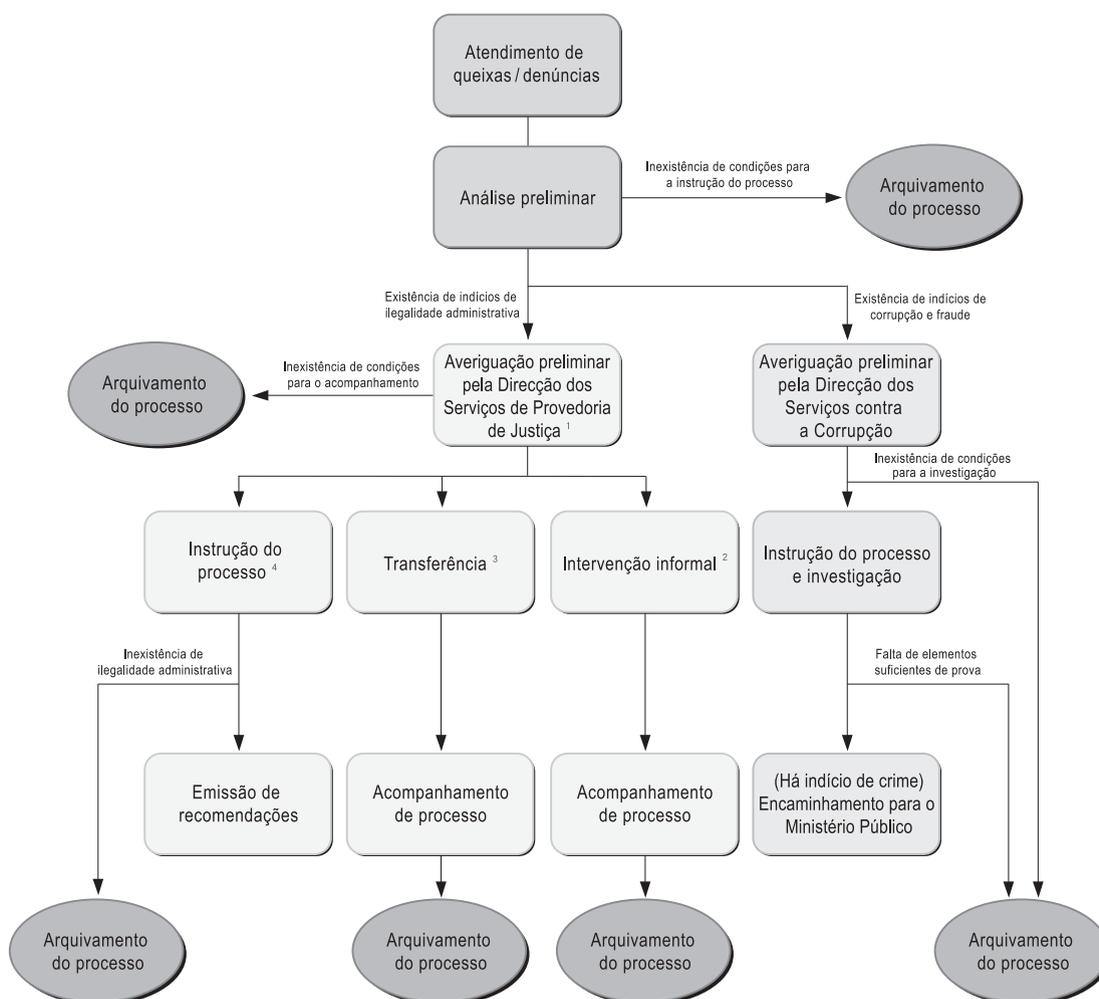
1	行政申訴局初查	按照《澳門特別行政區廉政公署組織法》及《行政程序法典》等的相關規定進行，其中必須遵守辯論原則，即確保投訴方與被投訴方皆有陳述的機會。
2	非正式介入	如有關程序未完成或有關行為仍未產生效力，廉署會以此方式引導有關部門或機構，藉此及時作出糾正。
3	轉介	因應個案的特別情況，加上原行政部門有權限及掌握相關的資料（廉署僅掌握投訴人提供的單方資料，可能不足或不詳盡），宜先由有關部門依法定程序處理，在徵得投訴人同意下，轉介到相關部門或機構處理，廉署會跟進其進展情況。
4	立案	基於問題的嚴重性和涉及面，廉署會立案調查，並根據《澳門特別行政區廉政公署組織法》第四條第十二項的規定，直接向行政部門發出勸喻，以糾正違法或不公正的行政行為或行政程序。根據《澳門特別行政區廉政公署組織法》第十二條的規定，如有關部門或機構不接納勸喻，應在15個工作天內向廉署提出有理據的答覆，而廉署在向其上級或監管實體重申立場後，還可向行政長官報告或向公眾披露。

SECÇÃO VI

ANEXOS

ANEXO I

Fluxograma sobre o processo de tratamento de queixas e denúncias

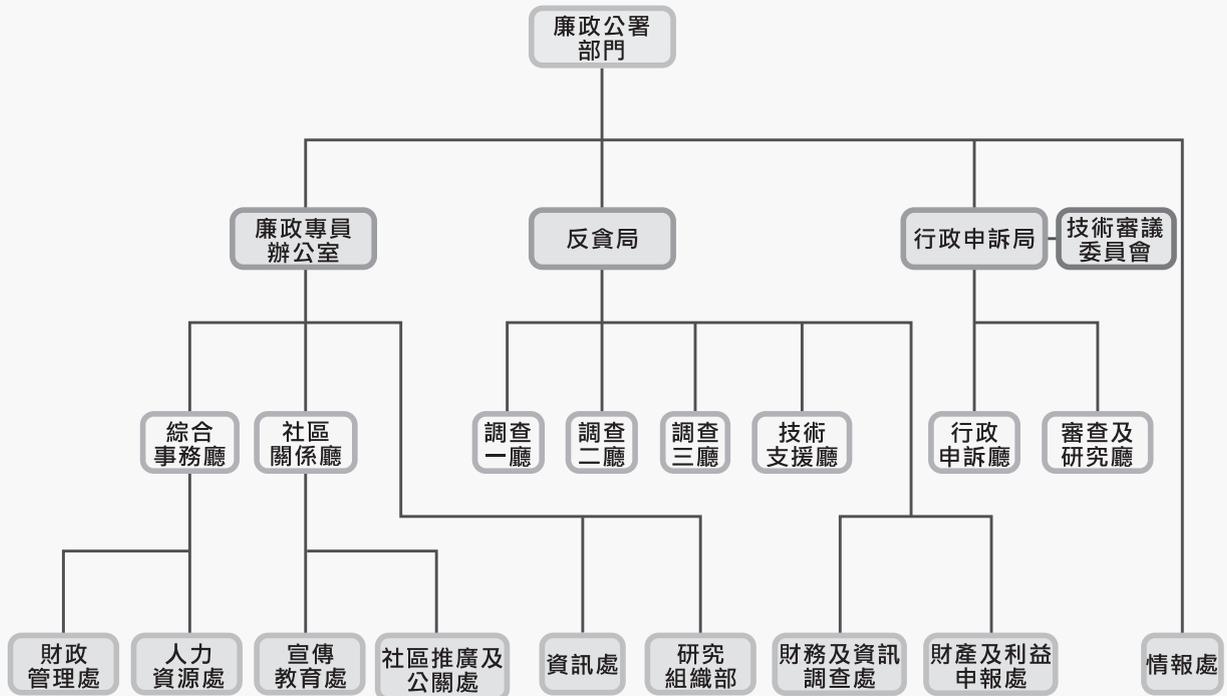


Observações:

1	Averiguação preliminar pela Direcção dos Serviços de Provedoria de Justiça	Aplicam-se as correspondentes disposições da Lei Orgânica do Comissariado contra a Corrupção da Região Administrativa Especial de Macau e do Código do Procedimento Administrativo, com respeito pelo princípio do contraditório, sendo assegurada a igualdade na prestação de depoimentos por parte do queixoso e da parte participada.
2	Intervenção informal	Quando um procedimento administrativo não tenha ainda sido concluído pela entidade competente ou quando determinado acto não tenha ainda produzido qualquer efeito, pode o CCAC, através desta forma de intervenção, emitir orientações com vista ao acompanhamento pelos respectivos serviços ou entidades no sentido de se resolver a questão.
3	Transferência	Em conformidade com a especificidade dos casos e quando os serviços administrativos tenham competência própria e estejam na posse de todos os dados relacionados com a questão (possuindo o CCAC apenas os dados fornecidos pelo queixoso, que podem ser insuficientes ou incompletos), e uma vez obtida concordância por parte do queixoso, deve o CCAC transferir, de acordo com os procedimentos legalmente estabelecidos, o caso aos respectivos serviços ou entidades competentes para o seu devido tratamento, ficando o CCAC a acompanhar o andamento do processo.
4	Instrução do processo	Tendo em conta o grau de gravidade das questões envolvidas, o CCAC pode proceder à investigação mediante instrução do processo e, nos termos da alínea 12) do artigo 4.º da Lei Orgânica do Comissariado contra a Corrupção da Região Administrativa Especial de Macau pode o mesmo dirigir recomendações directamente aos órgãos competentes com vista à correcção de actos ou procedimentos administrativos ilegais ou injustos. De acordo com o disposto no artigo 12.º da Lei Orgânica do Comissariado contra a Corrupção da Região Administrativa Especial de Macau, em caso de não aceitação das recomendações, o respectivo órgão deve dar uma resposta, sempre fundamentada, no prazo de quinze dias úteis, podendo ainda o CCAC expor o caso ao superior hierárquico ou à entidade tutelar da entidade nela visada, até comunicar a situação ao Chefe do Executivo ou dar conhecimento ao público.

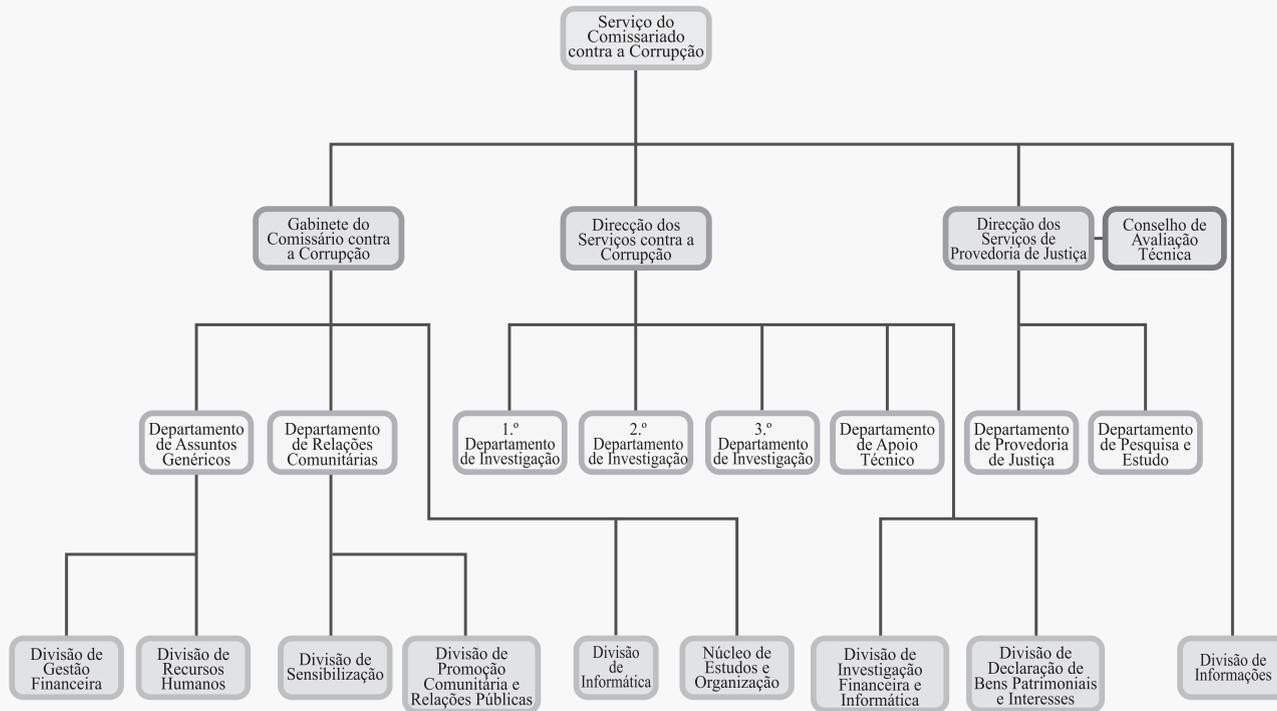
附件二

廉政公署組織架構



ANEXO II

Organograma do Comissariado contra a Corrupção





印務局
Imprensa Oficial

每份售價 \$66.00

PREÇO DESTE NÚMERO \$ 66,00